

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ-SR-01



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Belém-PA, 2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ-SR-01

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

Belém-PA, 2014



Superintendente Regional
Nazareno de Souza Santos

Chefe da Procuradoria Regional
Silvana Régia Moura Ramos

Chefe da Divisão de Administração
Luiz Carlos Silva de Oliveira

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Francy Mary da Silva Costa

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Edila Ferreira Duarte Monteiro

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Carolina dos Santos Araújo

SUMÁRIO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.2 Organograma Funcional.....	13
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	13
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	13
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.....	17
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	17
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	17
3.1.2 Cartografia.....	20
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	21
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor.....	21
3.1.5 Indicadores.....	22
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	24
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	24
Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	26
3.2.2 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente.....	26
3.2.3 Informações sobre os imóveis desapropriados.....	26
3.2.3.1 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	26
3.2.4 Principais atividades de controle do Gestor.....	29
3.2.5 Indicadores.....	29
3.2.6 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	31
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	32
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	32
Ação 210 S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária.....	34
Ação 210S - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	34
Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.....	35
Ação 211A - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	35
Ação 211A - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.....	37
Ação 211A - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.....	38
Ação 211A -Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento.....	38

Ação 211A -Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	39
Ação 211A -Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.....	39
Ação 210 T -Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA).....	39
Ação 210 T - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	39
Ação 210 T - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	39
3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.....	40
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....	41
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.....	41
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.....	42
3.3.6 Indicadores.....	44
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....	48
3.3.8 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	49
4. Prestação Direta de Serviços ao Público.....	50
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	50
4.2 Principais atividades de controle do Gestor.....	50
5. Gestão de Pessoas.....	51
5.1 Distribuição de servidores.....	51
5.1.1 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	51
5.2 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.....	51
5.3 Recursos humanos da unidade	53
5.3.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	53
5.3.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	54
5.3.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	54
5.3.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	55
5.3.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	56
5.3.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.....	57
5.3.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	57
5.3.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	57
5.3.9 Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	57
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	58
6.1 Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos cogêneres.....	58

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.....	59
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber.....	59
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.....	61
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	61
7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	61
7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos	62
7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações.....	63
7.4 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	63
7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	63
8. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas.....	72
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.....	72
8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria do exercício anterior.....	73
9. Ouvidoria.....	73
10. Correição.....	74
ANEXO 1. Plano de Providências CGU/2013.....	75
ANEXO 2. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR01.....	88
ANEXO 3. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Obtenção de Terras - SR-01/T.....	96
ANEXO 4. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Desenvolvimento – SR-01/D.....	105
ANEXO 5. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Gestão Administrativa – SR-01/D.....	118
ANEXO 6 . Quadros de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários.....	124
ANEXO 7. Metas Intermediárias para o 3º Ciclo (1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014)..	133

Lista de Quadros

Quadro 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro 2: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária.....	19
Quadro 3: Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*.....	19
Quadro 4: Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	23
Quadro 5: Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.....	24
Quadro 6: Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*.....	25
Quadro 7: Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.....	30
Quadro 8: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	32
Quadro 9: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.....	33
Quadro 10: Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	44
Quadro 11: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	57
Quadro 12: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	58
Quadro 13: Informações sobre transferências realizadas.....	59
Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.....	61
Quadro 15: Informações sobre transferências realizadas.....	73

Índice de tabelas

Tabela 1: Metas Físicas Regionais como desdobramento do INCRA Sede.....	16
Tabela 2: Crédito Instalação.....	35
Tabela 3: Infraestrutura disponibilizada.....	36
Tabela 4: Passivo de Infraestrutura.....	37
Tabela 5: Déficit de Água Potável.....	49
Tabela 6: Atendimento do Público – Sala da Cidadania	50
Tabela 7: Distribuição de Servidores.....	51
Tabela 8: Detalhamento das ações de capacitação de servidores da SR-01.....	52
Tabela 9: Detalhamento dos eventos de eventos de longa duração	53
Tabela 10: Composição do quadro de servidores ativos.....	53
Tabela 11: Composição do quadro de servidores inativos.....	54
Tabela 12: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	54
Tabela 13: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	54
Tabela 14: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	55
Tabela 15: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	56
Tabela 16: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.....	57
Tabela 17: Plano de Ação TCU.....	60
Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030.....	64
Tabela 19: Plano de Providencias - 2013.....	75

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
META– Microestação de Tratamento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAE – Projeto Agroextrativista
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RESEX – Reserva Extrativista
RG - Relatório de Gestão
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
SR-01 – Superintendência Regional do Pará
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Este relatório de gestão, contempla os atos de gerenciamento praticados pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará – SR-01, durante o exercício de 2013, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados estão consubstanciado neste documento.

A elaboração está de acordo com a **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

Durante o ano de 2013, o INCRA logrou êxito em várias frentes, destacando-se em:

- 3.219 famílias assentadas beneficiárias do crédito instalação supervisionadas e fiscalizadas;
- 566 títulos emitidos, sendo 171 definitivos e 395 provisórios;
- 55 Cadastros Ambientais Rurais emitidos;
- 03 licenças ambientais obtidas, sendo 2 prévias e uma de instalação e operação;
- 3.872 famílias incluídas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- 2.290,78 hectares vistoriados;
- 4.575 famílias com estradas vicinais implantadas;
- 3.205 famílias com estradas vicinais recuperadas;
- 287 famílias beneficiadas com crédito instalação, na modalidade apoio inicial;
- 224 famílias beneficiadas com casas construídas;
- 07 projetos de assentamento criados, sendo 02 ambientalmente diferenciados;
- 71 imóveis certificados;
- 5.626 Certificados de Cadastro Rural (CCIR) emitidos;
- 13.992 cestas básicas disponibilizadas a famílias acampadas;
- 15.356 famílias atendidas com Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 1.493 declarações de aptidão (DAP) ao financiamento da agricultura familiar emitidas;
- 03 Relatórios de Identificação e Delimitação de Terras Quilombolas publicados;
- 147 servidores capacitados;
- 22.039 termos de adesão ao Programa Bolsa Verde assinados.

As informações referentes às Superintendências localizadas em área de fronteira, Regiões Nordeste, Sudeste e Sul não se aplicam a este instrumento.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

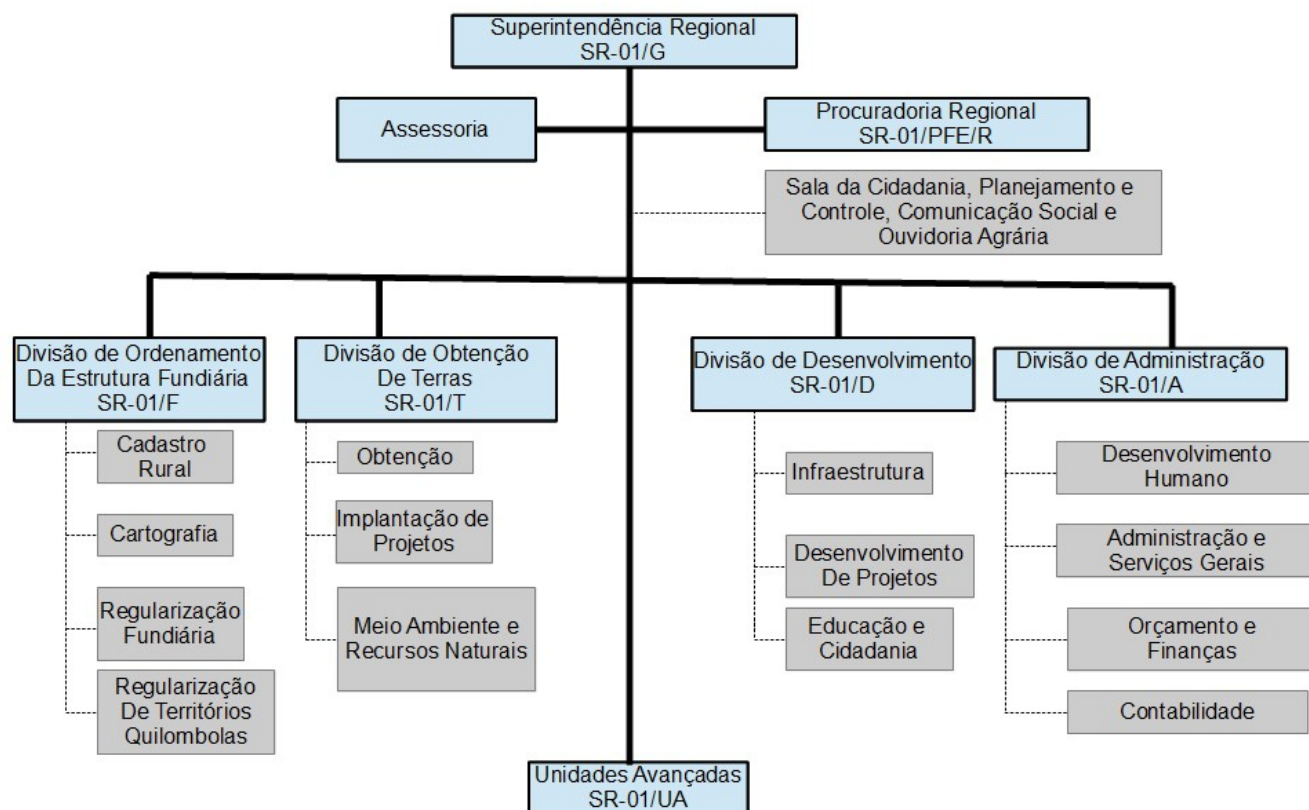
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional no Estado do Pará		
Denominação abreviada: SR-01		
Código SIORG: 4025	Código LOA: Não aplica	Código SIAFI: 373030
Situação: Ativa		
CNPJ: 00.375.972/0003-22	Unidade Gestora: 37201	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(091) 3202-3846 / 3202-3859 / 3202-3831	
Endereço eletrônico: ascom@blm.incra.gov.br		
Página na internet: http://www.incra.gov.br/sr01		
Endereço Postal: Estrada da CEASA, s/nº, 66610-903- Belém-Pará		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Instrução Normativa INCRA nº 71 – 17/05/2012 – Supervisão ocupacional - Instrução Normativa INCRA nº 72 - 17/05/2012 – Obtenção Quilombos - Instrução Normativa INCRA nº 73 - 17/05/2012 – Indenização benfeitorias Quilombos - Instrução Normativa INCRA nº 74 - 14/11/2012 – Crédito Instalação - Instrução Normativa INCRA nº 70 - 06/12/2011 – Aquisição por estrangeiros - Instrução Normativa INCRA nº 69 - 06/12/2011 – Cobrança Crédito Instalação - Instrução Normativa INCRA nº 66 - 30/12/2010 – Atualização cadastral - Instrução Normativa INCRA nº 65 - 31/12/2010 – Manejo Florestal - Instrução Normativa INCRA nº 57 - 20/10/2009 – Reconhecimento Quilombos - Resolução CONAMA nº 387 – 27/12/2006 – Licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento (Revogada em 2013) - Resolução CONAMA nº 458/2013 – Licenciamento Ambiental de atividades em Projetos de Assentamento - Norma de Execução INCRA nº 105 – 26/11/2012 – Georreferenciamento e certificação - Norma de Execução INCRA nº 4 – 25/07/2011 – Reassentamento de não quilombolas - Norma de Execução INCRA nº 103 – 12/07/2012 – Terra Sol - Norma de Execução nº 102 – 04/06/2012 – Supervisão ocupacional - Norma de Execução/Conjunta INCRA DF e DT nº03 - 21/06/2010 – Quilombos - Norma de Execução INCRA nº 95 - 08/2010 – Obtenção de Terras - Resolução nº 05 – 29/03/2012 – Obtenção de Terras 		

1.2 Organograma Funcional



2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

O planejamento da Superintendência Regional do INCRA, no Estado do Pará, SR-01, está consonante com a Lei 12.953, de 18 de janeiro de 2012 (PLANO PLURIANUAL 2012/2015) e obedece a uma estrutura verticalizada em termos de programas, objetivos e metas a serem desenvolvidas anualmente, com o objetivo de cumprir a Missão e Visão de Futuro da Autarquia.

No exercício de 2013 o planejamento do INCRA/SR-01 passou por três momentos:

“1º momento, mês de junho – versão original

2º momento, mês de agosto – 1) Distribuição de metas físicas e orçamentárias de Assistência Técnica e; 2) Atualização da distribuição das metas físicas e créditos orçamentários de Infraestrutura básica; 3) Os Planos Operacionais “PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no campo” e o “PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior” foram alterados pela área responsável em função do cancelamento dos créditos extraordinários de 2013.

3º momento, novembro – Revisão Geral das metas físicas e créditos orçamentários em razão do Decreto de contingenciamento nº 8.602, de 29 de maio de 2013 e da Portaria MPOG nº 268/13 que limita as despesas com a

contatação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, e do monitoramento e avaliação da execução físico-orçamentária do INCRA até o mês de outubro de 2013, incluindo a composição de gastos e provisões já realizados e da permanência de recursos sem execução em cada Superintendência Regional; Detalhamento das metas físicas e créditos orçamentários dos planos orçamentários de Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento, Licenciamento Ambiental em Projetos de Assentamento e Demarcação Topográfica estavam pendentes na versão anterior.”

O planejamento estratégico do INCRA/SR01, Plano de Ação 2013/2014, houve como sustentação técnico-administrativa um instrumento de gerenciamento formal denominado “Agenda de Gestão”, firmada com a Presidência do INCRA, cujo objeto foram as ações e atividades planejadas para o período 2013/2014, pactuação de metas para o exercício de 2013, recursos orçamentários necessários à realização das ações e metas, além das metas intermediárias de avaliação institucional da Superintendência. (Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII)

No que se referiu às obrigações das partes, coube:

Ao Presidente do INCRA: garantir os recursos que estivessem sobre sua responsabilidade, necessários à realização das ações e ao alcance das metas, conforme previsto no plano de ação 2013/2014, nos quadros de metas físicas 2013 e na Avaliação Institucional – 3º ciclo, da Superintendência Regional do Pará – SR-01.

Ao Presidente do INCRA: Delegar competência à Diretoria Estratégica para monitorar a execução da Agenda de Gestão e propor, quando necessário e conforme estabelecido na Resolução nº 12, de 19 de julho de 2013, o ajuste dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários; tornar pública e transparente a Agenda de Gestão, bem como a evolução da execução orçamentária e o grau de atingimento das metas físicas 2013 e de Avaliação Institucional – 3º ciclo; Disponibilizar a Agenda de Gestão, eventuais aditivos e os relatórios de avaliação da execução na INCRANET; realizar eventos de avaliação e socialização dos resultados de monitoramento com as equipes da Superintendência.

Aos Superintendentes Regionais e à equipe da SR-01/PA: Assegurar o alcance das metas acordadas na Agenda de Gestão, buscando parcerias com outros órgãos e entidades, garantindo a correta atuação dos servidores em exercício na superintendência, orientando e esclarecendo as equipes, buscando suporte nas Diretorias da autarquia

As ações e metas inseridas no instrumento supramencionado são partes integrantes do planejamento da Sede em nível Nacional, ficando a atuação da Superintendência baseada em uma diretriz estabelecida de forma vertical, no que concerne compor e executar as atribuições advindas do órgão central, de acordo com as potencialidades apresentadas para o cumprimento das demandas que foram estabelecidas no exercício de 2013 e projetadas para 2014.

O processo de planejamento envolveu do exercício de 2013 os 03 macroprocessos finalísticos da SR., quais sejam: Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos e Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, além do macroprocesso administrativo, cuja atuação pode ser visualizada da seguinte demonstração.

Tabela 1: Metas Físicas Regionais como desdobramento do INCRA Sede.

Programa	Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Unidade	Meta Nacional	Meta Regional	%
2012-Agricultura familiar	210S – Assistência Técnica e Extensão Rural	PO 02 – Brasil Sem Miséria – ATER PO 03 – ATER PO 04 – Território da Cidadania - ATER	Família Assistida	355.345	6.098	1,72
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	PO 01 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel	296.750	1.411	0,48
2034-Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	210Z – Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	PO 03 – Regularização Fundiária – Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas reconhecidas para Comunidades Quilombolas	hectare	43.455,6232	3.552,8300	8,18
			Imóvel decretado	30	1	3,33
			Imóvel avaliado	144	1	0,69
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 06 – Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias de Reforma Agrária	Famílias	33.000	2.750	8,33
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documentos expedidos	40.000	330	3,15
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lotes Supervisionados	47.587	1.444	3,03
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família atendida	32.472	2.300	7,08
2066-Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	210T – Promoção da Educação no Campo	PO 03 – Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado	4.114	130	3,16
2120- Programa de Gestão e Manutenção do MDA	2000 – Administração da Unidade	PO 01 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	1.200	75	6,25

Fonte: Plano de Ação 2013/2014; Execução Física 2013; Brasília-DF, agosto de 2013.

Dentro de um contexto e conjuntura globais a Superintendência Regional do Pará – SR-01, conseguiu cumprir as metas estabelecidas, até superando-as. Entretanto, há que se ressaltar problemas havidos no Programa 2066, Ação 211A, PO AO, referente à Supervisão Ocupacional em Projetos de Assentamento, onde a meta ficou aquém do programado. (Anexos I, II, III, IV, V e VI)

Enfatize-se, apesar da natureza dos programas, que as metas a serem cumpridas são de curto prazo, e foram alcançadas no exercício, vez que é o ponto onde se marca eficácia e efetividade das ações programadas com impacto direto na avaliação da SR e do seu quadro funcional, uma vez que repercute no salário. (Anexo VII)

As principais diretrizes que fundamentaram a atuação da SR-01 no exercício de 2013 foram: democratização do acesso à terra, com viés sustentável; Reforma Agrária participativa no desenvolvimento dos projetos de assentamento; cumprimento da função social da terra e avanço na destinação, demarcação e titulação de terras ocupadas por comunidades Quilombolas.

Um planejamento contingencial executado pela SR-01 no ano passado, motivado por especificidade Regional, foi um processo de inclusão social, na condição de um dos atores e executores do Programa Brasil Sem Miséria, onde teve participação fundamental no cumprimento das metas nacionais do Programa Bolsa Verde do Governo Federal, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

O Programa Bolsa Verde é um incentivo ambiental pecuniário em que famílias encontradas abaixo da linha de pobreza e que preservam o meio ambiente auferem um valor de R\$-1.200,00 anuais. Foram atendidos beneficiários dos projetos de assentamento e moradores das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, modalidade Reserva Extrativista, localizados nos Territórios da Cidadania do Marajó e Baixo Tocantins.

3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

O planejamento consignado para execução pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, no início do exercício de 2013, foi parcialmente executado em razão de fatores supervenientes, tanto em nível regional quanto em nível nacional, que impediram a execução total ou parcial de algumas ações. No quadro abaixo são mostradas as execuções físico/orçamentárias de ações do macroprocesso da Divisão e nas seções seguintes estão apresentados os detalhamentos destas execuções em seus respectivos temas.

Uma ação que merece destaque é o gerenciamento do Cadastro Rural, o qual atende à necessidade de manter o cadastro de imóveis rurais no país atualizado via dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, o que é feito mediante pesquisa e tratamento dos dados e informações sobre o uso e a posse da terra, e aproximando o serviço de Cadastro Rural dos proprietários, facilitando a regularização e a fiscalização cadastral através da expansão da rede nacional de Cadastro Rural com a implantação das Unidades Municipais de Cadastro – UMC e a capacitação dos servidores responsáveis destas unidades. Assim, o planejamento proposto no Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, considerando que houve repactuação de metas ao longo do exercício, foi concretizado pelo cumprimento da meta física:

- A meta de finalização de processos de fiscalização remanescentes da Portaria 12/2006 foi alcançada;
- A meta de atualização de imóveis no SNCR foi extrapolada;
- A Superintendência finalizou o exercício com 36 Termos de Cooperação – TCT com UMC's implantados (alguns TCT's não foram publicados pois não houve tempo

hábil em virtude da mudança de Gestor, o que gerou a necessidade de os termos serem refeitos para publicação no exercício seguinte;

- Neste exercício não houve capacitação dos servidores das UMC's, pois não foi disponibilizado recurso para a ação.

As ações que não puderam ser executadas em 2013 geraram um passivo de execução para o exercício seguinte, de modo que este passivo deverá ser executado conjuntamente à parte das metas já previstas para o exercício de 2014.

Quadro 2: Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	787	2.012	29.447,59	26.407,59	26.007,59	26.007,59	400,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	00	00	00	00	00	00	00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	00	00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	2.600,00	00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	02	00	3.008,00	2.935,59	2.935,59	2.935,59	00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	00	00	00	00	00	00	00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	00	00	136.560,68	111.938,75	88.408,75	88.408,75	23.530,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	00	00	00	00	00	00	00

Quadro 3: Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	00	00	00	00	00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	00	00	00	00	00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	00	00	00	00	00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	226	00	00	00	00
210U	Gestão de Terras Públicas	00	00	00	00	00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	00	2.031,29	26,87	2.004,42	00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	00	00	00	00	00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.1.2 Cartografia

Na base de dados Cartográficos da SR-01, constam atualmente 60% dos perímetros dos Projetos de Assentamentos georreferenciados, de acordo com a Lei 10.267/2001 – Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Destes, 45% tem parcelamento georreferenciado. Constatam ainda os perímetros dos 262 Projetos Agroextrativistas, dos Territórios Quilombolas sob jurisdição da Regional, dos imóveis com solicitação de Certificação e Atualização Cadastral, além de informações externas oriundas do Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional do Índio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional das Águas.

Quanto ao passivo de processos de certificação de imóveis rurais a que se referem a Instrução Normativa INCRA 25/2005 e a Norma de Execução 80/2008 foram adotadas as medidas previstas após análise documental. Já quanto à exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei no 6.015, de 1973, não há ainda na Superintendência estratégia de atuação elaborada para o atendimento da exigência.

Em 2013, foram protocolados 57 processos de certificação de imóveis rurais, que se somaram a um passivo de 605 processos. Neste exercício, foram analisados todos os processos formalizados em 2013 e mais 339 processos do passivo do ano anterior, estabelecendo a situação:

- Passivo de 2012: foram analisados **339** processos de 2012. Destes, **60** foram certificados (**17,70%**), **83** foram arquivados (**24,48%**) e para **196** foram geradas notificações (**57,82%**).
- Processos protocolados em 2013: foram analisados **57** processos de 2013. Destes, **10** foram certificados (**17,54%**), 12 foram arquivados (**21,05%**), e para **35** foram geradas notificações (**61,41%**).
- **Total em 2013:** foram analisados **396** processos. Destes, **70** foram certificados (**17,68%**), 95 foram arquivados (**24,00%**) e para **231** foram geradas notificações (**58,32%**).

A partir desta demonstração é possível perceber que o baixo índice de certificações não é resultado de um rendimento baixo de análises, mas resultado de pendências processuais que impedem o fluxo contínuo da certificação, como falhas nas peças técnicas e fornecimento de documentação incompleta, o que gera um grande número de notificações e arquivamentos. Com a implantação do SIGEF ao final deste exercício e o estabelecimento de marco para formalização de processos administrativos de certificação, permitidos somente até o dia 24 de fevereiro de 2014, a partir da conclusão dos processos formalizados em 2013, a demanda se manterá apenas para o esgotamento do passivo no próximo exercício.

O planejamento da Regional, baseado nas ações do PPCADI 2013/2014, delineou o georreferenciamento de parcelas de 16 Projetos de Assentamentos com um custo de R\$ **4.569.363,82** abrangendo uma área de 13.065,3864 ha e atendendo um total de 5.834 famílias abrangidas na ação de demarcação. Será adicionado a este quantitativo o georreferenciamento de parcelas de mais 13 Projetos de Assentamentos (ação que restou pendente do exercício de 2013 devido aos cortes orçamentários) com um custo de R\$ **1.409.030,77** abrangendo uma área de 74.870,5767 ha, atendendo 1.799 famílias. O total de 7.633 famílias atendidas nos 29 Projetos de Assentamentos a serem georreferenciados dependerá da descentralização do recurso previsto no valor de R\$ **5.978.394,59**. Após a conclusão destas ações de demarcação no PPCADI 2013/2014, o percentual de parcelamento georreferenciado subirá para 75%.

3.1.3 Territórios Quilombolas

Uma das metas previstas para o exercício de 2013, de acordo com o planejamento pactuado entre o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SRTQ, foi de 5 (cinco) RTIDs publicados 04 (quatro) RTIDs, referentes às comunidades Boa Vista, Rosário (município de Salvaterra), Vila Mariana (município de Viseu) e Fugido Rio Tucunaré (município de Baião), cujos Relatórios Antropológicos foram contratados por meio de Pregão Nacional, quando contratou-se a Associação Positiva de Brasília – APB;

01 (um) RTID realizado diretamente pelo Incra: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Luzia, município de Salvaterra.

Deste total, apenas o RTID da comunidade Santa Luzia foi concluído em 2013. Os demais RTID's, por estarem atrelados à confecção dos Relatórios Antropológicos contratados pelo Pregão Nacional, ainda não foram concluídos em virtude de a empresa contratada ter atrasado o início da 1ª fase do trabalho em três comunidades (Boa Vista, Rosário e Vila Mariana). Este atraso impossibilitou o início da 2ª fase de trabalho de campo nas mesmas, contexto em que a equipe técnica do SRTQ INCRA-SR(01) se juntaria à equipe técnica da APB para levantamento de dados e confecção das demais peças que compõem o RTID.

Uma série de dificuldades administrativas e orçamentárias dificultou a execução das ações previstas no planejamento. Cortes orçamentários prejudicaram a descentralização de recursos e, como consequência, a execução das ações de campo que subsidiariam a elaboração de novos relatórios antropológicos e a conclusão de novos RTID's. Então, as metas foram repactuadas e o planejamento orçamentário foi refeito, na tentativa de se adequar ao recurso disponível.

A quarta comunidade que teve a elaboração de seu RTID previsto para conclusão publicação neste ano (comunidade Fugido Rio Tucunaré) foi excluída do lote de comunidades trabalhadas pela APB por falta de encaminhamentos interinstitucionais em tempo hábil, necessários em face da situação de conflito e tensão na área, requerendo diálogo com as demais instituições interessadas (ICMBio, ITERPA, MPF). Visando à evolução dos processos de regularização para as fases de publicação de portarias de reconhecimento, decretação, desintrusão e titulação de territórios, a Superintendência seguiu a meta nacional de implantação de Mesas de Acompanhamento das Políticas de Regularização de Territórios Quilombolas, o que aproximou a Regional das outras instituições com atribuição de regularização territorial, como o Instituto de Terras do Pará – ITERPA e a Superintendência de Patrimônio da União – SPU, da sociedade civil, incluindo as associações representativas dos remanescentes quilombolas e as instituições de defesa do cidadão, como o Ministério Público do Estado – MPE/PA, o Ministério Público Federal – MPF e a Ouvidoria Agrária Nacional – OAN.

Novamente, as metas que não foram alcançadas foram redistribuídas como passivo para execução no próximo exercício.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Todas as ações foram executadas em acordo com as metas pactuadas pela Superintendência e a disponibilidade de recursos. Ações que não demandaram descentralização orçamentária, como as análises de processos de certificação e de cadastro que não exigiram vistoria, foram incluídas no cronograma de execução de atividades de cada um dos Serviços, ressaltando os prazos para manifestações dos interessados dispostos nas normativas pertinentes. Já as ações sujeitas à disponibilização de recursos para trabalho em campo, foram reguladas e fiscalizadas com base na emissão de relatórios parciais e finais por parte das respectivas equipes técnicas e na análise do trabalho concluído, caracterizando-os pelo alcance total ou parcial dos objetivos previamente estabelecidos.

A observância da execução das metas foi inserida e controlada, mês a mês, nas planilhas de monitoria de ações da Superintendência. A percepção de atraso nos cronogramas ou de não execução ou execução parcial de ações, foi debatida com os Serviços responsáveis e, reconhecendo impedimentos justificáveis, foram propostas as repactuações de metas.

3.1.5 Indicadores

Os indicadores adotados como parâmetros medidores do desempenho das ações realizadas na Divisão de Ordenamento foram os seguintes:

- a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais; superfície total/superfície da jurisdição/100: apresenta o percentual atualizado da área, em hectares, sob jurisdição da Superintendência, ocupada por imóveis rurais cadastrados no SNCR.
- b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis: apresenta o percentual de processos que sofreram análise no Comitê de Certificação da Superintendência, no exercício, em relação ao número de processos que foi formalizado no mesmo período.
- c) Índice de deferimento de processos de Certificação de Imóveis: apresenta o percentual dos processos certificados no exercício, em relação ao número de processos formalizados no mesmo período.
- d) Índice de indeferimento/arquivamento de processos de Certificação de Imóveis: apresenta o percentual de processos que tiveram o pedido de certificação indeferido por pendências insanáveis e que, por consequência foram arquivados no exercício, em relação ao número de processos formalizados no mesmo período.
- e) Índice de notificações de pendências de processos de Certificação de Imóveis: apresenta o percentual de processos em que foram detectadas pendências sanáveis durante a análise no exercício e que, portanto, geraram notificações para correção aos interessados, em relação ao número de processos formalizados no mesmo período.

O detalhamento das metas estabelecidas para o exercício de 2014 referente às Ações de Fiscalização Fundiária, Gerenciamento do Cadastro Rural, Certificação de Imóveis Rurais, Ampliação dos Polígonos de Georreferenciamento, elaboração de Relatório Antropológico e peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola, publicação de portaria de Reconhecimento de Território Quilombola, inserção de todas as comunidades no I3geo e Sipra, estão consignadas neste documento. (Anexo 2)

Quadro 4: Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	17.820.537,42 ha ocupada por imóveis cadastrados Disponíveis no SNCR. Apuração Especial 02/2012	81 %
				22.002.450,30 ha <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)</u> Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	396 processos com análise de certificação finalizada no exercício. Conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb (396)	695%
				57 processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	95 imóveis regularizados e titulados Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	167%
				57 imóveis com processo de regularização fundiária iniciado Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. (57)	

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5: Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	27.252	6.218,30	316.671,39	257.626,82	249.905,82	249.762,72	7.864,10
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	2.750	3.876	508.375,81	488.895,35	477.074,95	476.924,95	11.970,40
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	00	00	459,17	67,22	67,22	67,22	00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	00	2.178	00	00	00	00	00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	52	00	22.396,35	20.685,41	20.060,41	20.060,41	625,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	02	02	164.642,60	158.293,24	158.293,24	158.293,24	00

Quadro 6: Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	00	00	00	00	00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	00	00	00	00	00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	00	00	00	00	00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	00	00	00	00	00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	06	00	00	00	00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	00	3.500,00	00	3.500,00	00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.1.1

Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A forma de Obtenção de Recursos Fundiários de forma onerosa, seja por Desapropriação por Interesse Social ou Compra e Venda, inexistiu no exercício de 2013, seguindo essa mesma tendência no ano de 2014.

O Programa de Reforma Agrária teve como área de atuação as terras da União, com ênfase nas Glebas Arrecadadas e matriculadas ainda sem destinação e por meio da criação de projetos agroextrativista sob jurisdição da Superintendência do Patrimônio da União – SPU.

Utilizou-se como ferramenta principal o **Planejamento para Obtenção de Imóveis Rurais da SR-01/PA** elaborado em 2012 e ratificado em 2013.

Foram criadas em 2013 07 (sete) Projetos de Assentamento em terras públicas federais, sendo 05 (cinco) em glebas federais e 02 (dois) em áreas gerenciadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

A SR 01/PA executou aproximadamente 23% da meta física referente à Ação de Vistoria e Avaliação. O baixo percentual atingido se deu em especial pela necessidade de atender às portarias ministeriais nº 5, 6 e 7 de 31/01/2013, o que demandou recursos financeiros para adequação das propostas para criação de novos projetos de assentamento rural. O levantamento de cadeia dominial, a atualização das planilhas referenciais de preços de terras e passivo ambiental são atividades complementares às vistorias que não contribuem diretamente para as metas física, mas utilizam recursos para sua execução. (Anexo 4)

No exercício de 2013 o custo médio para assentar uma família na jurisdição da SR-01 alcançou o valor de R\$ 11.402,00 (onze quatrocentos e dois reais), considerando as seguintes ações: cadastro e seleção, assistência técnica e extensão rural, topografia, titulação crédito instalação na modalidade apoio inicial e infraestrutura. Os planos de desenvolvimento e recuperação do assentamento não tiveram demanda no exercício.

3.2.2 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Não houve obtenção de terras de forma onerosa no âmbito da SR 01/PA.

3.2.3 Informações sobre os imóveis desapropriados

Não houve obtenção de terras de forma onerosa no âmbito da SR 01/PA.

3.2.3.1 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

A meta estabelecida n Plano de Ação/Agenda de Gestão/2013, Ação 211A, Plano Operacional 06, Cadastro e Seleção de Famílias para o programa de Reforma Agrária foi de 2.750. A meta realizada foi de 3.876 famílias (41% a mais), ou seja, foram assentadas 1.126 famílias a mais. Tais números podem ser analisados como segue.

Envolveu articulações perante às prefeituras, sindicatos, associações de moradores e outros atores relacionados ao processo. Esse mecanismo significou que o INCRA promoveu com essas organizações a identificação do contingente de famílias (cadastradas ou não no Cadúnico) potenciais participantes do PNRA. Esses números foram também levantados in loco pelo INCRA, identificando com coordenadas geográficas as famílias ribeirinhas residentes, além da própria área de criação ou reconhecimento do assentamento. Nessa identificação foi tomado como base além dos números propostos na Programação Operacional, os mecanismos administrativos necessários (legislação) para efetuar o cadastramento dessas famílias e criar oficialmente o projeto. Ressalte-se que o fluxo deste trabalho nem sempre ocorreu na maneira esperada, em face das dificuldades que são inerentes ao bioma amazônico, como exemplo: dificuldades de acesso ao local,

grandes distâncias entre a área e as zonas urbanas, dentre outras. Não podemos deixar de apontar os altos custos que representaram esse trabalho, pois foi essencial o aluguel de embarcações pelo INCRA, pois só assim foi possível acessar certas localidades. Um outro obstáculo que também onerou os custos de deslocamento foi fato de inexistir agências bancárias em muitos municípios, o que ocasionou atraso na operação como um todo, pois, muitas vezes o barco teve que retornar para o município dotado de agência bancária ou sair de rota.

O INCRA apresenta um passivo de 2.923 famílias a serem incluídas no PNRA, que se encontram na condição de candidatos (inscritos não atendidos). O Órgão tem trabalhado no aumento da capacidade de assentamento de determinados projetos com áreas e situações que permitem tal tarefa. Desta forma, se reduz o passivo na medida em que novas vagas se abrem. Outra estratégia é trabalhar na exclusão de beneficiários que não mais apresentam perfil e/ou se evadiram do local em que o INCRA os identificou como beneficiários da reforma agrária (ex.ribeirinhos) ou mesmo assentados.

Devemos ressaltar também um número de famílias acampadas que igualmente foram cadastradas pelo INCRA em acampamentos situados em áreas federais (1.035 famílias) e áreas estaduais (647).

No sentido de cumprir a legislação e ao mesmo tempo contemplar o passivo de candidatos(as) cadastrados pelo INCRA mas ainda não beneficiados pelo PNRA, a SR-01 fortaleceu o trabalho de excluir do programa àqueles beneficiários que deixaram de apresentar o perfil descrito na Norma de Execução(NE) n°.45/2005/INCRA, ou mesmo que se evadiram dos locais em que foram assentados ou reconhecidos nessa condição pelo INCRA, tendo por base o art.77 do Decreto n°.59.428/66. Em áreas específicas como o Marajó (ex. Breves) e o Baixo Tocantins (ex. Limoeiro do Ajuru), houve um estudo do INCRA o qual possibilitou a inclusão de novas famílias, considerando a condição de população tradicional, permitindo que outras pudessem ser efetivadas no programa. Em locais onde esse mecanismo não pôde ser aplicado, a estratégia utilizada foi a exclusão, que é obrigatoriamente precedida por uma visita técnica do órgão juntamente com a participação efetiva da comunidade/coordenadores locais. De maneira geral, se observa o art.77 do Decreto n°.59.428/66, o qual prevê penalidades quanto ao abandono do lote, dentre outras situações. A NE n°.45/2005/INCRA também impede o ingresso de servidores públicos no programa, assim, candidatos inscritos que sejam servidores serão excluídos. Já a NE n°.70/2008/INCRA, trata de inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do PNRA, ou seja, da participação de servidores públicos (na condição de beneficiários) de todas as esferas governamentais. Aqueles beneficiários do PNRA que se tornam servidores públicos são identificados na forma da NE n°.70/2008/INCRA e assim, bloqueados no SIPRA (Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária). Tais pessoas são notificadas pelo INCRA quanto à situação e têm um prazo para se defenderem, encaminhando uma justificativa ao INCRA. Este analisa cada pedido através de sua coordenação regional, podendo o beneficiário continuar no programa ou mesmo ser excluído definitivamente. Assim, até a presente data, os números são os seguintes:

*identificados como inconsistentes: 1993

*Notificados: 1985

*Responderam a notificação: 1291

*Processos analisados pela coordenação regional: 1076

*Analisados pela Procuradoria: 981

*Processos deferidos: 533

*Processos Indeferidos: 112

As ações de Cadastro e Seleção de Famílias destinaram-se às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que aguardavam o Poder Público inseri-los como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. No âmbito da Superintendência Regional do Pará (SR-01), tal ação centralizou-se em duas frentes: no continente (imóveis rurais obtidos pela União ou localizados em glebas federais) e ilhas da União Federal localizadas nos Territórios da Cidadania do Marajó e Baixo Tocantins.

Ressalte-se que já se percebe claramente os efeitos da assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o INCRA e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que possibilitou priorizar o trabalho com as populações tradicionais moradoras das ilhas, e a consequente criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE's), objetivando reconhecer as famílias e aplicar políticas públicas e de preservação ambiental, específicas do bioma amazônico. Essa ação do Estado estabelece o resgate dos direitos das populações tradicionais nos PAE's, sempre à margem no que tange ao acesso às políticas públicas. A região do Marajó, por exemplo, é possuidora de um dos menores IDH's do Brasil, portanto, foi priorizada.

Observa-se que a ação antes mencionada tem trazido resultados positivos na vida dos ribeirinhos, vez que fica evidenciado o incremento da produção, aumento da renda, melhoria na qualidade de vida concretizada na construção de moradias, trapiches, bem como a utilização de artefatos de pesca, construção de sistemas de abastecimento de água e escoamento da produção, com a utilização de “rabetas” adquiridas com recursos do Crédito Instalação, modalidade Apoio Inicial. O Governo também efetuou a inserção dos beneficiários da reforma agrária no programa Bolsa Verde, o que foi antecedido por uma série de reuniões e planejamento do INCRA com os outros atores envolvidos no processo, tais como: Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, Ministério do Meio Ambiente, MMA, Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade, ICMBIO, Secretaria do Patrimônio da União/Superintendência do Patrimônio da União, SPU, Prefeituras Municipais de São Sebastião da Boa Vista, Curalinho, Melgaço, Breves, Portel, Afuá, Cachoeira do Arari, Abaetetuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru; associações e sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios antes referenciados. Observou-se que o Programa Bolsa Verde, acompanhado de outros programas vinculados ao Cadastro único do Governo Federal (ex. Bolsa Família) ampara e fortalece a unidade familiar justamente no fator mais preponderante: a renda.

No aspecto fundiário, a criação dos PAE's vem quebrando um ciclo de relações de subserviência que se estabeleceram historicamente entre os ditos donos das ilhas e os que efetivamente habitavam os locais. A atuação mais precisa do Governo, através da SPU e do INCRA confirma aos moradores e a quem interessar que ali se trata de território de domínio da União Federal, portanto um espaço de garantia de direitos das populações tradicionais.

Acrescente-se que em 2013 o INCRA SR/01 criou 07 projetos de assentamento (PA's), sendo 02 Projetos Agroextrativistas, PAE's, localizados em Cametá (Pa), e 05 Projetos de Assentamento, convencionais, PA's, na Gleba Coaraci-Paraná, situada em Garrafão do Norte, Território da Cidadania do Nordeste Paraense.

Ações que apresentaram problemas de execução, ressaltando que o cumprimento das metas aconteceu de modo descontínuo durante o ano de 2013. Vários fatores concorreram para esta situação:

- α) O contingenciamento de recursos orçamentário-financeiros prejudicou o andamento de todo o trabalho, pois a descentralização ocorreu de forma descontínua, acarretando problemas na execução do calendário acordado com o público beneficiário. Ainda no aspecto financeiro, o valor disponibilizado para a ação de cadastramento e seleção no exercício 2013 foi de R\$488.895,35, sendo empregado efetivamente o valor de R\$250.000,00. O restante, R\$238.895,32, ou seja, quase metade do valor inicial disponibilizado foi aplicado no financiamento de ações vinculadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento, no que concerne à retomada de lotes ocupados irregularmente, supervisão ocupacional visando

implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, força tarefa, etc.; sobre as atividades mencionadas o Serviço de Implantação não possuiu nenhum gerenciamento.

β) A dificuldade de acesso às diversas localidades, devido às distâncias. É o caso da região do Marajó e grande parte do Baixo Tocantins, áreas em que eventualmente se leva até três dias para chegar às comunidades ribeirinhas. Situações como o regime das marés provocaram atrasos significativos na execução dos trabalhos, especialmente na época do chamado verão amazônico, onde a navegação em alguns rios fica prejudicada pelo baixo nível de água no leito dos rios.

3.2.4 Principais atividades de controle do Gestor

A Divisão de Obtenção destacou um servidor para acompanhar e controlar as despesas referentes à ação de vistoria e avaliação, o que proporcionou maior segurança no fluxo das despesas correntes, e agilizando a entrega dos trabalhos designados às equipes de campo.

3.2.5 Indicadores

1. Índice de gastos com Obtenção de Terras;

Em 2013 não obtivemos imóveis rurais para incorporação ao PNRA, de forma onerosa, porém consta em nossa SR, 4 (quatro) imóveis a serem adquiridos com base no Decreto 433, aquisição por Compra e Venda, estando este em fase de readequação ao novo fluxo de obtenção de terras e consultas aos órgãos externos conforme preconiza nossos manuais.

O cálculo do Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento deste exercício é prejudicado, pois, em 2013, foram emitidas **8** Licenças Ambientais solicitadas ao Órgão Ambiental Estadual, na modalidade Licença Prévia, conforme preconizado Resolução do CONAMA nº 387/2006, revogada em meados de 2013, contudo não foram realizados, neste exercício, solicitações de Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento, na modalidade Licença Prévia - LP ou Licença de Instalação e Operação – LIO. Portanto não será possível calcular o Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento deste exercício, considerando que a razão da quantidade entre licenças solicitadas e licenças emitidas será de **0** por **8**.

Assim apresentamos o Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento, a razão entre todas as licenças solicitadas e licenças emitidas no período de 2008 a 2013, excetuando as vencidas até o fim deste exercício. Ao todo, foram emitidas **86** licenças a Projetos de Assentamento pela SEMA-PA, entre os anos de 2008 e 2013, e até o fim deste exercício, possuímos **69** licenças em vigor e **172** solicitações de licenças sob análise da SEMA-PA, indicando a razão de **249,3%**.

Já o Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor é expressada pela razão entre **350** Projetos de Assentamentos e **69** licenças em vigor, correspondendo a **507,2%**

E em decorrência da revogação da CONAMA nº 387/2006 pela Resolução CONAMA nº 458/2013, passou-se a tratar, individualmente a regularidade ambiental de cada atividade executada em Projetos de Assentamentos da reforma Agrária, calcados nas considerações desta e de uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará, a Res. COEMA nº 107/2013, que trata de dispensa de licenciamento ambiental para obras e atividades agrossilvipastoris, como recuperação de estradas, atividades pecuária leve, lavouras anuais e atividades de silvicultura entre outras como a construção de habitações rurais. A solicitação destas respectivas dispensas de licenciamento ambiental são realizadas facilmente no sitio eletrotônico da SEMA-PA em formulário disponível ao interessado.

Quadro 7: Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	249,3
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	507,2

3.2.6 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

No ano de 2013, foram incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária 11.491,1469 hectares, compostos por 5 (cinco) projetos de Assentamento Federal Convencionais - PAs e 2 (dois) Projetos de Assentamento Agroextrativistas - PAEs.

Os cinco PAs totalizam 10.952,8181 ha, composto por 6.118,80 ha em área convertida em Uso Alternativo do Solo (55,87%), 4.834,02 ha de área passíveis de destinação para compor Área de Reserva Legal, 44,82 ha de Área de Preservação Permanente conservada e 104,21 ha com Área de Preservação Permanente com algum tipo de uso agrosilvipastoril.

Os 2 PAEs totalizam 389,3001 há, com sua extensão total conservada, ou seja com vegetação arbórea nativa permanente, devido ao manejo extrativista do fruto do Açaí ser praticado em praticamente toda sua extensão.

Considerando o Zoneamento Ecológico Econômico aprovado para a região Nordeste do Pará, o Município de Garrafão do Norte, onde foram criados os 5 (cinco) PAs, a Reserva Legal poderá ser de 50% do imóvel rural para fins de recomposição, sendo assim estimamos um passivo ambiental de 642,39 há, correspondendo a 5,66% da área total incorporada.

Com base na Planilha de estimativa de Custo de Recuperação do Passivo Ambiental de Imóveis Rurais na Jurisdição do INCRA-SR(01) de 2013, o custo para reparação do passivo para reserva legal incorporado em 2013 fica estimado em R\$5.881.386,14, considerando o custo de recuperação de R\$9.155,51 por ha. E o custo para recuperação de APP é estimado em R\$935.891,39, considerando o custo de R\$8.981,23

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	16.743	28.399	27.002.069,50	26.999.017,50	83.068,24	83.068,24	26.915.949,26
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	00	00	00	00	00	00	00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	00	00	00	00	00	00	00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	2.300	35.624	17.281.593,38	17.278.084,03	1.792.041,75	1.105.187,82	16.172.896,21
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	2.091	00	14.970,55	14.792,15	14.792,15	14.792,15	00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	00	3.219	387.004,73	348.919,76	332.902,76	330.097,60	18.822,16
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	1.444	00	56.400,00	56.398,81	56.398,81	56.398,81	00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	15	00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	330	566	61.124,00	57.083,14	57.083,14	57.083,14	00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	00	00	9.149,30	9.089,30	9.089,30	9.089,30	00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	60	00	5.303,90	5.237,07	5.237,07	5.237,07	00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)							

Quadro 9: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	7.943.125,28	1.207.372,87	1.189.635,41	5.546.116,98
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	00	00	00	00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	239.197.400,00	206.432.800,00	00	32.764.600,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	23.809.678,30	2.269.692	10.567.792,09	10.972.193,85
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	103.478,20	2.217,30	101.260,90	00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	4.000,00	2.000,00	2.000,00	00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	00	00	00	00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	00	00	00	00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	00	00	00	00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	00	00	00	00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	132,10	00	00	00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	00	00	00	00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Ação 210 S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

Sob a jurisdição da SR 01 há 374 projetos de assentamento, totalizando 93.675 famílias. No exercício 2013, foi atendido com serviços de ATER um público beneficiário de 22.091 assentados, em 146 Projetos de Reforma Agrária. As contratações se deram, exclusivamente, via Chamada Pública.

A contratação e acompanhamento dos serviços de ATER passou por muitas dificuldades. Dentre as quais: equipe composta por 06 servidores recém concursados, aliado ao contingenciamento de recursos (Decreto 8.062, de 29 de julho de 2013 e Portaria 268, de 30 de julho de 2013), o que dificultou as atividades de fiscalização e monitoramento dos contratos.

Apesar das dificuldades, no segundo semestre de 2013 foram firmados 07 contratos com 03 prestadoras (16.748 famílias) de serviços de ATER, porém o início das atividades não pôde ser adequadamente acompanhado, por falta de recursos para fiscalização.

O contingenciamento de recursos não impactou apenas as fiscalizações, como também na qualificação dos editais das chamadas públicas.

Pelos serviços de ATER perpassam outros serviços do Desenvolvimento de Assentamento, como: regularidade ambiental, acesso a políticas públicas de habitação, serviços básicos, programas de inclusão produtiva, inserção a mercados e de investimentos em agroindustrialização. É ainda, como linha dorsal dos serviços de ATER, a superação da extrema pobreza, a inclusão social, política e econômica das famílias assentadas.

Sabendo-se ainda, que o acesso a assistência técnica é vetor para acesso a diversas políticas públicas, primordial no desenvolvimento sustentável e na inclusão produtiva das famílias assentadas, a SR 01 planejou universalizar esta política, e para tal, além da ampliação da equipe de ATER, tem buscado integrar outras ações às chamadas públicas.

Em 2013, além da interação com demais setores da SR01 (meio ambiente, supervisão ocupacional, infraestrutura, crédito, implantação de assentamentos, cartografia, entre outros), houve a construção de parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para viabilizar o monitoramento dos serviços de ATER nas Unidades de conservação geridas pelo referido Instituto e sob a jurisdição do Incra.

Foram ainda adotados procedimentos para acompanhamento e monitoramento dos serviços, por meio de planilhas desenvolvidas pelo próprio setor que complementam a análise qualitativa e quantitativa dos contratos. Este controle interno da equipe foi gerado no intuito de aprimorar o detalhamento da execução, uma vez que o atual sistema de monitoramento, Sistema Informatizado de ATER (SIATER), não atendeu com efetividade a utilização do recurso público.

Por orientações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, para o exercício 2014, a meta será disponibilizar os serviços de ATER a 50% das famílias sob a tutela da SR01, o que corresponde a aproximadamente 46.000 famílias atendidas por esse Programa. Desse total, das famílias assentadas em Projetos Agroextrativistas – PAE e em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, modalidade Reservas Extrativistas – RESEX, 100% serão beneficiadas, significando a universalização em projetos ambientalmente diferenciados.

Ação 210S - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

A Chamada Pública para seleção de entidades executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Projetos de Assentamento Agroextrativistas em situação de extrema pobreza, foi construída numa parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da Coordenação Geral de Políticas Para Povos e Comunidades Tradicionais – CGPCT, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e Ministério do Meio Ambiente e suas vinculadas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Serviço Florestal Brasileiro, tendo como base para o processo de construção as

demandas e da descrição dos serviços, os acordos firmados pelo MDA durante o “I Chamado dos Povos da Floresta”, denominada de agenda do Marajó.

Após a contratação e homologação dos contratos de ATER, foi previsto que esta ação fosse executada antes do início dos serviços, o que não ocorreu.

Ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Em face do quantitativo de recursos financeiros imobilizados até final de 2012, em contas correntes vinculadas/bloqueadas das entidades organizadoras (Associações) e Comissões de Assentados (Pessoa Física), cujos valores discriminamos abaixo, a Direção da SR-01, adotou a estratégia de não solicitar novos recursos de crédito instalação, para aplicação no ano de 2013 e, sim, avançar na aplicação do montante disponível em Restos á pagar. (Tabela 01)

Recursos disponíveis em RAP, dezembro-2012.

Houve ainda fatores que contribuíram para o atraso na liberação de recursos para pagamento dos créditos, como a falta ou demora na regularização das associações, e/ou atualização das Relações de Beneficiários, além de outros.

Tabela 2: Crédito Instalação

Modalidade do Crédito	Valor (R\$)	Familia
Apoio inicial	13.852.484,44	4.440
Aquisição de material de construção	44.212.050,00	2.474
Resíduo	21.923.467,07	192

Ação 211A - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Na gestão 2013 a SR(01) firmou 16 convênios, 03 contratos para execução direta e sete termos de compromisso (Decreto nº. 8.144 de 28 de novembro de 2013), estando distribuídos dentro dos territórios de cidadania. (Tabela 02)

Foram firmados dezesseis convênios (27.043 famílias), dos quais quinze foram com recursos oriundos de emendas parlamentares. Outra fonte de recurso, 680 famílias foi proveniente da programação operacional (plano de ação 2013). Acrescentou-se ainda, a assinatura de termos de compromisso, criados a partir do Decreto nº. 8.144 de 28 de novembro de 2013, quando a SR(01) atendeu mais 3.272 famílias.

Com os recursos totais destinados às obras de infraestrutura básica, a SR(01) atenderá no biênio 2013-2014, 10.943 famílias com a implantação de estradas vicinais; 20.256 famílias com a recuperação de estradas vicinais e 2.175 famílias com outras modalidades de obras de infraestrutura, das quais citamos ponte de concreto armado, estivas em madeira de lei, para atender projetos de reforma agrária ambientalmente diferenciados, e microestações de tratamento de água.

A meta prevista para o ano de 2013 foi atender 2.300 famílias através da implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento. Com a implantação de 11,00km de estradas vicinais e a construção de 15,00 m de ponte em concreto armado, a SR(01) atendeu no período de janeiro a dezembro de 2013, 2.250 famílias, equivalentes a 97,83% da meta estabelecida para o período.

Contabilizando a implantação de outras obras vinculadas à construção/recuperação de habitações por meio do Crédito Instalação (resíduo de crédito), os números da SR(01) são

acrescidos de 744 famílias atendidas com a implantação de 62 (sessenta e duas) microestações de tratamento de água, superando em cerca de 30% a meta estabelecida.

Devido à assinatura dos convênios e demais modalidades para implantação e recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento, na sua grande maioria no mês de dezembro de 2013, a execução das obras serão iniciadas somente no exercício de 2014, com conclusão prevista entre este exercício e 2015. Em virtude dessa situação corriqueira, em relação ao total de famílias a serem atendidas no exercício de 2013, levando-se em conta todos os convênios, termos de compromisso e contratos, o percentual de execução reduzirá para 8,40% no período de análise.

Tabela 3: Infraestrutura disponibilizada

Territórios da Cidadania	Meta Estabelecida (Família atendida)
Nordeste Paraense	2.950,00
Marajó	2.485,00
Baixo Tocantins	2.449,00
Jurisdição*	25.490,00

* fora dos Territórios

A execução das metas referentes a gestões anteriores – RAP – para um passivo de 12.437 famílias a serem atendidas, a SR(01) executou no exercício de 2013 obras de infraestrutura básica. (Tabela 03)

O percentual de execução de obras referente aos RAP's atingiu o percentual de 52,26% no período de janeiro a dezembro de 2013, gerando um passivo de 47,74%, o que equivale a um total de 5.937 famílias.

De forma repetida, a gestão 2013 caracterizou-se pela carência de recursos destinados à vistoria técnica das obras de infraestrutura (decreto de contingenciamento e portaria 268/2013), o que impediu o recebimento provisório de obras no período de outubro a dezembro de 2013, assim como o descumprimento do cronograma de desembolso das parcelas dos convênios pactuados.

O déficit na meta estabelecida corresponde a 1.313 famílias não atendidas, no que diz respeito a obras não recebidas, e 2.428 famílias não atendidas devido ao atraso no repasse das parcelas dos convênios firmados com prefeituras. Sendo assim, o percentual de execução dos RAP's deveria ser 82,34%.

O aumento do passivo de restos a pagar, repetiu-se como em anos anteriores devido ao atraso na liberação de recursos às prefeituras, conjugado com a indisponibilidade financeira para pagamento de diárias e passagens a servidores responsáveis por vistorias.

Acrescentamos ainda, o descompasso entre orçamentário e financeiro, gerador de aporte de recursos disponíveis de forma desproporcional para aplicação no final do exercício, aliado ao cumprimento da legislação; itens esses citados para a precária execução da ação.

Enfatizamos que os problemas já relatados foram impactantes, trazendo como consequência a execução da programação de um exercício no ano seguinte. A formalização dos instrumentos (convênios, contratos e termos de compromissos) ocorreram no final do exercício, levando ao adiamento do início das obras devido às condições climáticas (inverno amazônico), em grande parte decorrentes da disponibilidade orçamentária tardia. Medidas precisam ser adotadas a fim de evitar tais ocorrências, uma vez as mesmas contribuem sobremaneira para a desqualificação das unidades administrativas, os assentamentos, tendo em vista que a carência de infraestrutura básica, em tese, se apresenta como a principal causa da evasão/abandono dos assentamentos.

O crescente passivo de infraestrutura básica das unidades administrativas (projetos de assentamento), não foi suprido com o correspondente atendimento das necessidades do público alvo, as metas de consolidação e emancipação terão remotas possibilidades de serem superadas,

dificultando assim a o atendimento de novas demandas que a cada ano se apresentam, o que é preocupante.

Na busca de minimizar o déficit de infraestrutura e tornar os assentamentos melhor estruturados e organizados, proporcionando às famílias os benefícios sócioeconômicos mínimos, necessários à fixação do homem ao campo, através da implantação ou melhoria da sua rede viária de acesso e interna e moradia digna, a Diretoria de Desenvolvimento publicou em fevereiro de 2014, Chamamento Público onde serão integradas ações de infraestrutura e o programa nacional de habitação rural (programa minha casa minha vida). O objetivo será selecionar propostas de infraestrutura, nas ações de recuperação, complementação e conservação de estradas vicinais internas e de acesso aos projetos de assentamento, aliadas a construção das habitações (projetos a serem enviados aos agentes financeiros) através do Programa Nacional de Habitação Rural.

Tabela 4: Passivo de Infraestrutura

Objeto	Passivo	Executado	%	Saldo
	Família			Família
Implantação de estradas vicinais	3.267	2.385	73	882
Recuperação de estradas vicinais	4.466	3.025	67,73	1.441
Abastecimento d'água	1.708	602	35,25	1.106
Outros	2.996	488	16,29	2.508
Total	12.437	6.500	52,26	5.937

Ação 211A - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol

O Programa de Fomento à Agroindustrialização, a Comercialização - Terra Sol - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária que tem como base normativa fixada pela Norma de Execução nº 103 de 12 de julho de 2012. A Ação Terra Sol visa ao incremento de renda das famílias assentadas por meio do financiamento de atividades socioeconômicas sustentáveis valorizando as características regionais, as experiências e potencialidades locais, com ênfase na agroecologia.

No ano de 2013, 169 (cento e sessenta e nove) famílias foram beneficiadas com recursos do programa Terra Sol através de um convênio firmado em 21/12/2012 (exercícios anteriores) com a Prefeitura de Dom Eliseu-PA, nos Projetos de Assentamentos Rio Acampamento e Alto Bonito, visando à implantação de 2 (duas) unidades de beneficiamento de mandioca (casas de farinha mecanizada). Em relação a disponibilização de recurso, foram liberados: R\$ 101.260,90 (cento e um mil, duzentos e sessenta reais e noventa centavos), referente a terceira parcela, gastos com despesas: R\$ 14.792,15 (quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos) para acompanhamento da execução das obras e tratativas do convênio. A vigência que seria até 21/12/2013 teve o prazo prorrogado até 20/04/2014.

No exercício de 2013, não foram formalizados novos convênios, porém no final de 2013 o Programa Terra Sol passou a integrar o Setor de Ater nesta Superintendência, no sentido de ampliar, buscando divulgação com as prestadoras de ATER, contratadas pelo INCRA, instituições parceiras, e principalmente com a sensibilização das famílias assentadas a apresentar projetos. Passando assim, o programa, por reestruturação, portanto, as informações e propriamente a execução do programa, ainda estão em fase de transição.

A estratégia para 2014, no âmbito da SR01, é intensificar a interação com as demais ações (Ater, Infraestrutura, Crédito) e fortalecer a equipe atual que já conta 02(dois) servidores (uma engenheira agrônoma e um engenheiro civil). No âmbito nacional, a orientação é ampliar as feiras de abastecimento popular da Reforma Agrária, apoiar projetos de comercialização institucional a exemplo do PAA /PNAE e principalmente melhorar a operacionalização do Programa Terra Sol nas Superintendências Regionais.

Ação 211A - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

A ação de Supervisão e Fiscalização de Crédito Instalação refere-se à fiscalização e liberação/desbloqueios de contas bloqueadas e cuja aplicação foi efetivada, ou seja, apoio inicial entregue, casa concluída e atendimento à legislação pertinente, referentes aos saldos financeiros existentes em contas das Associações.

Em 2013, foram cancelados recursos empenhados de Créditos Instalação Inscritos em Restos à Pagar de anos anteriores à 2012 (Portaria 352, de 19 de junho de 2013), nas modalidades apoio inicial e aquisição de materiais de construção.

Pelo mesma Portaria, também cancelados os recursos empenhados de Créditos Instalação Inscritos em Restos à Pagar do ano de 2012, modalidade aquisição de materiais de construção, em face de mudanças desse programa para o PNHR do Ministério das Cidades, em decorrência, foi suspensa a liberação de novos recursos do orçamento do INCRA, para essa atividade.

Considerando os fatos acima relatados, detecta-se resultados na ação de Supervisão e Fiscalização de Crédito Instalação no ano 2013, em face da aplicação de recursos de créditos, recair apenas sobre saldos de Restos à Pagar de anos anteriores.

Apesar dos volumes de valores disponíveis de crédito instalação, esta ação não alcançou os resultados esperados, porquanto as solicitações de recursos financeiros não foram descentralizados na época e nos valores necessários para atender os deslocamentos dos asseguradores para implementação desses créditos. Considerando que mais de 70% dos saldos de crédito existentes são destinados para assentamentos localizados em áreas insulares, a supervisão sobrecarrega em recursos de locação de embarcações para chegarem até a clientela beneficiária, e no ano de 2013, foi o recurso que praticamente deixou de ser descentralizado pela Direção Central do INCRA.

Esse fato acarretou sérios problemas em diversos assentamentos em que o atendimento de créditos de apoio inicial e/ou aquisição de materiais de construção, chegou com atraso de meses, ou até mesmo deixou de ser atendido, adiado para o ano de 2014, como exemplo, os assentamentos localizados no município de Afuá, que dependem também de recursos para passagem aérea.

Os Assentamentos localizados no município de Igarapé Miri e Ponta de Pedras, tiveram suas aplicações de créditos suspensas por ordens judiciais. Somente no segundo semestre foram liberados os créditos para os PAE's localizados em Igarapé Miri enquanto que o PAE Ilha Santana, localizado em Ponta de Pedras, continua dependendo de liberação até a conclusão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD, determinado pela justiça.

As Resex's localizadas nos municípios de Viseu e Curuçá, também, estão sob processo de levantamento das situações de aplicações de crédito, ocorridas até o ano de 2011, em face de diversas ocorrências de irregularidades, fatos que provocaram a suspensão da concessão de crédito às famílias assentadas, ao mesmo tempo impactando valores disponíveis em contas das associações.

Ação 211A -Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

No ano de 2013, foi estabelecido no Plano de Ação e Agenda de Gestão meta física de 1.444 lotes supervisionados e orçamento de R\$115.520,00.

Conforme relatório do SIAFI Gerencial, no ano de 2013 foram recebidos R\$56.400,00 (339014 -R\$51.400,00, 339030 – R\$3.000,00, 339033 – R\$2.000,00). Deste valor foram liquidados R\$54.398,81.

Ocorre que na execução da ação, a SR01/D priorizou o levantamento de demandas para atendimento ao Programa Minha Casa Minha Vida.

A equipe de supervisão ocupacional, cuja composição era de 06 servidores, realizou no período de março a agosto de 2013, visitas a 610 parcelas, identificando 454 “aptos” a receberem os benefícios do PMCMV.

Por desencontro de informações entre o Chefe da Divisão (já substituído) e a equipe de supervisão, os trabalhos não atenderam na íntegra, os requisitos da Instrução Normativa 71, de 17 de maio de 2012, impedindo que a SR registre este serviço como meta da ação Supervisão Ocupacional.

No início de 2014, foi designada nova equipe para execução dos serviços e a primeira providência do gestor foi atualizá-los quanto a legislação que permeia esta ação. Tal medida visa atender as diretrizes para o desenvolvimento dos assentamentos, como o combate ao desmatamento e regularização ambiental, redesenho de sistemas produtivos sustentáveis e ampliar a produção e produtividade. Tais objetivos só poderão ter suas estratégias implantadas e executadas com a regularização e conhecimento da situação ocupacional do público beneficiário da reforma agrária.

Ação 211A -Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Não houve execução desta ação na SR01. O valor utilizado foi para o pagamento de diárias para fiscalizar serviços de contratos já finalizados em anos anteriores.

Como o recurso para essa ação foi centralizado na Sede / Brasília. Em novembro de 2013, foi enviado projeto básico elaborado pelo Setor de Topografia / Cartografia.

O referido projeto no valor de R\$95.370,00, destinava-se a execução direta, de demarcação topográfica georreferenciada, a 393 parcelas e 05 áreas destinadas a criação de Reservas Florestal coletivas, no Projeto de Assentamento Abril Vermelho, situado no município de Santa Bárbara / PA.

Considerando a necessidade dos serviços e a escassez de recursos, informamos que os custos da execução direta corresponderiam a 30% dos custos de execução indireta.

Ação 211A -Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

Esta ação foi desenvolvida por servidores das Unidades Avançadas e de Belém.

Foi estabelecida meta de 330 títulos a serem emitidos no exercício de 2013, esta meta foi quantificada em 566 documentos emitidos, dos quais 171 foram títulos de domínio – TD e 395 contratos de concessão de uso – CCU.

Com referencia a provisão recebida, despesa empenhada e valores pagos, parte destes recursos foram aplicados na ação de supervisão ocupacional cujo produto é a emissão de títulos ou exclusão da Relação de Beneficiários.

Na entrega de CCU e TD, foram utilizados no pagamento de diárias e despesas de deslocamento, o montante de R\$ 7.710,96 do valor total disponibilizado.

Ação 210 T -Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)

Ação 210 T - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Ação 210 T - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Em relação à ação 210 T, que se subdivide em três: Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária e Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social informamos que os recursos utilizados foram para a articulação das parcerias que dariam origem aos convênios para a realização dos cursos. As metas físicas não foram atingidas

em razão de problemas no fluxograma para a aprovação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos nas instituições parceiras.

Ressaltamos que há 21 profissionais sendo capacitados na ação Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, na área de abrangência da SR01, entretanto eles estão sendo contabilizados pelo INCRA/SEDE por ser tratar de um Termo de Cooperação entre o INCRA e a Universidade Federal do Pará. A responsabilidade dos técnicos da SR01 é somente acompanhar a realização das atividades acadêmicas do curso.

3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Sob a jurisdição da SR 01, o exercício 2013, contabilizou 374 projetos de assentamento e 93.675 famílias.

A Gestão no exercício de 2013, atendendo as orientações da Sede/Brasília, teve como foco as famílias assentadas em Projetos de assentamento inclusos nos Programas Minha Casa Minha Vida Rural – MCMVR e Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Porém, não há como excluir, as demandas para implantação de infraestrutura nos projetos de assentamento através de ofícios encaminhados por Associações de Assentados locais, vistorias técnicas realizadas nas obras em execução, pleitos de movimentos sociais.

Assim, apesar da disponibilidade orçamentária de elevados valores (R\$37.428.933,51 de recursos oriundos da programação operacional e emendas parlamentares), permanece déficit de infraestrutura básica e tal carência é uma das causas da evasão/abandono nos assentamentos. Ou seja, as demandas crescem em proporção inversamente proporcional a disponibilidade de recursos e finalização de obras de infraestrutura em execução.

Uma fonte de superação deste déficit são as verbas de Emendas Parlamentares que no ano de 2013 foram destinadas a SR01, a quantia de R\$20.150.909,48.

Segundo informações do setor de infraestrutura há entraves que contribuem ainda mais para esta situação de carência como: disponibilidade orçamentária somente no final do exercício, gerando a recorrente situação de “restos a pagar”; as condições climáticas do início do ano (inverno amazônico) que atrasam o início das obras; a liberação tardia de recurso por parte do Incra (“1ª parcela”) para o início das obras; Prefeituras inadimplentes e inscritas no Cadastro Único de Convênio – CAUC, gerando a obrigatoriedade de suspensão do repasse de recurso, até que cesse a inadimplência; as peculiaridades da região quanto a dificuldades de acesso que impossibilitam a execução da obra de acordo com o cronograma físico-financeiro.

Assim, o crescente passivo de infraestrutura básica sem a correspondente disponibilidade orçamentária, aliada às dificuldades enfrentadas, comprometem infinitamente tanto o cumprimento das metas atuais quanto o firmamento de novas metas.

Em relação a Assistência Técnica, apesar das dificuldades enfrentadas, houve avanço significativo: enquanto que no ano de 2012 foram atendidas 10.008 famílias, em 2013 foram contratados serviços para 22.091, com despesas empenhadas totalizando R\$26.999.007,52, Cabe acrescentar que este valor corresponde, tão somente o exercício 2013, considerando que os contratos de Ater tem vigência de 30 meses.

As estratégias definidas para 2014, conforme orientações da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, que objetivam minimizar o déficit de infraestrutura é o lançamento da Chamada Pública para Infraestrutura. O certame tem como objeto selecionar propostas de infraestrutura, nas ações de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais internas e de acesso aos assentamentos rurais em Projetos de Assentamento que serão beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, no Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Para a Ater, no exercício 2014, a meta será disponibilizar estes serviços a 50% das famílias sob a tutela da SR01, isso corresponde a aproximadamente 46.000 famílias atendidas por esse Programa. Desse total, das famílias assentadas em Projetos Agroextrativistas – PAE e Reservas Extrativistas – RESEX, 100% serão beneficiadas, significa universalizar a Ater em PAE e Resex.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

O atingimento das metas previstas, para as ações integrantes da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento teve como entraves, no exercício 2013, entre outros: a rotatividade de gestor na Divisão; o Decreto 374/2013 e Portaria 268/2013 (contingenciamento de recursos); a disponibilidade orçamentária para formalização de convênios, contratos, termos de compromisso no final do exercício (ater, infraestrutura); a contratação de servidores via concurso público, que apesar de qualificados para os cargos não possuem experiência nas atividades burocráticas e específicas da Divisão.

Porém, apesar das dificuldades inerentes a cada ação, foram superadas as metas de Titulação (171%), Ater (362%), Infraestrutura (1.585%), através da busca de parcerias com outras instituições da Administração Pública.

Nas ações cuja execução foi zero, apesar de ter meta definida como o caso da Ação 210 T, justifica-se por problemas na aprovação dos projetos nas instituições parceiras, fugindo de nossa governabilidade.

Em relação a ação supervisão ocupacional, conforme já relatado na descrição das ações, houve a priorização do levantamento de demandas para atendimento ao Programa Minha Casa Minha Vida e o desencontro de informações entre o gestor da Divisão e Servidores que executaram os trabalhos.

No exercício de 2014, a nova equipe para execução dos serviços deverá atender as diretrizes para o desenvolvimento dos assentamentos, como o combate ao desmatamento e regularização ambiental, redesenho de sistemas produtivos sustentáveis e ampliar a produção e produtividade. Tais objetivos só poderão ter suas estratégias implantadas e executadas com a regularização e conhecimento da situação ocupacional do público beneficiário da reforma agrária. Atrelado a estas diretrizes, a SR01 executará o Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal, válido para toda a Amazônia Legal, cujos objetivos ratificam as diretrizes da Sede.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Apesar SR01 superar metas de ações como Titulação (171%), Ater (362%), Infraestrutura (1.585%), ainda há muitos desafios a superar para atendimento dos requisitos da instrução normativa nº 39, de 11 de junho de 2007, que trata da consolidação e emancipação (autosuficiência) dos projetos de assentamento.

Para atingir este objetivo, um projeto de consolidação, integrado pelas Diretorias de Desenvolvimento e Obtenção de Terras está em estudos pela Sede.

Nesta proposta, o tempo de consolidação dos assentamentos, que atualmente é de 10 anos em média, será reduzido para 07. As medidas buscam qualificar o processo de criação, consolidação e viabilidade econômica dos assentamentos, respeitando as suas peculiaridades, regionalismos e vocações econômicas.

A partir dessa proposta, para a consolidação, os assentamentos passarão por duas fases:

Fase A - OBTENÇÃO DE TERRAS – **(tempo de até 2 anos)**: Planejamento da obtenção; vistoria e avaliação e anteprojeto do assentamento (concepção espacial socioproductiva e ambiental); Edição do Decreto; Inscrição e cadastro de candidatos; Inclusão dos candidatos em ações de

segurança alimentar e cidadania; Seleção para relação de beneficiários; Ajuizamento e imissão na posse; Criação do PA e homologação das famílias

Fase B IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS – Até 5 anos: Execução dos serviços topográficos; Contratação de assistência técnica e elaboração do Plano de Desenvolvimento a partir do Anteprojeto do Assentamento; Implantação, crédito e infraestrutura; Habitação; PRONERA; Capacitação dos Assentados; Investimento produtivo; Terra sol; Avaliação e consolidação.

Enquanto os normativos estão em discussão, a SR01, implanta ações de desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento, nas áreas ambiental, social, produtivo e organizacional, criando condições de sustentabilidade aos PA's.

Um exemplo é a contratação dos serviços de Ater, a todas as famílias beneficiárias de Projetos de Assentamento Agroextrativista e Reservas Extrativistas, isso compreende a 269 PAE/RESEX e aproximadamente 72.000 famílias de um total de 93.675 sob a tutela da SR01.

A legislação recente referente a remissão de dívidas tanto do PRONAF quanto do crédito instalação (Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013 e Decreto nº 8178, de 27 de dezembro de 2013) em fase de implantação na SR.

Ainda sobre o PRONAF, não há como mensurar este indicador, uma vez que ainda não foi definido na SR01, um mecanismo de controle dos contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outras linhas e crédito voltadas a produção. Buscando promover o controle sobre os contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção, em dezembro de 2013 a gestão do PRONAF e o setor de ATER/ATES do INCRA-SR(01) passaram a atuar de forma conjunta e articulada visando o acompanhamento tempestivo dos financiamentos contratados pelos assentados.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

As metas físicas e orçamentária, definidas por meio do Plano de Ação elaborado pela SR, são acompanhadas através do Módulo Monitoramento e Avaliação.

Mensalmente, a execução das ações (meta física) é informada pelos responsáveis das ações (designados por a Ordem de Serviço para prestar as informações) à Assessoria de Planejamento e Controle, responsável legal pelo controle das metas na SR. O controle orçamentário financeiro, no âmbito da SR, também é feito pela Assessoria de Planejamento e Controle, por meio, do SIAFI, principalmente.

Em relação a qualidade dos serviços a executar e executados, é efetuado por meio de análise prévia dos projetos básicos, sempre a luz da legislação vigente (Lei Nº 8.666/93, Resolução Conama 387/2006, Portaria 507/2011, Normas de Execução, Notas Técnicas, entre outras orientações dependendo da ação).

Após a análise prévia, com parecer da área técnica, os processos são enviados a Procuradoria Federal Especializada para que proceda a análise jurídica dos procedimentos adotados.

Após a formalização do instrumento (convênio, contrato, termo de compromisso), ocorre a fiscalização dos serviços executados. A fiscalização verificará se os serviços atendem às exigências contidas nos projetos básicos em quantidade e qualidade.

Em relação a fiscalização dos instrumentos contratados, os papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo, são definidos por meio de ordem de serviço ou portaria, conforme o caso.

Há ainda, a definição do Assegurador, que é responsável pela execução física e financeira da ação.

Porém, apesar da legislação permear a avaliação qualitativa e o módulo monitoramento a quantitativa, ainda não existem mecanismos eficientes para identificar fragilidades e potenciais

riscos e adotar as medidas compatíveis conforme a avaliação de risco. Para isso é necessário capacitação da equipe que executa cada ação que compõe a Divisão de Desenvolvimento.

Mas a SR vem avançando nos sistemas de controle, gradativamente vem utilizando os indicadores determinados pelos normativos do TCU e/ou nacionalmente estabelecidos, como instrumento de controle e tomada de decisão pelo gestor.

Atualmente, os indicadores são utilizados pelo gestor para monitorar suas estratégias dentro das ações.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10: Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	0 famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	0
				3.876 de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	0 Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	0
				374 Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	0 unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	0
				1.356 famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	0 contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	0
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	22.091 famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	23,58

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
				93.675 famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA relatório 229 em 12.01.2013	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	0 parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. 22.381 parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. 3.876 famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	0

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico;

O resultado foi zero para este indicador, uma vez que no exercício de 2013, a SR01, não firmou nenhum convênio na Modalidade “Micro-sistemas de Abastecimento de Água” no ano de 2013. Todavia, foram firmados um Convênio e um Termo de Compromisso, com o objetivo de construir 176 Micro-estações de Tratamento de Água – META – para atender um quantitativo de 1.115 famílias, estando distribuídos nos Territórios do Marajó e Baixo Tocantins, porém a execução não foi iniciada, impossibilitando contabilizar como meta atingida.

b) Índice de provimento de PDA/PRA;

Apesar de 22.091 famílias atendidas com os serviços de Ater, nenhum PDA/PRA (31 no total) contratado foi aprovado pela SR01, no exercício 2013.

As justificativas estão no atraso para entrega das peças técnicas no prazo determinado pelo contrato (06 meses PDA e 05 PRA) e não atendimento do roteiro de elaboração, conforme preconizado pela Resolução \Conama 387/2006.

c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos;

As habitações construídas, conforme dados do módulo monitoramento, são referentes a recursos empenhados em anos anteriores.

Vale ressaltar, que no ano de 2013, por meio da Portaria 352/2013, os recursos decorrentes do crédito instalação foram recolhidos em conta única e centralizados em Brasília (UG 133087/DD/INCRA.).

Na mesma Portaria, foram definidos critérios para o restabelecimento das operações do crédito instalação, o que inclui a modalidade habitação. Tais critérios passaram por vários ajustes burocráticos, causando dificuldades para acessar e liberar este recurso.

Os projetos de assentamento criados em 2013, serão atendidos pelo PMCV. De acordo com o Art. 3º da Portaria Interministerial nº78/2013, nos projetos de habitações realizados em assentamentos compete ao INCRA: Orientar os assentados sobre as regras do PNHR; Fomentar a participação das equipes existentes de assistência técnica dos projetos de assentamento na mobilização social e elaboração dos projetos habitacionais; Fornecer às entidades organizadoras e aos agentes financeiros a Relação de Beneficiários (RB) da reforma agrária; Indicar assentamentos prioritários ao Ministério das Cidades para a mobilização das famílias e apresentação de projetos por parte das entidades organizadoras; Garantir as soluções de abastecimento de água e acesso; Fornecer, se for o caso a documentação referente à solicitação de instalações da rede de energia elétrica junto ao Programa Luz para Todos; Fornecer às entidades organizadoras cópias de mapas, plantas de localização e parcelamento, estudos, licenças e suas condições e demais documentos de planejamento ou de organização espacial e social dos projetos de assentamento.

d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção

Não há como mensurar este indicador, uma vez que ainda não foi definido nesta Superintendência um mecanismo de controle dos contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outras linhas e crédito voltadas a produção.

No que se refere à gestão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF no âmbito da Superintendência Regional do Pará – SR(01), ressalta-se que as ações atinentes à rotina administrativa do referido Programa resumiram-se ao controle de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP’s. Neste sentido, foram emitidas 1.581 (mil quinhentos

e oitenta e uma) DAP's, das quais 1.493 (mil quatrocentas e noventa e três) foram do tipo "A" e 88 (oitenta e oito) do tipo "P", estas últimas especificamente para atendimento das demandas de mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Buscando promover o controle sobre os contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção, em dezembro de 2013 a gestão do PRONAF e o setor de ATER/ATES do INCRA-SR(01) passaram a atuar de forma conjunta e articulada visando o acompanhamento tempestivo dos financiamentos contratados pelos assentados.

Ressalta-se ainda o estreitamento interinstitucional entre INCRA e as instituições financeiras – Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banpará, além das prestadoras de serviços de assistência técnica através, principalmente, do Grupo Executivo de Reforma Agrária – GERA visando qualificar melhor as informações atinentes ao acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito que o agricultor familiar assentado tenha direito.

e) Índice de provimento de Assistência Técnica;

Em 2013, a SR01 contratou os serviços de assistência técnica e extensão rural a 22.091 famílias, este número corresponde a somente 23% do total de famílias assentadas.

Ainda há um passivo de 77% de famílias que necessitam destes serviços para estarem inseridas nas diretrizes do desenvolvimento dos assentamentos: Erradicar a extrema pobreza nas áreas da Reforma Agrária; Combater o desmatamento e regularizar, ambientalmente, e redesenhar os sistemas produtivos sustentáveis nas áreas da reforma agrária; Ampliar a produção e produtividade, inserção no mercado e geração de renda.

Para a Ater, no exercício 2014, a meta será disponibilizar estes serviços a 50% das famílias sob a tutela da SR01, isso corresponde a aproximadamente 46.000 famílias atendidas por esse Programa. Desse total, das famílias assentadas em Projetos Agroextrativistas – PAE e Reservas Extrativistas – RESEX, 100% serão beneficiadas, significa universalizar a Ater em PAE e Resex.

f) Índice de Parcelas Supervisionadas;

No exercício 2013, foi priorizado o levantamento de demandas para atendimento ao Programa Minha Casa Minha Vida e o desencontro de informações entre o gestor da Divisão e servidores que executaram os trabalhos, impediu que a meta fosse cumprida.

No exercício de 2014, a nova equipe para execução dos serviços deverá atender as diretrizes para o desenvolvimento dos assentamentos, como o combate ao desmatamento e regularização ambiental, redesenho de sistemas produtivos sustentáveis e ampliar a produção e produtividade. Tais objetivos só poderão ter suas estratégias implantadas e executadas com a regularização e conhecimento da situação ocupacional do público beneficiário da reforma agrária. Atrelado a estas diretrizes, a SR01 executará o Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Federal, válido para toda a Amazônia Legal, cujos objetivos ratificam as diretrizes da Sede.

g) Índice de consolidação de assentamentos.

No ano de 2013, apesar SR01 superar metas de ações como Titulação (171%), Ater (362%), Infraestrutura (1.585%), nenhum projeto de assentamento foi consolidado.

Para atingir este objetivo, um projeto de consolidação, integrado pelas Diretorias de Desenvolvimento e Obtenção de Terras está em estudo pela Sede.

Nesta proposta, o tempo de consolidação dos assentamentos, que atualmente é de 10 anos em média, será reduzido para 07. As medidas buscam qualificar o processo de criação, consolidação e viabilidade econômica dos assentamentos, respeitando as suas peculiaridades, regionalismos e vocações econômicas.

Enquanto os normativos estão em discussão, a SR01, implanta ações de desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento, nas áreas ambiental, social, produtivo e organizacional, criando condições de sustentabilidade aos PA's.

Um exemplo é a previsão de contratação dos serviços de Ater, a todas as famílias beneficiárias de Projetos de Assentamento Agroextrativista e Reservas Extrativistas, isso compreende a 269 PAE/RESEX e aproximadamente 72.000 famílias de um total de 93.675 sob a tutela da SR01.

A legislação recente referente a remissão de dívidas tanto do PRONAF quanto do crédito instalação (Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013 e Decreto nº 8178, de 27 de dezembro de 2013) em fase de implantação na SR.

Ainda sobre o PRONAF, não há como mensurar este indicador, uma vez que ainda não foi definido na SR01, um mecanismo de controle dos contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outras linhas e crédito voltadas a produção. Buscando promover o controle sobre os contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção, em dezembro de 2013 a gestão do PRONAF e o setor de ATER/ATES do INCRA-SR(01) passaram a atuar de forma conjunta e articulada visando o acompanhamento tempestivo dos financiamentos contratados pelos assentados.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Em relação ao fornecimento de água potável em projetos de assentamentos convencionais e agroextrativistas, a SR(01) não firmou nenhum convênio na Modalidade “Micro-sistemas de Abastecimento de Água” no ano de 2013. Todavia, foram firmados um Convênio e um Termo de Compromisso, com o objetivo de construir 176 Microestações de Tratamento de Água – META – para atender um quantitativo de 1.115 famílias, estando distribuídos nos Territórios do Marajó e Baixo Tocantins. Vale ressaltar que esta categoria de obra está incluída na modalidade “Outras Obras de Infraestrutura”.

O volume reduzido de obras visando o fornecimento de água ocorreu devido ao quantitativo maior de recursos oriundos de emendas parlamentares, as quais direcionaram a aplicação desses recursos em obras de recuperação e/ou implantação de estradas vicinais.

Em janeiro de 2013 a SR(01) totalizou 364 Projetos de Assentamento com 90.485 famílias sob sua Jurisdição, aumentando ainda mais a demanda por infraestrutura básica, sendo que as distância geográficas e o quantitativo de técnicos lotados no Setor de Infraestrutura torna inviável um acompanhamento mais efetivo das ações dentro dos assentamentos.

O déficit estimado no fornecimento de água potável, considerando os Territórios da Cidadania, assim como os convênios e contratos firmados entre os anos de 2010 e 2013, está distribuído na da seguinte forma: (Tabela 05)

Ressalte-se que ainda não foram contabilizadas 1.115 famílias que serão atendidas pelas obras iniciadas em 2014 (convênios e termos de compromisso).

As ações de infraestrutura para fornecimento de água potável têm se concentrado nos últimos anos nos Territórios do Nordeste Paraense e Jurisdição da SR(01), em função do acesso rodoviário, facilitando os levantamentos expeditos de campo e vistorias técnicas. Porém, levando-se em conta o quantitativo de projetos de assentamento convencionais, agroextrativista e RESEX's (total de 374), aliado a quantidade de famílias instaladas nessas áreas (93.675), é difícil mensurar qual a real situação do déficit no fornecimento de água, tornando ainda mais distante a consolidação e emancipação dos Projetos de Assentamento.

A execução de obras de abastecimento de água para o atendimento de famílias ribeirinhas, assentadas em Projetos Agroextrativistas – PAE's, pertencentes aos Territórios do Marajó e Baixo Tocantins foi intensificado a partir de 2010, através da implantação de Micro-estações de

Tratamento de água – META's . Cada META instalada pode atender até 07 famílias com água tratada, fornecida de forma abundante pelos rios e igarapés. Ainda assim, a demanda por água tratada cresce progressivamente à medida que novos PAE's são criados, assim como novas famílias são cadastradas nas associações locais, em descompasso com a disponibilidade orçamentária.

O difícil acesso às comunidades (transporte fluvial), com tempo de deslocamento de até 26 horas, a carência de técnicos habilitados para levantamento expedito de campo e elaboração de projetos para tal finalidade, têm se constituído nos principais entraves para o atendimento de famílias ribeirinhas com água potável.

Para tentar minimizar os problemas apresentados, a SR(01) programou para os anos de 2014 e 2015, atender as famílias ribeirinhas com água tratada através de Micro-estações de tratamento de água individuais, projeto este elaborado no Setor de Infraestrutura da SR(01), utilizando como fonte de informação a relação e assentados cadastrados no SIPRA, tornando assim desnecessário o levantamento expedito de campo para tal situação, uma vez que somente assentados devidamente cadastrados receberão o benefício. Essa modalidade será direcionada a população ribeirinha, que representa mais de 80% do efetivo de famílias atendidas pela SR(01), distribuídas nos Territórios do Baixo Tocantins e Marajó.

Nas demais áreas (Nordeste Paraense e Jurisdição), será mantida a estratégia de levantamento expedito de campo e recebimento das demandas apresentadas pelas associações locais, para tal ação, além dos recursos para a construção de META, a ação depende de disponibilidade financeira para pagamento de diárias aos servidores do setor de infraestrutura.

Obras que visam o fornecimento de água potável são de um modo geral, de fácil execução, pois independem do período invernos (inverno amazônico), possuem baixo custo de implantação por família e incalculável benefício social, podendo estender-se a escolas, postos de saúde e associações de moradores, além de estarem inclusas na relação de obras para emissão direta da Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLA, emitida pela SEMA-PA, por não gerarem impacto ambiental.

Tabela 5: Déficit de Água Potável

Território	Famílias	Famílias atendidas 2010/2013	Déficit
Nordeste Paraense	15.601,00	756,00	14.845,00
Baixo Tocantins	25.911,00	297,00	25.614,00
Marajó	30.417,00	1.384,00	29.033,00
Jurisdição	18.556,00	832,00	17.724,00

3.3.8 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

O cumprimento das condicionantes são atreladas as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, geralmente atendidas com a implementação da ATER e de Infra Estrutura necessária, com exceção da solicitação da avaliação do potencial malarígeno da área que sempre foi realizada na época da solicitação da licença.

Nas 69 licenças em vigor a maioria das pendencias possuem prazo de duração idêntico a vigência da licença, o que propriamente seria condição para sua renovação.

As Licenças de Instalação e Operação apresentam exigências como “quando da realização das atividades produtivas definidas no plano de uso, deveser solicitada a anuência previa do órgão ambiental competente”, “atender a legislação específica vigente, em principal no que concerne as áreas de Preservação Permanente - APPs e a sua recuperação com especies nativas, se for o caso”, “utilizar de técnicas disponíveis para a minimização dos impactos ambientais, em principal ao uso de defensivos químicos”, “atender aos cuidados de proteção do solo e dos mananciais hídricos, com enfase as áreas de recarga de aquíferos e fontes de abastecimento de

populações humanas”, “quando da realização das atividades produtivas definidas no plano de uso, deveser solicitado a anuência previa do órgão ambiental competente”, “realizar o Cadastro Ambiental Rural conforme o que preceitua a Instrução Normativa nº44 de 11/05/2010, em seu Artigo 5º”, “Encaminhar a avaliação do potencial malarígeno da área. No caso de ocorrência de doenças de significância epidemiológica, apresentar avaliação da SVS/MS ou órgão por ele delegado.”

As Licenças Prévias apresentam exigências como “Apresentar o pedido de LIO com CAR definitivo e Projeto Básico do Assentamento, conforme Anexo III ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, que deveser observar, quando da elaboração do PBA, as técnicas inadequadas atualmente utilizadas na condução das atividades desenvolvidas na área em questão, bem como os efeitos gerados pelas mesmas, propondo medidas para mitigação *e/ou compensação* dos impactos/passivos oriundos dessas praticas. Além disso, deveser enfatizadas as ações destinadas a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e as que deveser constituir a Reserva Legal do assentamento”, “Encaminhar proposta de programa destinado a modificar o atual sistema de produção adotado pelas famílias que residem no local, a serem beneficiados com a criação do Projeto de Assentamento, considerando que parte da área e classificada como Área de Uso Controlado, de acordo com inciso II, alínea "a", do art. 4º da Lei estadual 7.398/2010, *que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico - Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Para*, e, que por esse motivo, a sua utilização esta vinculada a adoção de tecnologias e intensidade de produção compatíveis com as condições ambientais do local, que garantam a sustentabilidade da mesma;”

Todas as exigências relacionadas são atendidas com a continuidade da implantação do Projeto de Assentamento, principalmente com implementação da ATER.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

Os resultados de atendimento ao público externo, no exercício de 2013, estão demonstrados conforme o tipo de serviço e quantidade de atendimento realizado no período. (Tabela 05)

Tabela 6: Atendimento do Público – Sala da Cidadania

Tipo de Serviço	Quantidade	
	Mensal	Anual
01- Atendimento e informação, via telefone	132	1.584
02- Expedição de relação de beneficiário- RB	12	12
03- Emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR	5	150
04- Formalização de processos (certificação e cadastro rural)	81	81
05- Recepção e declaração para cadastro rural - DP	88	1.058
06- Atendimento ao público	150	1.800
07- Certidão de beneficiário/ex-beneficiário	57	686
08- Requerimentos diversos/termo de desistência	15	180
09- Informações diversas: SIPRA/assentamento/crédito, etc.	120	1.440
10- Recebimento de documentos internos	32	344
11- Pesquisa e andamento de processos e documentos nos sistemas informatizados: SISDOC, SISPROT, SIPRA, etc.	135	1.700
TOTAL	827	9.035

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

As informações geradas na Sala da Cidadania possuem como controle os requerimentos e petições do público que ficam arquivados. Uns tem atendimento direto ou geram processos para análise para cumprimento dos trâmites legais.

Os servidores que atendem ao público possuem senhas para registro e tramitação de documentos, sendo o acesso aos sistemas informatizados restrito a algumas áreas para pronto atendimento das demandas. Dependendo do grau de complexidade do pedido, a solicitação é encaminhada ao setor competente e o atendimento para ser finalizado depende da anuência da autoridade superior.

5. Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Tabela 7: Distribuição de Servidores

Localização	Quantidade de servidores
Superintendência (Gabinete, Comunicação, etc)	19
Procuradoria Regional (servidores do Incra)	02
Div. de Orden. da Estrutura Fundiária	07
Serviço de Cadastro Rural	11
Serviço de Cartografia	20
Serviço de Regularização Fundiária	02
Serviço de Regul. de Territ. Quilombolas	06
Divisão de Obtenção de Terras	05
Serviço de Obtenção de Terras	15
Serviço de Implantação de Projetos de Assentam.	09
Serviço de Meio Ambiente e Rec. Naturais	08
Divisão de Desenvolvimento	15
Serviço de Infra-estrutura	15
Serviço de Desenvolvimento de Assentamentos	26
Serviço de Educação do Campo e Cidadania	01
Divisão de Administração	12
Serviço de Desenvolvimento Humano	10
Serviço de Administração e Serviços Gerais	23
Serviço de Orçamento e Finanças	02
Serviço de Contabilidade	04
Unidade Avançada Paragominas	08
Unidade Avançada Capitão Poço	05
Unidade Avançada Tomé-Açu	09

Fonte: SIAPE/SIAPECAD

5.1.1 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

As ações de integração de Qualidade de Vida desta Superintendência são várias: como reunir os servidores após o expediente, nas terças e quinta feiras, para jogar futebol no campo desta Superintendência; festejar os aniversários dos servidores nas Divisões no qual estão lotados. Nas datas comemorativas como o dia das mães, natal, é realizado um café de manhã com todos os servidores, no dia da mulher é distribuído uma rosa com uma caixa de chocolate para todas as mulheres. Todas essas ações são para integrar os servidores e melhorar o clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito desta Superintendência.

5.2 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A SR-01/PA busca a formação de servidores mais capacitados e preparados, para desempenhar as atribuições que lhe são afetas, oferecendo-lhe oportunidade de aprimorar o

conhecimento, assim realiza ações voltadas para o treinamento dos servidores, tais como custeio dos eventos de capacitação, pagamento de passagens e diárias para deslocamentos, taxa de inscrições em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Nesse sentido, as capacitações estiveram voltadas às competências sugeridas pelos servidores e chefes de Divisão, visando sempre à correlação do conteúdo programático com as atribuições desempenhadas pelo servidor, ou seja, não realizando as demandas aleatórias, e sim aquelas que fortalecessem as competências capazes de agregar valores a organização e ao indivíduo.

Cabe registrar que, durante o exercício de 2013, foram realizadas diversas ações de capacitação, relativas às participações em cursos presenciais e a distância, treinamentos de curta e média duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação, treinamento em serviço, reuniões de trabalho, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor.

A meta física inicialmente programada foi a capacitação de 82 (oitenta) servidores lotados na SR-01, contudo foram capacitados 147 (cento e quarenta e sete) servidores, representando uma execução física de 179,27 %, conforme detalhamento a seguir.

Tabela 8: Detalhamento das ações de capacitação de servidores da SR-01

Curso	Carga Horária (horas)	Servidores (unidade)
Curso de Instrução Processual	12	55
Legislação/ Normas e Procedimentos para Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por estrangeiros no Brasil	24	10
Ambientação Novos Servidores do INCRA e do MDA	28	20
SICON - Módulo Cronograma	28	3
XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR	40	2
XVII Curso sobre Contratação de Bens e Serviços de TI	32	1
I Congresso Brasileiro de Perícia Médica Previdenciária	24	1
Curso de Elaboração e Gestão de Programas de Qualidade Vida no Trabalho na Administração Pública	24	1
"Elaboração de mapas temáticos com a ferramenta "QUANTUM GIS"	40	19
Curso de Perícia e Junta Médica Oficial no Serviço Público	24	2
Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público	16	2
Oficina de Capacitação - Lei de Acesso À Informação	12	1
SICONV - Módulos Prestação de Contas e Legislação Tributária	40	9
51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER	32	1
Capacitação Novos Antropólogos dos Serviços de Quilombolas	32	2
Gerenciamento de Contratos de Serviços e Suprimentos	40	6
Procedimentos de Fiscalização Cadastral e uso do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR	40	3
Curso de Postgis	16	2
Curso em SIGEF	32	4
Elaboração de Planos de Capacitação	28	3
TOTAL - ANO	564	147

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano – SR01/A1

Ressalva-se que esta ação contabiliza “oportunidades de capacitação”, ou seja, se um mesmo servidor realizar diversas atividades de capacitação no decorrer do exercício, todas estas são contabilizadas.

Tabela 9: Detalhamento dos eventos de eventos de longa duração

Curso	Carga Horária (horas)	Servidores (unidade)
Curso de Especialização Lato Sensu em Educação no Campo	540	1
I Curso de Especialização a Distância em Geotecnologias e suas Aplicações – I GEOTEC/UFPA	455	2
“Programa de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação - DGTI”	133	1

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano – SR01/A1

Os fatores identificados como problema na execução da presente ação decorreram fundamentalmente em razão da suspensão pelo INCRA/Sede, a partir do mês de agosto/2013, as autorizações para participação dos servidores em eventos de capacitação que tivessem ônus para o órgão, tais como inscrição, concessão de diárias e passagens, tendo em vista que os recursos para o exercício de 2013, contemplados no Orçamento Geral do Incra para esta Ação, encontravam-se executados em sua totalidade.

Apesar disso, foi possível identificar resultado expressivo nas capacitações direcionadas à disseminação do conhecimento, quanto à quantidade de cursos oferecidos e de servidores participantes, assim houve o alcance do principal objetivo: o fortalecimento das competências capazes de agregar valores para a organização e ao indivíduo de forma qualitativa.

5.3 Recursos humanos da unidade

5.3.1 Composição do quadro de servidores ativos

Tabela 10: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	237	237	40	27
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	237	237	40	27
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	232	232	39	25
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	1	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	6	7	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	243	243	47	31

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR E EXTRATR DE DADOS)

Obs: 11 aposentadorias ocorridas em dez/13 só foram registradas após o fechamento da folha de pagamento.

5.3.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Tabela 11: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	152	16
1.1 Voluntária	136	15
1.2 Compulsória	4	0
1.3 Invalidez Permanente	12	1
2. Proporcional	107	0
2.1 Voluntária	104	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	1	1
3. Totais (1+2)	259	16

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

Obs: 11 aposentadorias ocorridas em dez/13 foram registradas após o fechamento da folha de pagamento.

Tabela 12: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de
1. Aposentado	104	2
1.1. Integral	65	1
1.2. Proporcional	39	1
2. Em Atividade	47	3
3. Total (1+2)	151	5

Fonte: SIAPE E ESTRATOR DE DADOS

5.3.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Tabela 13: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	13	12	13	R\$ 80.594,81
1.1 Área Fim	3	3	3	2	R\$ 17.375,13
1.2 Área Meio	11	10	9	11	R\$ 63.219,68
2. Nível Médio	15	14	16	16	R\$ 58.423,97
2.1 Área Fim	11	10	11	11	R\$ 39.588,22
2.2 Área Meio	4	4	5	5	R\$ 18.835,75
3. Total (1+2)	29	27	28	29	R\$ 139.018,78

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Tabela 14: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	15.006.745,79	251.964,01	1.320.076,82	503.814,95	2.792.048,11	1.323.833,94	6.001,95	111.249,57	21.211,99	21.336.947,13
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior		203.814,85			59.013,74					262.828,63
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas		5.139,72								5.139,72

Fonte: INCRA/SEDE/SIAPE

5.3.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Tabela 15: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária													
UG/Gestão: 373030							CNPJ: 00.375.972/0003-22						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	SEGURANÇA	O	1.000/12	09.211.505./0001-90	26.06.12	26.06.14	08	08					P
2011	SEGURANÇA	O	5.000/11	09.211.505./0001-90	08.06.11	08.06.14	12	12					P
2013	INFORMÁTICA	O	2.000/13	09.583.098/0001-21	27.05.13	27.05.14			3	3			A
2012	COPEIRAGEM	O	3.000/12	10.828.575/0001-50	18.08.12	17.01.14	15	15	1	1			E
2012	REPROGRAFISTA	O	3.000/12	10.828.575/0001-50	18.08.12	17.01.14			1	1			E
2012	ELETRICISTA	O	3.000/12	10.828.575/0001-50	18.08.12	17.01.14			1	1			E
2011	LIMPEZA	O	10.000/11	63.807.812/0001-63	17.03.11	17.03.14							P
2014	COPEIRAGEM	O	1.000/14	04.558.234/0001-00	20.01.14	19.01.15			1	1			A
2014	REPROGRAFISTA	O	1.000/14	04.558.234/0001-00	20.01.14	19.01.15			2	2			A
2014	ELETRICISTA	O	1.000/14	04.558.234/0001-00	20.01.14	19.01.15			1	1			A
2014	JARDINAGEM	O	1.000/14	04.558.234/0001-00	20.01.14	19.01.15			1	1			A

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Observações:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: PROCESSOS SERV. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO GERAIS

5.3.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Tabela 16: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Concessão de aposentadoria	13
Concessão de pensão	07
Total	20

Fonte: SIAPE

5.3.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.

Nesta Superintendência há 73 (setenta e três) servidores que recebem abono de permanência, portanto, possuem tempo de contribuição e idade para requererem a aposentadoria nos respectivos fundamentos legais de concessão, 41 (quarenta e um) são homens e 32 (trinta e dois) são mulheres. Há também 111 (cento e onze) servidores aptos a se aposentarem em um período de 2 (dois) anos, sendo 72 (setenta e dois) homens e 39 (trinta e nove) mulheres.

A recomposição do pessoal se dará mediante concurso público realizado pela SEDE.

5.3.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 11: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	$147:243 \times 100$	Serviço de Desenvolvimento Humano.	60,50
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	$543:243$	Serviço de Desenvolvimento Humano	2,23

5.3.9 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

Entendemos que este subitem será respondido pela SEDE, pois englobam informações de todas as SRs. “Adequabilidade do contingente de servidores, quanto à quantidade e perfil, relativamente às demais SRs de curto, médio e longo prazos a serem adotadas pela Sede para correção de eventuais distorções; estratégia de reposição dos técnicos cedidos para trabalhar no Programa Terra Legal nos Estados da Região Amazônica, destacando o impacto operacional na Autarquia.”

6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos cogêneros.

Quadro 12: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ SR-01									
CNPJ: 00375972/0003-22		UG/GESTÃO: 373030 - 37201							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	708914	04876447/0001-80	771.522,02	7.715,22	763.806,80	00	01/12/09	14/04/14	1
1	721584	05196530/0001-70	631.656,60	6.456,60	625.200,00	00	28/12/09	18/02/13	1
1	721623	05196530/0001-70	732.817,80	8.000,00	724.817,80	00	28/12/09	18/02/13	1
1	738823	05171939/0001-32	816.313,68	16.326,28	799.987,30	00	28/06/10	06/09/13	1
1	738825	01613320/0001-80	486.216,95	9.724,34	476.492,61	00	02/07/10	17/05/13	2
1	738829	05171939/0001-32	364.783,83	14.783,83	350.000,00	00	28/06/10	12/08/13	1
1	738837	05058441/0001-68	761.232,30	61.232,30	700.000,00	00	20/06/10	17/07/13	1
1	738838	04876389/0001-94	728.216,69	28.216,69	700.000,00	00	25/06/10	09/04/14	1
1	738842	05149182/0001-80	550.000,00	50.000,00	500.000,00	00	25/06/10	13/02/13	2
1	738844	05149182/0001-80	275.000,00	25.000,00	250.000,00	00	28/06/10	13/02/13	2
1	740306	04873592/0001-07	262.144,34	10.485,77	251.658,57	00	26/06/10	31/03/14	1
1	740492	83334698/0001-09	531.884,47	31.913,07	499.971,40	00	02/07/10	20/02/13	2
1	741210	04873592/0001-07	833.255,16	33.330,21	799.924,95	00	29/06/10	18/04/13	1
1	744678	05846704/0001-01	1.020.491,21	20.491,21	1.000.000,00	00	01/07/10	20/06/13	2
1	752170	84263862/0001-05	154.300,27	4.300,27	150.000,00	00	30/12/10	13/04/14	1
1	752176	84263862/0001-05	362.925,56	12.925,56	350.000,00	00	31/12/10	14/04/14	1
1	756574	05191333/0001-69	834.219,48	34.219,48	800.000,00	00	30/12/11	24/05/14	1
1	756550	05846704/0001-01	816.335,33	16.335,33	800.000,00	00	30/12/11	14/05/14	1
1	756551	84263862/0001-05	175.024,44	3.500,55	171.526,89	00	30/12/11	29/01/13	2
1	756552	84263862/0001-05	181.815,82	3.636,32	178.179,50	00	30/12/11	29/05/13	2
1	756553	84263862/0001-05	504.984,61	10.099,69	494.884,92	00	30/12/11	29/05/13	2
1	756554	05193115/0001-56	270.918,34	10.836,73	260.081,61	00	30/12/11	30/03/13	2
1	756556	05193115/0001-63	502.070,51	20.082,82	481.987,69	00	30/12/11	30/03/13	2
1	756557	05171939/0001-32	819.799,17	16.395,98	00	00	30/12/11	20/12/14	1
1	762499	04846389/0001-94	2.417.314,82	96.692,59	2.320.622,23	00	30/12/11	14/05/14	1
1	762504	04873600/0001-15	373.992,77	7.479,86	366.512,91	00	30/12/11	24/04/14	1
1	762506	04873600/0001-15	953.569,93	19.071,40	934.498,53	00	30/12/11	24/04/14	1
1	762508	04873600/0001-15	474.042,25	9.480,85	464.561,40	00	30/12/11	25/03/14	1
1	762514	04873618/0001-17	1.041.310,89	41.652,44	999.658,45	00	30/12/11	28/07/13	1
1	756558	05171939/0001-32	1.395.024,31	27.918,87	00	00	30/12/11	20/12/14	1
1	756559	05846704/0001-01	818.066,86	18.066,86	560.000,00	00	30/12/11	23/06/14	1
1	756572	14145791/0001-52	295.525,58	11.821,02	00	00	30/12/11	25/12/13	1
1	756573	14145579/0001-52	636.984,94	25.479,40	00	00	30/12/11	25/12/13	1
1	756575	05171939/0001-32	811.801,86	16.236,04	00	00	30/12/11	20/12/14	1

Quadro 13: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/PA			
CNPJ: 00375972/0003-22		UG/GESTÃO: 373030/37201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar		
	A comprovar	54	41.570.131,52
	Total		
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar		
	A comprovar	38	24.233.752,70
	Total		

FONTE: SICONV

Análise crítica: Esta Superintendência Regional no decorrer do exercício de 2013 buscou através de seus servidores técnicos, designados para acompanhamento e análise das prestações de contas, dar celeridade a essas análises, no entanto em função do grande número de convênios com pendências nas prestações de contas apresentadas onde foi necessário a notificação da conveniente, bem como o não envio de prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos, inviabilizou um avanço mais significativo na administração desse passivo aliado as pendências ainda existentes daqueles convênios firmados sob a égide da IN 01/97.

Na expectativa de avançarmos nessas análises buscamos o auxílio de servidores de outras regional, que através de grupos de trabalho nos auxiliam no saneamento da situação que se apresenta.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Sobre referido item esta Superintendência Regional aguarda encaminhamento pelo INCRA/SEDE do cronograma de registro elaborado por aquela UJ centralizada, dos imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e Outros, onde a Diretoria de Gestão Administrativa do INCRA/BSB orientará às Superintendências Regionais quanto aos procedimentos a serem implementados, obedecendo os prazos estipulados pelo cronograma.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Esta UJ apresenta um saldo em 31.12.2013 na conta 122491000 – créditos a receber de parceiros no montante de R\$ 144.816.822,99 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte dois reais e noventa e nove centavos), e na conta 1223100000 – empréstimos concedidos no montante de R\$ 508.151.713,22 (quinhentos e oito milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e treze reais a vinte dois centavos), sendo que tais registros apresentam as seguintes situações:

1) A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Tabela 17: Plano de Ação TCU

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Por fim é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

Quanto aos registros contábeis dos atos e fatos da gestão desta UJ, diariamente realiza-se a conferência todos os lançamentos efetuados nos sistemas SIAFI, SIASG e SICONV e promoção dos ajustes caso necessários nas contas respectivas para posterior registro da conformidade diária, com análise dos processos administrativos e peças que originaram referidos lançamentos.

Em relação ao aspecto financeiro é observado o acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira em consonância com a programação operacional aprovada, e seus registros de acordo com o Plano de Contas da União, seguindo para análise crítica e conformidade da área contábil.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

O acompanhamento do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a SR é realizado por meio de reuniões periódicas onde são discutidos os resultados das ações através de planilhas de acompanhamento e do módulo monitoramento, que é o sistema oficial de monitoramento de todas as ações e seus respectivos produtos, ou seja, metas de execução, que são determinados em consonância ao planejamento estratégico da autarquia o qual é alimentado e acompanhado mensalmente pela área de planejamento da SR. Que é alimentado de acordo com as informações prestadas pelas divisões. O sistema de monitoramento é homologado pelo superintendente depois do cumprimento de todos os trâmites cuja a responsabilidade é do assegurado de planejamento.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Toda informações tem uma origem, e todo o material que abastece os sistemas informatizados são arquivado e disponibilizados para consulta a qualquer tempo, como por exemplo, os processos administrativos, arquivos de documento, como ordens de serviço, diárias, etc. Para cada ação as áreas utilizam banco de informações onde os asseguradores de cada ação da divisão respectiva fazem a alimentação da execução mensal da meta estabelecida.

Essas informações sofrem auditoria da diretoria de gestão estratégica do Incra, de acordo com cronograma estabelecido, daí a necessidade dos documentos comprobatórios que deram origem a informação estarem a disposição em cada área que as prestou. O acompanhamento mensal da execução, assegura a fidedignidade das informações prestadas, pois possibilita a correção imediata de equívocos que porventura venham acontecer bem como a avaliação do gestor para a tomada de decisão.

7.4 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Esta UJ apresenta um saldo em 31.12.2013 na conta 122491000 – créditos a receber de parceiros no montante de R\$ 144.816.822,99 (cento e quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte dois reais e noventa e nove centavos), e na conta 1223100000 – empréstimos concedidos no montante de R\$ 508.151.713,22 (quinhentos e oito milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e treze reais e vinte dois centavos), sendo que tais registros apresentam as seguintes situações:

Créditos a receber de Parceiros: Os registros individuais constantes na referida conta necessitam de identificação por imóvel em razão de serem lançados de forma genérica por exercício da ocorrência da desapropriação desses imóveis, e atualmente aguardando orientação pela UJ central visando a individualização desses registros, identificação dos atuais ocupantes para posterior composição de estratégias visando o recebimento do passivo.

Empréstimos concedidos: Em referência ao passivo apresentado consta o recebimento da Instrução Normativa INCRA/Nº 69, de 06 de dezembro de 2011, que estabelece procedimentos para cobrança e recebimento dos créditos instalação, concedidos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, no entanto no âmbito desta UJ considerando a dificuldade de individualização desses beneficiários não houve possibilidade de início dessas cobranças e por conseguinte não há subsídios relacionados a inscrições em Dívida Ativa, CADIN, e provisão de créditos de liquidação duvidosa.

Alia-se ao tópico a edição da Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que se especifica e dá outras providências. Como consequência, seguramente orientações serão revistas para efetivação das cobranças e consolidação desses registros contabilmente.

Pelas informações apresentadas esta UJ aguarda orientações do INCRA/SEDE quanto a conclusão e efetivação do início dessas cobranças, razão da inexistência de controles instituídos por esta regional que possam subsidiar a boa e regular gestão desses créditos.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Conveniente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
001	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ipixuna do Pará	54100.003135/2013-51 60.000/2003 484.041	31/07/2013	54100.001945/ 2003-09	252.383,67		229.439,70	22.943,97	Irregularidades no procedimento licitatório, dúvidas quanto ao atingimento do objeto devido Plano de Trabalho não apresentar quantitativo mensurável das ações	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE em 20/08/2013. Processo original remetido em 29/07/2013 para exame jurídico.
002	Castanhal, Prefeitura Municipal	54100.000385/2010-96 26.000/2001 423.844	19/03/2010	54100.001787/ 2001-17	258.500,00	235.000,00	235.000,00	23.500,00	Convênio aprovado em 02/12/2002 e denunciado pela SECEX em 03/10/2003, devido irregularidades na aplicação financeira, cuja prestação de contas foi totalmente impugnada. Os trabalhos foram executados de acordo com as especificações técnicas prescritas.	Falta elaboração do Relatório Complementar. O Relatório Final TCE foi concluído em 19/08/2011. Processo remetido à SFC/CGU em 06/11/2012 e devolvido para rever as razões do interessado, cujas justificativas foram indeferidas pela área jurídica. Processo original remetido em 20/09/2010 para sindicância. Processos requisitados em novembro de 2013 pela Contabilidade do INCR/BSB.
003	Dom Eliseu Prefeitura Municipal	54100.003749/2013-32 12.000/2006 559.907	01/10/2013	54100.001188/ 2006-16	440.000,00		400.000,00	40.000,00	Só duas parcelas foram liberadas. Obra parcialmente executada após o término da vigência do convênio, atingindo 48,78%. Duas parcelas liberadas e a terceira não foi transferida. Fracionamento do procedimento licitatório.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. O processo original foi remetido em 09/10/2013 para diligências na SR-01: à Procuradoria; ao Serv. Infraestrutura para pronunciar sobre as razões apresentadas pelo agente firmador do convênio; ao Superintendente para autorizar a sindicância investigatória visando apurar as irregularidades.
004	Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Pará-FECAP	54100.000764/2010-86 46.000/2006 580.899	20/07/2010	54100.003648/ 2006-32	482.240,00	292, 266,66	438.400,00	43.840,00	Foram liberadas pelo Concedente 02 (de três) parcelas, que devem ser recuperadas ao Erário, porque, segundo o Assegurador, o objeto não foi executado.	Processo de TCE enviado à Procuradoria em 05/07/2013 e reiterado em 30/09/2013 para opinar sobre prosseguir à revelia, conforme sugestão da CGU, devido dificuldade para notificar a entidade Conveniente. O agente firmador do convênio recebeu a notificação de cobrança. Processo original devolvido ao SISPAD em 22/01/2013.
005	Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.028565/2008-18 90.000/2004 513.943	10/10/2008	54100.001507/ 2004-13	349.428,55	316.374,26	316.374,26	33.054,29	Valor transferido totalmente impugnado. Falta de cumprimento da lei de licitações. A Conveniente não apresentou o Relatório Final de Cumprimento do Objeto. Objeto executado de forma insatisfatória	Falta elaboração do relatório final. Processo na CPTCE. Processo original remetido em 13/07/2011 ao Superintendente e Procuradoria para se manifestarem sobre a pertinência de sindicância, o qual foi enviado ao SISPAD em 10/10/2012. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Convenente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
006	Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.028592/2008-91 29.000/2006 579.381	28/10/2008	54100.001663/ 2006-46	33.929,42	15.000,00	30.000,00	3.929,42	Somente uma parcela (de duas) foi transferida. Discrepâncias dos quantitativos planejados diferentes do executado e do informado pelo Convenente, com dados evasivos e imprecisos, com justificativas tecnicamente infundadas. Objeto não alcançado.	Falta elaboração do relatório final. Processo na CPTCE. Proc original remetido em 31/05/2011 ao Superintendente para autorizar formalmente a sindicância sugerida pela Procuradoria e foi enviado ao SISPAD em 31/10/2012. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
007	Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000646/2009-34 35.000/2006 579.385	24/03/2009	54100.001665/ 2006-35	69.196,83	34.598,42	60.000,00	9.196,83	Só uma de duas parcelas foi transferida. Denúncias de prática de calçamento de nota fiscal e comprovantes de despesas forjadas, imprestabilidade do que foi realizado, transcrição de requisitos das cláusulas do convênio, atraso no cumprimento do cronograma de execução pela Convenente	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. A Procuradoria se manifestou em maio de 2010 e sugeriu diversas providencias que foram parcialmente determinadas pelo Superintendente em 21/06/2010. O processo original enviado ao NCCR em 12/01/2011. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
008	Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000645/2009-90 37.000/2006 579.387	24/03/2009	54100.001937/ 2006-05	242.000,00	110.000,00	220.000,00	22.000,00	Somente uma parcela (de duas) foi transferida. Inexistência de documentos originais que provem a utilização dos recursos financeiros. Não cumprimento do objeto (imprestabilidade do que foi executado). Índícios de materialidade de ilícitos penais.	Falta elaboração do relatório final. Processo na CPTCE. A Procuradoria se manifestou em maio de 2010 e sugeriu diversas providencias que foram parcialmente determinadas pelo Superintendente em 21/06/2010. O processo original enviado ao NCCR em 12/01/2011. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
009	Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.028573/2008-64 30.000/2004 510.521	14/10/2008	54100.001015/ 2004-28	8.523.625,00		7.748,750,00	774.875,00	Valor integralmente transferido pelo Concedente. Liberação de recursos pelo Ordenador, mesmo com pareceres contrários da área técnica. Não execução a contento das atividades propostas. Insatisfação dos beneficiários quanto ao desempenho da Convenente. Prosseguimento do convênio, apesar das denúncias de irregularidades feitas pelo TCU.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido em 29/04/2009 ao NCCR . Reiterado em 20/05/2011 e 03/12/2012
010	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000374/2010-14 16.000/2003 490.059	16/03/2010	54100.002270/ 2003-15	126.465,57		114.968,70	11.496,87	Convênio aprovado em 08/11/2005 e denunciado pela SECEX em 01/10/2008, devido irregularidades na aplicação financeira: procedimento licitatório, despesas com finalidades distintas e estranhas ao objeto, falta do Termo de Compromisso dos Assentados. O Ordenador emitiu ato para anular a aprovação do convênio	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido em 05/04/2010 ao NCCR . Reiterado em 20/05/2011 e 03/12/2012.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Convenente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
011	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000377/2010-40 80.000/2003 484.079	16/03/2010	54100.001300/ 2003-68	339.248,91		308.408,10	30.840,81	Convênio aprovado em 24/05/2005 e denunciado pela SECEX em 03/02/2008, devido irregularidades na aplicação financeira: procedimento licitatório, despesas com finalidades distintas e estranhas ao objeto, falta do Termo de Compromisso dos Assentados. O Ordenador emitiu ato para anular a aprovação do convênio	Aguardando a confirmação do quantitativo pelo NCCR. Processo de TCE na CPTCE.
012	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000378/2010-94 00.002/2004 505.774	16/03/2010	54100.000712/ 2004-61	55.998,36	45.409,37	50.907,60	5.090,76	O convênio teve sua prestação de contas aprovada, mas, o TCU detectou irregularidades. O Ordenador de Despesas emitiu ato de anulação da aprovação e o NCCR indicou as irregularidades e impugnou a totalidade dos recursos aplicados devido a despesas fora da vigência; emissão de cheques em pagamento de várias despesas; não comprovação da contrapartida. A Convenente já havia devolvido o valor de R\$ 5.498,23	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
013	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000376/2010-03 17.000/2003 489.965	16/03/2010	54100.002269/ 2003-82	63.250,00		57.500,00	5.750,00	O convênio teve sua prestação de contas aprovada, mas, o TCU detectou irregularidades: ausência de análise crítica sobre os custos propostos no Plano de Trabalho e os praticados no mercado, despesas com finalidade distinta e estranha a natureza do objeto, ausência do Termo de Compromisso dos Assentados no ato da assinatura, não observância dos ditames da lei de licitações. O Ordenador de Despesas emitiu ato de anulação da aprovação.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE.
014	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000375/2010-51 50.000/2003 484.080	16/03/2010	54100001669/ 2003-71	44.400,00	33.298,63	40.400,00	4.040,00	Valor total transferido e parcialmente impugnado devido ausência do procedimento licitatório, despesas não previstas, pagamento de taxas bancárias.	Aguardando da avaliação por Comissão Multidisciplinar do objeto executado nos autos originais. Processo de TCE na CPTCE.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Convenente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
015	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000139/2012-04 33.000/2006 580.199	14/02/2012	54100.001668/ 2006-79	46.212,65	20.000,00	40.000,00	6.212,65	Somente uma (de duas) parcelas de recursos financeiros foi liberada. Contrapartida realizada inferior ao proporcional do Concedente; indícios de falsificação em despesas apresentadas; não atingimento de parte do objeto.	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
016	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000481/2010-34 34.000/2006 579.384	15/04/2010	54100.001664/ 2006-91	102.939,68	46.500,00	93.000,00	9.939,68	Somente uma (de duas) parcela foi liberada. Objeto não alcançado, com indicações de ilicitudes penais: cópias de cheques em que os favorecidos alegam não haver recebido, pagamento de valores menores do que os constantes dos recibos firmados, assinaturas em recibos que não conferem com os emitentes	Falta elaboração do relatório final. Processo na CPTCE. Em 16/09/2013 ainda não havia sido emitido o relatório da sindicância.
117	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000648/2010-67 38.000/2006 579.388	22/06/2010	54100.001687/ 2006-03	23.929,42	10.000,00	20.000,00	3.929,42	Somente uma parcela (de duas) foi transferida pelo Concedente, que deve ser recuperada ao Erário. O objeto não foi executado pelo Convenente.	Falta elaboração do relatório final. O Superintendente considerou em 09/11/2010 a desnecessidade de sindicância e comunicação ao MPF. O processo de TCE com a decisão do gestor autárquico foi despachado para conhecimento da área jurídica em 30/09/2013.
018	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.000642/2009-56 31.000/2006 579.382	23/03/2009	54100.001669/ 2006-13	55.858,84	25.000,00	50.000,00	5.858,84	Somente uma de duas parcelas foi transferida. Segundo o TCU, o Convenente não obedeceu a lei de licitações, faltou a ART, falta do Termo de Concordância dos Agricultores Familiares no ato da assinatura do convênio. Os recibos das despesas com terceiros não oferecem sustentação para respaldo legal.	Falta elaboração de Relatório Final junto com outro convênio. Relatório Final TCE concluído em 10/08/2011. Processo remetido à SFC/CGU em 28/09/2012 e devolvido em 06/2013 para juntar em outro Relatório de TCE devido valor inferior ao estabelecido pelo TCU. Proc. original remetido em 03/08/2011 para providências do NCCR e Ser. Des. Hum para nomear membros sindicância. Processo original enviado ao NCCR em 06/09/2011. Em 16/0/2013 ainda não havia um relatório de Sindicância.
019	Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP	54100.028591/2008-46 32.000/2006 579.383	28/10/2008	54100.001666/ 2006-80	99.850,66	45.000,00	90.000,00	9.850,66	Somente uma parcela (de duas) foi transferida. Irregularidades: pagamento por compras não efeturadas e por serviços não realizados; pagamentos de valores menores do que os constantes nos recibos; assinaturas que não conferem com as dos beneficiários; cópias de cheques em que os beneficiários alegam não terem recebido o numerário	Falta elaboração de Relatório Final junto com outro convênio. Relatório Final TCE concluído em 18/05/2009. Processo remetido à SFC/CGU em 08/03/2010 e devolvido a CPTCE em 20/08/2013 para juntar em outro Relatório de TCE devido valor ser inferior ao estabelecido pelo TCU. O valor a ser considerado deverá excluir a contrapartida. Proc. original remetido ao Serv. De Desenv. Humano em 20/05/2011 e SISPAD em 01/11/2012 Em 16/09/2013 ainda não havia um relatório de Sindicância.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ordem	Conveniente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
020	Fundação Viver, Produzir e Preservar-FVPP	54100.000186/2010-88 8.000/04 514.904	29/01/2010	54000.001390/ 2004-04	236.240,00	214.340,00	214.340,00	21.900,00	Impugnação total da prestação de contas por ficar evidenciado a malversação dos recursos públicos; licitação realizada depois do fato consumado; despesas com tarifas bancárias, notas fiscais vencidas, despesas alheias ao objeto do convênio	Falta elaboração do relatório final. Despesas totalmente impugnadas. Falta manifestação técnica (Grupo de Trabalho) sobre o objeto realizado. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido a ATES para emitir análise multidisciplinar em 03/01/2013. solicitado posição em 03/12/2012 e 03/01/2013
021	Fundação Viver, Produzir e Preservar-FVPP	54100.000169/2010-41 11.000/2003 484.129	27/01/2010	54100.001705/ 2003-04	83.050,00	75.500,00	75.500,00	7.550,00	Valor integralmente repassado pelo Concedente. Impugnação total das despesas devido irregularidades na aplicação dos recursos financeiros. Os serviços foram realizados com defeitos irremediáveis e não podem ser aproveitados aos fins que se destinam	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido ao SISPAD em 31/10/2012
022	Garrafão do Norte, Prefeitura Municipal	54100.001029/2010-90 13.000/2005 556.652	31/08/2010	54113.000261/ 2005-02	297.885,00	227.518,11	283.700,00	14.185,00	Valor integralmente repassado pelo Concedente. Impugnação parcial das despesas devido irregularidades na aplicação dos recursos financeiros. A obra foi executada em sua totalidade	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido em 23/02/2011 ao Serv. Rec. Hum para PAD. Enviado ao SISPAD em 26/10/2012.
023	Garrafão do Norte, Prefeitura Municipal	54100.011942/2009-61 13.000/2006 559.888	30/07/2009	54100.001185/ 2006-74	110.000,00	100.000,00	100.000,00	10.000,00	Reprovação total da prestação de contas devido notas fiscais emitidas após o prazo de validade. Obra executada de acordo com as especificações técnicas	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original enviado ao SISPAD em 24/10/2012.
024	Garrafão do Norte, Prefeitura Municipal	54100.000797/2012-98 14.000/2006 559.908	20/11/2012	54100.001184/ 2006-20	550.000,00		500.000,00	50.000,00	O valor em tres parcelas foi integralmente transferido. A prestação de contas final apresentada fora de formatação padrão, sem assinaturas, não houve a devolução do saldo bancário e falta os rendimentos da aplicação financeira. Notas fiscais fora da validade. Despesas antecipadas. Obra totalmente concluída.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Proc. Original remetido para diligencias em diversos setores da Superintendencia em 08/11/2012.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Convenente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
025	Garrafão do Norte, Prefeitura Municipal	54100.001014/2010-21 60.000/2007 606.684	26/08/2010	54100.002982/ 2007-50	783.965,46	756.458,03	756.457,90	27.507,56	Ausência de documentos necessários a prestação de contas (comprovantes de extratos bancários e de saques) e inexistência de comprovantes no acervo do Convenente. Falta à área técnica se manifestar sobre a execução física do objeto	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido em 26/08/2010 à Procuradoria para manifestação sobre aceitabilidade da obra sem documentos da prestação de contas. Processo original enviado ao Serviço de Infraestrutura em 21/10/2010 para manifestação sobre o atingimento do objeto.
026	Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia-Idatam	54100.00063/2012-17 26.000/2006 579.379	09/02/2012	54100.001612/ 2006-14	124.470,40	100.000,00	100.000,00	24.470,40	A área contábil rejeitou complementamente a prestação de contas. A área técnica concluiu pela regularidade no cumprimento das metas físicas pre-estabelecidas.	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Proc original devolvido ao NCCR em 22/07/2008 para manifestação sobre as justificativas apresentadas pela Convenente. Solicitado em 24/03/2011. Proc original enviado ao SISPAD em 28/02/2012.
027	Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia-Idatam	54100.002090/2013-05 43.000/2006 579.391	24/05/2013	54100.001616/ 2006-01	127.075,00	115.000,00	115.000,00	12.075,00	Irregularidades na comprovação das despesas com documentos fiscais inidôneos e pagamento irregular de despesas	Falta elaboração do relatório final. Processo original remetido em 22/06/2013 ao Serviço de Recursos Humano com vistas ao SISPAD. As razões do interessado foram submetidas à Procuradoria que ratificou a impugnação das despesas.
028	Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia-Indesam	54100.016349/2009-19 40.000/2004 510.771	06/10/2009	54100.000923/ 2004-02	3.599.750,00		3.272.500,00	327.250,00	Liberação da quantia de R\$ 3.108.875,00. Há pareceres técnicos que avaliam o alcance dos objetivos propostos. Documentos da prestação de contas não satisfazem os requisitos normativos. Há Notas fiscais com validade vencida; pagamento de despesas administrativas, com tarifas bancárias e serviços advocatícios. Contratação de 100% de prestação de serviços sem procedimento licitatório (terceirização do objeto). Reconhecimento de dívida contraídas sem o prévio empenho.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Falta localizar endereço para notificação do gestor e entidade (AR's devolvidos). SR/STR não respondeu Fax sobre endereço. Para publicação pela imprensa deve ter o valor do débito, ainda pendente. Processo de TCE na CPTCE. Proc original remetido em 15/10/2009. Reiterado ao Superintendente em 10/03/2011 e 03/12/2012.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ord em	Convenente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
029	Ipixuna do Pará Prefeitura Municipal R\$ 10.000,00	54100.028590/2008-00 15.000/2006 559.909	28/10/2008	54100.001187/ 2006-63	110.000,00		100.000,00	10.000,00	Obra concluída em desacordo com o projeto básico, porém apresenta funcionalidade a ser aferida e valorada. Falta de extratos bancários, pagamentos realizados que não condizem com nota fiscal apresentada.	Falta elaboração de relatório técnico pericial e posterior confirmação do quantitativo. Processo de TCE na CPTCE. Proc original remetido em 16/03/2010 ao NCCR para confirmação do valor impugnado. Solicitado em 20/08/2011 do Rec.Hum., reiterado em 03/12/2012.
030	Ipixuna do Pará Prefeitura Municipal	54100.028589/2008-77 19.000/2006 559.922	28/10/2008	54100.001190/ 2006-87	220.000,00	66.666,66	200.000,00	20.000,00	A análise contábil impugnou todas as despesas realizadas com os recursos da 1ª parcela, a única (de três) transferida pelo Concedente. As obras que foram parcialmente executadas e com falhas não foram aceitas.	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. O processo original remetido em 04/05/2011 à Procuradoria para se pronunciar sobre sind. Investig, enviando-se o processo ao SISPAD em 13/11/2012.
031	Ipixuna do Pará Prefeitura Municipal	54100.000497/2010-47 22.000/2006 559.924	28/04/2010	54100.001204/ 2006-62	165.000,00	100.000,00	150.000,00	15.000,00	A análise contábil impugnou a totalidade das despesas realizadas com os recursos da 1ª e 2ª parcelas transferidas pelo Concedente. A terceira parcela não foi repassada. A área técnica constatou que no Projeto Básico não havia a localização exata do trecho da obra e nem foram observadas previamente as condições do que seria recuperado.	Falta elaboração do Relatório Final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original enviado ao Serviço de Desenvolvimento Humano/SISPAD em 17/12/2012.
032	Ipixuna do Pará Prefeitura Municipal	54100.000600/2009-15 30.000/2005 553.520	10/03/2009	54100.002201/ 2005-65	687.308,72		620.000,00	67.308,72	Nota fiscal emitida fora da vigência do convênio, ausência de boletins de medição, falta de retenção do INSS e IRRF, saques bancários realizados sem documentos comprobatórios das despesas, ausência de aplicação financeira dos recursos repassados.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Processo original solicitado à infra-estrutura em 03/12/2012.
033	Ipixuna do Pará Prefeitura Municipal	54100.002087/2013-83 0002/2005 527.797	27/05/2013	54100.000979/ 2005-30	220.000,00		200.000,00	20.000,00	Homologação de licitação antes da firmatura do convênio. Burla ao certame licitatório, com fracionamento do objeto, embora o objeto do convênio tenha sido executado de acordo com as especificações técnicas. Falta de aplicação dos recursos no mercado financeiro, realização de despesas a maior do que o previsto.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Processo original levado pelo Setor de Infra-estrutura para diligências em maio de 2013.

Tabela 18: Demonstrativo de convênios sob procedimentos de tomada de contas especial - UG 373030

Nº Ordem	Conveniente/ Proponente	Nº do processo de TCE Nº do Convênio Nº SIAFI	Data de instauração da TCE	Número do processo de convênio que originou a TCE	Valor original do convênio (R\$)	Valor potencial de dano ao Erário (sem atualização)	Valor do Concedente	Valor da contrapartida	Origem do débito e causa determinante da TCE	Estágio atual do procedimento
034	Instituto de Terras do Pará-ITERPA	54100.002192/2013-12 10.000/2008 626.348	04/07/2013	54100.005244/ 2008-45	6.300.000,00		5.300.000,00	1.000.000,00	Falhas formais no processo. Prorrogação por termo aditivo realizada quando a vigência já se encontrava expirada, realizando-se despesas após o término da vigência. O objeto não foi alcançado, apesar da execução de etapas intermediárias.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE remetido à área jurídica para pronunciamento sobre o recurso do agente firmador do convênio. Processo original encaminhado para Procuradoria se manifestar sobre sindicância em julho de 2013 e para o NCCR informar o quantitativo.
035	Moju, Prefeitura Municipal	54100.000145/2011-72 50.000/2005 542.691	21/02/2011	54100.001660/ 2005-21	889.055,27		808.232,06	80.823,21	Documentação incompleta e rejeição da prestação de contas devido irregularidades no procedimento licitatório (dispensa por emergência/calamidade).	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Enviado ao NCCR em 20/08/2013 para se manifestar sobre as razões apresentadas pelo Conveniente. Proc original encaminhado ao SISPAD em 19/08/2013.
036	Rurópolis, Prefeitura Municipal	54100.011498/2011-06 10.000/2002 454.777	30/11/2011	54100.001120/ 2002-03	198.000,00	180.000,00	180.000,00	18.000,00	Prestação de contas com despesas impugnadas devido irregularidade na aplicação dos recursos financeiros. Obra concluída dentro do prazo de vigência de acordo com as especificações 037técnicas.	Falta elaboração do relatório final. Processo de TCE na CPTCE. Processo original remetido ao Serviço de Desenvolvimento Humano visando Sindicância em 03/01/2013.
037	São Sebastião da Boa Vista, Prefeitura	54100.000795/2012-07 80.000/2007 601.686	30/10/2012	54100.003044/ 2007-77	724.984,91		652.486,41	72.498,50	Recursos integralmente repassados. Obras executadas em 100%. Falta de recolhimento do saldo ao erário, pagamento de tarifas bancárias, falta de aplicação de parte da contrapartida, erros formais no processo (falta de assinaturas, datas e testemunhas), ausência de comprovantes de retenção do INSS e ISS, erros no preenchimento de demonstrativos da prestação de contas, falta de apresentação do Relatório Final de Cumprimento do objeto. falha no procedimento licitatório.	Aguardando informação do NCCR sobre o quantitativo impugnado. Processo de TCE na CPTCE. Proc original remetido para diligências em diversos setores em 31/10/2012.

8. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.

“Convênios com prazo vencido para análise de prestação de contas”

Deliberação	Ação a ser implementada	Indicadores	Metas	Cronograma/ 2013						Responsável pela implementação	Benefícios efetivos da implementação
				Data MAI/13	Data JUN/13	Data JUL/13	Data AGO/ 13	Data SET/ 13	Data OUT/13		
Citar os itens, subitens ou parte dos itens	Indicar as medidas que serão tomadas a fim de dar cumprimento à deliberação	Informar os indicadores que serão utilizados, bem como a valoração, qualitativa ou quantitativa, para avaliar a implementação da ação	Indicar as metas a serem alcançadas com a implementação da ação	Indicar, abaixo, as metas parciais e, acima, as datas em que estas serão alcançadas						Indicar a pessoa ou o setor responsável pela implementação das ações	Indicar o benefício efetivo da implementação da ação
<i>(...) concluir 100% do estoque de convênios com prazo vencido para análise de prestação de contas, tomando as medidas cabíveis no caso de não aprovação das contas</i>	- Finalizar os Relatórios Técnicos -Analisar conclusivamente as 41 prestações de contas dos convênios na situação de “a aprovar”. - Efetuado os registros na conta contábil no Siafi: para “aprovado e/ou concluído ou inadimplência efetiva	Quantidade de prestações de contas aprovadas ou reprovadas	Concluir a análise da prestação de contas de 41 convênios..	4	9	8	8	8	4	Superintendente Regional: Elielson Pereira da Silva Chefe da Div. de Administração: Luis Carlos Silva de Oliveira Chefe da Div. de Obtenção: Edila Duarte Chefe Da Divisão de Desenv. “D”: Cecílicia Magalhães	Eliminação do estoque de convênios. Registros regularizados no SIAFI
				424600	484041	579391	634394	654383			
				510520	542691	596475	634395	654384			
				527796	543792	601675	638272	543801	559916		
				527797	543800	601675	638272	543801	601517		
					559888	601677	651539	510523	601667		
					559906	601682	652425	513497	601667		
					559913	601685	601515	539431	637560		
					559919	601687	652825	542706			
					579389	634390	654382	559910			

COMENTÁRIOS DO GESTOR – Registrar eventuais obstáculos ou dificuldades já vislumbrados para a implementação das ações e ainda outras considerações que julgar importante.

Dificuldades: 1- Volume de processos a serem analisados grande em relação ao número de servidores lotados no Núcleo de Convênios. Apesar de estarem lotados no setor 4 servidores, eles acumulam outras funções na regional e não podem dedicar-se integralmente a análise das contas o que compromete a eficiência do trabalho.

Solução: Disponibilizar servidores com dedicação exclusiva para análise das contas. 2- Celebrar novos convênios somente em casos excepcionais até que sejam finalizadas todas as análises pendentes.

Quadro 15: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/PA			
CNPJ: 00375972/0003-22		UG/GESTÃO: 373030/37201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar		
	A comprovar	54	41.570.131,52
	Total		
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar		
	A comprovar	38	24.233.752,70
	Total		

FONTE: SICONV

Na expectativa de avançarmos nessas análises buscamos o auxílio de servidores de outras regional, que através de grupos de trabalho nos auxiliam no saneamento da situação que se apresenta.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria do exercício anterior.

Informação inserta no anexo 1.

9. Ouvidoria

A Ouvidoria Agrária da Superintendência Regional do INCRA, Estado do Pará, SR-01, no exercício de 2013, procedeu 489 atendimentos e diligências demandadas por público distinto do Programa Nacional de Reforma Agrária, envolvendo trabalhadores rurais sem-terra, assentados, posseiros de glebas federais sob jurisdição do Programa Terra Legal, e ribeirinhos, beneficiários do PNRA, situados nos Territórios da Cidadania do Marajó e Baixo Tocantins.

Concernente às ações relacionadas com trabalhadores rurais sem-terra, no exercício de 2013, foram assistidos 22 acampamentos, com um quantitativo de 13.992 cestas básicas e 42 rolos de lonas.

A Ouvidoria Agrária acompanhou no ano de 2013 o cumprimento de 7 liminares em mandados de reintegração de posse, onde houve o poder coercitivo da Polícia Militar do Estado.

A participação da Ouvidoria deu-se, também, no arbitramento de conflitos envolvendo supostos proprietários reclamantes de direitos sobre áreas ocupadas por sem-terra, assim como, em demandas surgidas entre trabalhadores rurais já assentados em Projetos de Reforma Agrária, cujo público é formado por população tradicional, os quais reivindicavam algum tipo de direito sobre outro beneficiário, referente à utilização comunal de igarapés, roças invadidas por animais, delimitação de extremas, marcos, etc.

No Território da Cidadania do Marajó a situação se agravou com a chegada de grandes plantadores de arroz, oriundos da “Raposa Serra do Sol” no Estado de Roraima, vez que adquiriram fazendas que outrora tinham as atividades econômicas calcadas na pecuária. Tais empresários, na tentativa de ampliar suas atividades, entraram em conflito com populações tradicionais, especialmente quilombolas, o que ocasionou chamamento à lide da Ouvidoria Agrária Nacional, Ministério Público Federal e Superintendência do patrimônio da União.

10. Correição

No que concerne aos Processos de Natureza Administrativa Disciplinar instaurados no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Pará no exercício de 2013, informamos que houve 02 procedimentos disciplinares:

a) Processo nº.54000.000832/2011-16, cuja comissão processante foi nomeada pelo INCRA/Sede;

Esse trabalho de apuração e processo diz respeito a irregularidades cometidas na concessão e execução de créditos instalação destinados aos Projetos Agroextrativistas no município de Igarapé-Miri; processo esse registrado no SISPAD com data de cadastro de 12.09.2011.

b) Processo nº.54100.000594/2012-00, comissão nomeada pelo Superintendente Regional da SR-01, visando apuração e processo que diz respeito a irregularidades na aplicação de créditos destinados ao Projeto Agroextrativista Ilha de Santana, localizado no município de Ponta de Pedras. O processo está registrado no SISPAD com data de cadastro de 01.10.2012.

Também foram instaurados sob jurisdição da SR-01/PA, 02 (dois) procedimentos sindicantes distintos:

a) Processo nº. 54100.011163/2011-80 – Sindicância Acusatória (apuração de denuncia de conduta indevida de servidor no cumprimento de determinação de portaria investigativa). O processo mencionado acompanha o trâmite do processo administrativo de denuncia nº.54100.010645/2011-12, com data de cadastro no SISPAD de 01.08.2013.

b) Processo nº.54100.000042/2013-74, de caráter investigativo (apuração de denuncia de irregularidades cometidas por servidores do órgão no que diz respeito ao trabalho de retomada de lotes no Projeto de Assentamento Abril Vermelho, município de Santa Bárbara do Pará-PA).

ANEXO 1. Plano de Providências CGU/2013

Tabela 19: Plano de Providencias - 2013

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
Constatação	Recomendação	Providências a serem implementadas	Prazo para finalização	Situação em SETEMBRO/2013 (medidas adotadas)	Observações
1.1.2.1 Ausência de comprovação pela Entidade da utilidade dos indicadores institucionais em processo de tomada de decisão.	1: Fazer gestão junto ao Inkra-Sede no sentido de realizar um processo de capacitação de seus gestores regionais, objetivando demonstrar a importância dos indicadores e como os mesmos podem servir para municiar o gestor na tomada de decisões e na avaliação dos resultados elencados.	Fazer gestão junto a Sede, objetivando a capacitação dos gestores (Superintendente, Chefes de Divisão, Chefes de Serviço, responsáveis por ações).	Dezembro / 2013	A Sede já iniciou a sensibilização quanto a importância dos indicadores. Já realizou encontro com os Superintendentes Regionais, Chefes da Divisão de Desenvolvimento e Asseguradores de Planejamento, com o objetivo de mostrar a importância dos controles internos (monitoramento das ações por meio dos sistemas de controle disponíveis). Os gestores ficaram com a responsabilidade de capacitar e sensibilizar os servidores quanto a importância do uso dos indicadores como ferramenta de gestão.	
1.1.3.1 Ausência de um processo de trabalho formalizado na contratação de bens e serviços de TI.	2: Recomenda-se ao Inkra SR(01) que institua processo formal para aquisições de bens e serviços de TI o qual contemplem, no mínimo, as fases fundamentais de Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gerenciamento do Contrato ou providencie área específica de gestão desses contratos, conforme prevê o artigo 8º da IN 04/2010.	Capacitação de servidor e adequação dos contratos aos requisitos da IN 04/2010.	Imediato	O servidor Alex Sandro foi capacitado quanto aos requisitos da IN 04/2010, no período de 15 a 26/04/2013. Os novos processos de TI já foram formalizados conforme preconizado pela IN 04/2010. O processo de nº 54100.011220/2011-21 referente a contratação de suporte técnico a usuários e o de nº 54100.003641/2013-40 de contratação de empresa para prestação de serviços de impressão já foram formalizados em consonância aos artigos da IN 04/2010.	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
2.2.1.1 Fragilidades nos controles internos relativos à área de convênios.	1: Aprimorar as rotinas relativas à sistemática de execução e acompanhamento dos convênios.	Capacitação dos servidores inseridos na análise física, técnica e de prestação de contas	Dezembro/2013	Neste exercício de 2013 realizamos a inclusão de novos servidores na área de fiscalização para um acompanhamento mais próximo de sua execução e fiscalização, bem como com o oferecimento de treinamento aos servidores. Atualmente estamos ultimando providências para realização de evento sobre SICONV tendo como clientela nossos convenentes.	
	2: Fazer gestão junto ao Incra-Sede objetivando suprir sua deficiência de pessoal e desenvolver mecanismos de monitoramento de suas rotinas administrativas, no intuito de sanar falhas na condução dos convênios .	Inclusão de força de trabalho interna compatível com passivo de convênios firmados	Dezembro / 2014.	Com a inclusão de novos servidores empossados recentemente entendemos que falhas apontadas estão sendo minimizadas	
2.2.1.2 Fragilidades nos controles internos relativos à Folha de Pagamentos, comprometendo sua integridade.	1: Adotar imediatamente as seguintes providencias visando sanar as falhas detectadas: cancelamento dos pagamentos indevidos de quintos / décimos aos servidores e as devidas restituições ao erário; aposentadoria compulsória dos servidores com idade superior a 70 anos; cancelamento do pagamento indevido aos servidores e as devidas restituições ao erário; informar o valor da remuneração no cadastro do servidor cedido; desvincular a ação de inclusão de informações na folha de pagamento pelo próprio servidor beneficiário do pagamento, com vistas à devida segregação de funções; cancelamento dos pagamentos de gratificações, que são específicas dos cargos dessa Entidade; corrigir os códigos e pagamentos das pensões e providenciar os necessários ajustes financeiros.	Realização dos ajustes solicitados junto ao sistema.	Dezembro 2014.	Ultimamos providências com o apoio de servidores requisitados de outras regionais do INCRA, onde conseguimos avançar na regularização e atualização desses registros detectados, e atualmente estamos realizando levantamento caso a caso sobre vantagens a receber e/ou restituição ao erário para os casos onde ocorreram alterações de códigos ou outros ajustes que ocasionaram alguma modificação nessas remunerações.	
	2: Estruturar o Setor de Recursos Humanos do Incra / SR01, dotando-o de capacidade	Realização de estudos sobre força de trabalho	Dezembro de 2013	Em fase de elaboração a criação de grupo de trabalho visando	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	operacional e instituindo mecanismos de controle suficientes para evitar o lançamento de informações incorreta no SIAPE.	e distribuição efetivo conforme demandas operacionais de cada área		levantamento força de trabalho e lotação ideal para suprir necessidades das áreas que compõem organograma INCRA/PA	
	3. Realizar treinamento no SIAPE para os servidores lotados no Setor de Recursos Humanos, de modo que possam operacionalizar de forma eficiente a folha de pagamento.	Cadastro de novos servidores junto ao sistema SIAPE	Dezembro de 2013	Dentro do contexto atual com a transferência de servidoras que atuavam na área para outro órgão da administração pública federal, atualmente e conforme disponibilidade estamos recompondo quadro funcional da área com previsão de treinamento aos mesmos sobre SIAPE.	
2.2.1.3 Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob responsabilidade da Unidade, tais com 2 imóveis com data de avaliação vencida e 2 imóveis sem registro no SPIUnet.	1. Recomendar ao Incra que: a) Elabore inventário de bens imóveis no final do exercício;	Atendimento das recomendações apresentados.	Dezembro de 2013	Realizado o inventário físico dos bens imóveis no final do exercício de 2012.	Atividades com ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.
	b) Formalize o processo de trabalho relativo à gestão de imóveis, divulgando-o entre o pessoal responsável;	Indicação de gestores internos cadastrados no SPIUnet.	Dezembro de 2013	Promovida a indicação de servidor da área de Patrimônio para gestão desses imóveis, inclusive com nova indicação para compor equipe de servidor com habilitação em Engenharia Civil para desenvolvimento desses trabalhos	Atividades com ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	c) Adote rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis;	Atualização da avaliação dos imóveis próprios nacionais e locados para uso administrativo desta autarquia, com posterior registro junto ao SPIUnet.	Dezembro de 2013	Em conclusão o levantamento de atualização da avaliação de mercado do imóvel da sede em Belém/PA e concluída a avaliação do imóvel locado de Tomé-Açu, com expectativa de conclusão das demais avaliações para registro no SPIUnet até final presente exercício.	Atividades com ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.
	d) Desenvolva rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram com os imóveis sob sua responsabilidade, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções;	Criação de grupo de trabalho para avaliação das dependências físicas ofertadas pelos imóveis de uso administrativo da regional.	Dezembro de 2013	Em função da insuficiência de recursos para manutenção de nossas instalações, pouco se avançou sobre o assunto, porém estabelecemos expectativas para que demanda se consolidem até o encerramento do exercício.	Atividades com ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.
	e) Desenvolva rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas;	Criação de Equipe de Fiscalização.	Dezembro de 2013	Atualmente todos os imóveis próprios nacionais registrados no SPIUnet estão sendo utilizados para desenvolvimento das atividades administrativas do órgão, exceção feita ao imóvel situado no município de Dom Eliseu	Atividades com ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.
	f) Mantenha estrutura de pessoal suficiente para	Criação equipe de	Dezembro	A partir do levantamento que está	Atividades com

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade; e	fiscalização.	de 2013.	sendo realizado de reavaliação dos imóveis próprios nacionais e locados em uso por esta UJ, todas as demandas relacionadas aos imóveis serão pontuadas e submetidas a avaliação das necessidades de recuperação para que esses imóveis cumpram satisfatoriamente os fins propostos	ações de implementação atrasadas, haja vista a publicação da Portaria 268 de 30 de julho de 2013, que estabeleceu limites para concessão de diárias e passagens.
	g) Disponibilize estrutura tecnológica adequada e eficiente para gerir os imóveis sob sua responsabilidade.	Criação de programa de monitoramento e avaliação periódica dos imóveis	Dezembro de 2013	Realizamos o cadastramento de novos servidores para operacionalização, avaliação e registro dos imóveis junto ao SPIUnet.	
2.2.1.4 Fragilidades nos controles internos relativos à área de licitação, comprometendo sua integridade.	1. Desenvolver manuais que formalizem as atividades e procedimentos relacionados à área de licitação;	Estabelecimento de fluxograma e acompanhamento dos procedimentos licitatórios.	Dezembro de 2013	Inserção de novos servidores no desenvolvimento dos trabalhos efetuadas pelas comissões licitantes, com acompanhamento de todas as etapas, promovendo a segregação das funções relacionadas a referida atividade	
	2. Instituir mecanismos de atualização permanente sobre as mudanças ou atualizações ocorridas na legislação que regula o processo de compras na Entidade.	Obtenção de assinatura de periódicos com consultoria e acompanhamento jurídico	Dezembro de 2013	Encontra-se em fase de contratação assinatura de periódico com consultoria, que aliado a prévia análise jurídica por parte de nossa procuradoria muito auxiliará para atendimento da recomendação	
	3. Promover mecanismos que permitam que as funções sejam devidamente segregadas para que não ocorram as distorções existentes.	Criação de Comissão de Licitação Permanente	Dezembro de 2013	Procuramos no momento prover provisoriamente a execução dessas tarefas no intuito da segregação das funções, no entanto para o efetivo atendimento da solicitação, aguardamos definição quanto aos	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
				estudos sobre a força de trabalho desta UJ e possamos direcionar servidores para atuação em cada etapa desses procedimentos	
3.1.1.2 Fragilidade no controle da gestão do uso do Cartão de Pagamentos.	2. Recomenda-se ao Inbra SR(01) providenciar um conjunto de atividades e rotinas, delimitando competências e responsabilidades, com vistas a estabelecer um concreto e confiável controle administrativo dos cartões corporativos utilizados pela Entidade.	Com as recomendações e as constatações verificadas, desde a apresentação do Relatório de Gestão 2012, procuramos ajustar esse acompanhamento. e avançamos no controle efetivo da execução dessas despesas realizadas através movimentação cartão corporativo. Neste exercício, estabelecemos rotinas administrativas de acompanhamento para verificação dos saldos de saque em poder dos supridos visando o recolhimento desses saldos dentro do período concedido para apresentação da prestação de contas, bem como para verificação dos prazos de aplicação concedidos, evitando-	Imediato	Com as recomendações e as constatações verificadas, desde a apresentação do Relatório de Gestão 2012, procuramos ajustar esse acompanhamento. e avançamos no controle efetivo da execução dessas despesas realizadas através movimentação cartão corporativo. Neste exercício, estabelecemos rotinas administrativas de acompanhamento para verificação dos saldos de saque em poder dos supridos visando o recolhimento desses saldos dentro do período concedido para apresentação da prestação de contas, bem como para verificação dos prazos de aplicação concedidos, evitando-se assim a realização de despesas fora do período concedido.	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
		se assim a realização de despesas fora do período concedido.			
3.2.1.1 Ausência de providências tempestivas no gerenciamento e controle das transferências voluntárias, em situações que ensejariam a instauração de Tomada de Contas Especial pela omissão no dever prestar contas, não comprovação da aplicação dos recursos repassados e prática de ato ilegal, legítimo ou antieconômico que tenha resultado em dano ao dano ao Erário, em um total de 31 ajustes no valor de R\$48.117.651,22.	2. Apurar responsabilidades pela ausência de providências necessárias à instauração de Tomadas de Contas Especiais para os convênios 435447, 480971, 483918, 505773, 510519, 513494, 513495, 513497, 516680, 518830, 543792, 579380, 579386, 601517, 601785, 626348, 639972, 651539, 652425, 654383, 654384, 708853, 708934, 708951, 715451, 716180, 716198, 724459, 738840, 744617 e 745692.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1.	
	1. Apurar imediatamente as providências necessárias, de acordo com o previsto nos normativos vigentes, visando à instauração de TCE dos convênios 435447, 480971, 483918, 505773, 510519, 513494, 513495, 513497, 516680, 518830, 543792, 579380, 579386, 601517, 601785, 626348, 639972, 651539, 652425, 654383, 654384, 708853, 708934, 708951, 715451, 716180, 716198, 724459, 738840, 744617 e 745692.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
3.2.1.2 Prorrogação d ofício do convênio 626348, cujo montante corresponde a R\$5.500.000,00, com prazo de vigência expirado e com indícios de irregularidade, situação que enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.	1. Apurar responsabilidade pela prorrogação de ofício do convênio 626348 com prazo de vigência expirado e com prazo de vigência expirado e com indícios de irregularidade, situação que enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
3.2.1.3 Manutenção da vigência do convênio 651539 após verificação da falta de capacidade técnica e	1. Proceder de imediato, a análise da prestação de contas do Convênio nº 651539. 2. Instituir controles para que a Autarquia	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
		Acompanhamento	Dezembro/	Com a inclusão de novos servidores	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
operacional da convenente.	obedeça os normativos que tratam da celebração de convênio pelos Órgãos Federais, especialmente no que diz respeito à tomada de providências tempestivas para rescisão de convênios em que a fiscalização aponta o não cumprimento de cláusulas pactuadas.	efetivo dos convênios firmados.	2013	analistas e com formação na área de engenharia civil, atualmente estamos promovendo treinamento para que os acompanhamentos técnicos sejam tempestivos e de acordo com as etapas e metas definidas nos planos de trabalhos aprovados pelas partes	
3.2.1.4 Ausência de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do Convênio SIAFI nº 652425, morosidade na análise da prestação de contas, inexecução do objeto e ausência de diligências junto à convenente para o recolhimento de valor não utilizado cujo montante corresponde a R\$7.669.458,64.	4. Tomar medidas de caráter emergencial visando prover, de imediato, o setor de convênio de pessoal mínimo necessário para atualizar a análise das prestações de contas dos convênios.	Inserção de novos servidores na realização das atividades citadas.	Dezembro/2013	Com relação a fiscalização física e técnica do objeto, novos servidores foram inseridos para atendimento da recomendação, no entanto quanto ao aspecto da análise documental e processual, estamos envidando esforços para a inclusão de novos servidores administrativos, no entanto esbarramos ainda com falta de pessoal com perfil necessário	
3.2.1.5 Execução ineficiente do projeto previsto no Convênio 513497, cujo montante corresponde a R\$10.962.970,00, e ausência de fiscalização pela SR.	1. Tomar medidas de caráter emergencial visando prover, de imediato, o setor de convênio de pessoal mínimo necessário para atualizar a análise das prestações de contas dos convênios e atualizar os registros no sistema SIAFI para espelhar a real situação do Convênio.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
	2. Determinar aos setores envolvidos nas análises do convênio 513497 que evidenciem esforços no sentido de concluir as tarefas a seu cargo, visando à conclusão do processo, notificando a Convenente, se for o caso, para que tome as medidas cabíveis à regularização e “fechamento” do Convênio e, se for o caso, instaure a Tomada de Contas Especial.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
3.2.1.6 Convênio nº 601517 com vigência vencida há mais de 03	1. Notificar a UNAMAZ para recolhimento de imediato do valor não utilizado do convênio	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)		4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)			
anos e com prestação de contas impugnada, encontrando-se, todavia, como ADIMPLENTE no SIAFI.	601517, devidamente corrigido, e para apresentação de informações / esclarecimentos a respeito das despesas impugnadas, registrar a inadimplência no SIAFI / SICONV e adotar as providências necessárias para instauração de Tomada de Contas Especial, se for o caso.				
	2. Tomar medidas de caráter emergencial visando prover, de imediato, o setor de convênio de pessoal mínimo necessário para atualizar a análise das prestações de contas dos convênios e atualizar os registros no sistema SIAFI para espelhar a real situação do Convênio.	Fortalecimento da equipe do Núcleo de Convênios	Dezembro/2013		Com a entrada de servidores recém empossados o setor está se reestruturando.
4.1.1.1 Descumprimento pela Entidade dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 em 10 processos para registro no Sisac.	1. Adotar providências para realização do registro e disponibilização dos atos de admissão e concessórios de aposentadoria e pensão no sistema SISACNet do Tribunal de Contas da União, conforme determina o art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.	Cadastramento e registro da demanda junto ao SISAC.	Dezembro/2013	No decorrer do mês de julho/2013 servidores de outras regionais nos auxiliaram e continuam nos auxiliando no registro desse passivo, onde atualmente verifica-se que avançamos no atendimento da recomendação.	
4.2.1.1 Recebimento indevido de quintos e proventos integrais por servidor; servidor com 70 anos de idade ainda em atividade; inconsistência na aplicação do limite constitucional de remuneração do servidor; inclusão de informações pelo próprio servidor na folha de pagamento do SIAPE; servidor cedido e recebendo gratificação de desempenho na entidade; 16 pensões concedidas após 19/02/2004 e cadastradas em códigos menores que 52.	1. Realizar o levantamento das inconsistências encontradas no sentido de regularizar as falhas apontadas, ou seja, providenciar o cancelamento dos pagamentos indevidos de quintos / décimos ao servidor com matrícula Siape 7726480 e as devidas restituições ao erário;	Análise e ajustes no registros efetuados.	Dezembro/2013	Providência já realizada com a regularização do registro efetuado incorretamente, e em sequência estamos realizando a análise das peças processuais para avaliação quanto as restituições devidas.	
	Providenciar a aposentadoria compulsória do servidor com matrícula Siape 1085534 com mais de 70 anos;	Finalizar registro aposentadoria.	Imediato.	Sobre a recomendação informamos que o embaraço na regularização do registro foi decorrente da situação de anistiado do mesmo e já devidamente regularizada	
	Providenciar o cancelamento do pagamento indevido na forma integral ao servidor com matrícula Siape 0717804 e as devidas restituições ao erário;	Regularização do registro com cancelamento do benefício.	Dezembro/2013	Já adotadas as providências relacionadas a recomendação, atualmente em fase análise quanto as restituições devidas.	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	Informar o valor da remuneração no cadastro do servidor cedido, cuja matrícula Siape é 719022;	Regularização do registro junto ao SIAPE	Imediato.	Recomendação devidamente atendida com a inclusão no SIAPE da informação citada	
	Desvincular a ação de inclusão de informações na folha de pagamento pelo próprio servidor beneficiário do pagamento, com vistas à devida segregação de funções;	Cadastramento de mais servidores para operacionalização do sistema SIAPE.	Imediato.	Quanto a desvinculação da ação de inclusão de informações na folha pelo próprio servidor beneficiário, esclarecemos que referido ato deu-se em função da servidora na época ser a única habilitada no SIAPE nesta UJ para lançamentos de todos os registros de. Atualmente já promovemos a inclusão de novos servidores na operacionalização do SIAPE	
	Providenciar o cancelamento dos pagamentos de gratificações de desempenho / produtividade ao servidor com matrícula 0719022 cedido a outro órgão e que continua recebendo as referidas gratificações que são específicas dos cargos dessa Entidade e o devido ressarcimento ao erário	Regularização do registro com o cancelamento do benefício.	Dezembro/2013	Já adotadas as providências relacionadas a recomendação, atualmente em fase análise quanto as restituições devidas	
	Corrigir os códigos e pagamentos das pensões dos servidores com matrículas Siape 0719114, 04613422, 04818555,04414497, 03789845, 04578741, 04570804, 04569661, 04595637, 04742494, 04900008, 04819497, 04521161, 04818482, 04727401, 04819519 e providenciar os necessários ajustes financeiros e ressarcimento ao erário.	Regularização dos registros realizados junto ao SIAPE	Dezembro / 2013	Providenciada a correção dos códigos da pensões citadas, onde atualmente estamos analisando caso a caso quanto a recebimento de vantagens devidas e/ou reposição ao erário em razão da alteração efetuada	
5.1.1.1 Não atendimento às exigências dos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na celebração de 14 convênios.	1. Doravante, efetuar a comprovação de que o convenente atendeu os requisitos para celebração de transferências voluntárias exigidos nos artigos 11 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, anexando aos autos os documentos	Observar documentação apresentada pela conveniente.	Dezembro/2013	Estamos requisitando junto as convenientes a apresentação de comprovante documental que subsidiem a evolução das propostas apresentadas na forma da legislação	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	comprobatórios.			vigente.	
	2. Adotar controles internos para impedir a celebração de convênios com convenientes que não comprovem ou estejam inadimplentes aos requisitos exigidos nos artigos 11 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com adoção de um <i>check-list</i> .	Estabelecer critérios para análise documental dos convenientes conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal	Imediato.	Recomendação devidamente disseminada aos servidores que acompanham a evolução dos processos administrativos relacionados a celebração de convênios com ênfase total a consulta prévia da regularidade junto ao CAUC e apresentação de documentação que comprove o atendimento dos requisitos básicos ali listados.	
5.1.2 Falhas na instrução processual de 17 processos de convênios, ocasionando a celebração de convênios sem atender aos dispositivos legais.	1. Adotar controles internos, como adoção de um <i>check-list</i> , para impedir a celebração de convênios sem a emissão de parecer jurídico prévio e sem a comprovação de licença ambiental prévia. Quando o convênio envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais e não existir licença ambiental prévia, incluir cláusula no termo do convênio com previsão de condição a ser cumprida pelo conveniente, e enquanto a condição não se verificar não terá efeito a celebração pactuada (cláusula suspensiva).	Observar preliminarmente a necessidade de análise jurídica e licença ambiental prévia.	Imediato.	Recomendação será devidamente atendida quando da celebração de novos convênios, onde já no exercício de 2012 foram registrados convênios com termo de previsão de entrega da licença ambiental (cláusula suspensiva).	
5.1.3 Celebração de 12 convênios apesar dos convenientes não se acharem em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Incra, cujo montante total corresponde a R\$6.050.425,78.	3. Adotar controles para impedir a celebração de convênios com convenientes que não estejam em dia com a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
	2. Apurar a responsabilidade pelas irregularidades verificadas nos processos relativos aos convênios 756569, 756570, 756572, 756573, 756576, 756577, 759947, 760464, 762622, 762624, 762700 e 763283.	Compor Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades.	Dezembro / 2014	Os convênios estão em análise documental.	
5.1.1.4 Ausência de procedimentos	1. Envidar esforços para acompanhar	Inclusão de novos	Dezembro/	Promovemos a inclusão de novos	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
adequados de controle e cobrança de prestações de contas de 13 transferências voluntária concedidas.	adequadamente os prazos de prestação de contas das transferências já concedidas, fazendo a cobrança das prestações de contas em atraso.	servidores para realizar acompanhamento dos convênios firmados	2013	servidores na realização dos trabalhos de fiscalização técnica dos objetos conveniados, e no momento ultimamos providências para reestruturação da área responsável pela análise das prestações de contas	
	3. Somente formalizar convênios na medida em que disponha de condições técnico-operacionais de avaliar adequadamente os planos de trabalho, acompanhar a concretização dos objetivos previstos nas avenças, bem como de analisar, em prazo oportuno, todas as respectivas prestações de contas de acordo com os normativos que disciplinam a matéria.	Inclusão de novos servidores para realizar acompanhamento dos convênios firmados	Dezembro/2013	Promovemos a inclusão de novos servidores na realização dos trabalhos de fiscalização técnica dos objetos conveniados, e no momento ultimamos providências para reestruturação da área responsável pela análise das prestações de contas.	
	4. Fazer gestão junto ao Incra / Sede com o objetivo de suprir as carências de recursos humanos para o exercício das atividades de acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados pelo INCRA/ SR01.	Aumento da capacidade operacional da área de infraestrutura da UJ	Dezembro/13	Com a entrada de servidores recém empossados e com habilitação em engenharia civil a recomendação será devidamente atendida	
	5. Implementar procedimentos de controles internos necessários para uma boa atuação nas três etapas de controle de transferências voluntárias: exame e aprovação dos pedidos, acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do objeto e análise da prestação de contas, como por exemplo efetuar um planejamento e cronograma para a equipe, de acordo com a demanda dos convênios.	Constituir Grupo de Trabalho	Dezembro/2013	Em fase de conclusão a criação de Grupo de Trabalho para realização das atividades descritas na recomendação	
	6. Adotar medidas no sentido de dotar a estruturação do setor de convênios para que os servidores possam exercer as suas funções, tais como: substituição de equipamentos defasados, capacitação e treinamento de pessoal na área de	Aumento da capacidade operacional do setor de convênios	Dezembro/2014.	Na expectativa da posse de novos servidores com habilitação em Contabilidade, no entanto verifica-se a dificuldade do ingresso desses servidores pelo pouco interesse	

4.1.1 – Auditoria de Processo de Contas Relatório de Gestão 2011 (201203475)			4.1.1.1 – Quantitativo de Recomendações pendentes de atendimento superior a 25% (recomendações não atendidas e parcialmente atendidas)		
	acompanhamento e análise de prestação de contas de convênios.			demonstrado pelos convocados, o que nos impulsiona a realização de buscas em nosso quadro funcional, cuja carência é significativa. Dessa forma estamos constantemente buscando apoio de outras regionais para suprir deficiência apontada	
	2. Atualizar a situação das transferências concedidas, no SIAFI ou SICONV, conforme situações exigidas em normativo.	Atualização dos registros junto ao SIAFI e SICONV	Imediato.	Providências já efetivadas	
	Identificar a real situação dos convênios 626348, 638272, 651539, 652425, 654382, 654383, 654384, 708853, 708934, 708951, 715451, 716180, 716198, 724459, 738840, 744617, 745692 e, quando for o caso, alterar o status dos convênios para “INADIMPLENTE” e providenciar a instauração de TCE.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	
5.1.1.5 Análise das prestações de contas de 48 transferências voluntárias atrasadas há 1225 dias em média, no montante total de R\$25.575.113,34.	1. Instituir grupo de trabalho para conclusão da análise das prestações de contas dos 50 convênios com vigência expirada, porém com saldo contábil na conta “A APROVAR”.	Constituição Grupo de Trabalho	Dezembro/ 2013	Em fase de conclusão a criação de Grupo de Trabalho para realização das atividades descritas na recomendação.	
	5. Fazer um levantamento dos casos em que já houve uma primeira análise de prestação de contas e o conveniente não tenha apresentado manifestação para as impugnações encontradas e registre no SIAFI / SICONV a inadimplência dos convênios nessa situação.	Análise dos processos para avaliação	Dezembro/ 2013	Providenciada a notificação dos convenientes com posterior registro em inadimplência daquelas avenças cujo responsável conveniente não apresentou documentação complementar.	
	6. Realizar o registro de Inadimplência no SIAFI dos convênios 454777, 542691, 542712, 579393.	Detalhamento Quadro 1	Dezembro / 2013	Detalhamento Quadro 1	

ANEXO 2. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR01

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta de Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
FISCALIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Finalização de 100% dos processos de fiscalização remanescentes da Portaria 12/2006	a) Qualificar o passivo dos processos remanescentes da SR.; b) Instituir grupo de trabalho; c) Finalizar os processos	2013: 63 processos de fiscalização finalizados. 2014: 93 processos de fiscalização finalizados	a) Diagnosticar processos abertos (fase em que se encontram); b) Definir prioridades (dialogando com a prioridade nacional); c) Adotar providências faltantes e finalizar os processos	a) Processos de fiscalização em aberto analisados (diagnóstico de fase processual); b) Processos de fiscalização analisados e finalizados.	a) Março/2013 b) Dez/2013	Gerenciamento e fiscalização do cadastro rural 2013: R\$ 134.045,00 2014: R\$ 134.045,00	Ok	Ok
INFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS (Cadastro e Cartografia)	Gerenciamento do Cadastro Rural	1. Expandir a rede nacional de cadastro rural	2013: implantar 45 UMC. 2014: implantar 29 UMC.	a) Articular com os municípios a implantação das UMCs; b) Formalizar e assinar os termos de cooperação	a) Termos de cooperação assinados e publicados; b) UMC instalada	a) Ago/2013 b) Nov/2013		Ok	Ok
		2. Capacitar servidores de Unidades Municipais de Cadastro - UMCs	2013: capacitar 90 servidores de UMCs. 2014: capacitar 58 servidores de UMCs.	a) Definir cronograma de capacitação; b) Articular com os municípios; c) Capacitar as UMC's.	a) Cronograma de capacitação definido; b) Servidores de UMC capacitados	a) Ago/2013 b) Dez/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta de Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		3. Atualizar o cadastro de imóveis rurais no SNCR	2013: atualizar 1.411 imóveis rurais no SNCR. 2014: atualizar 1.411 imóveis rurais no SNCR	a) Analisar os formulários de atualização cadastral e respectivos documentos comprobatórios b) Processar as atualizações cadastrais deferidas.	a) Imóveis inconsistentes corrigidos, sobretudo grandes propriedades	Dez/2013		Ok	Ok
		4. Corrigir imóveis rurais com código de nacionalidade INEXISTENTE ou INVÁLIDO NO no SNCR.	2013: corrigir 91 imóveis com inconsistências no SNCR. 2014: 0	a) Definir servidores responsáveis; b) Corrigir as inconsistências.	a) Ordem de serviço publicada; b) Cadastro de imóveis corrigidos.	a) Jun/2013 b) Dez/2013		Ok	Ok
	Esgotar o passivo processual de certificação de imóveis rurais nas SR's	Monitorar a execução dos processos em andamento nas SR's e no CIGEX	2013: 741 processos analisados e concluídos; 2014: 0	a) Identificação do quantitativo de processos de certificação na SR.; b) Encaminhar para a Sede verificar a possibilidade de incluir os processos no termo de cooperação com o Exército	a) 450 analisados pela SR	a) Out/2013	Georreferenciamento da malha fundiária nacional 2013: R\$ 35.437,00 (Força tarefa para eliminar passivo de certificação)	Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta de Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Ampliar o número de polígonos georreferenciados na base cartográfica digital	Inserir no banco de dados cartográfico do INCRA os limites de imóveis certificados, áreas públicas, assentamentos, imóveis regularizados e territórios quilombolas	2013: 200 imóveis georreferenciados 2014: 100 imóveis georreferenciados	a) Analisar processos, notificar e certificar imóveis ; b) Inserir no banco de dados cartográficos do INCRA.	a) Imóveis analisados e certificados; b) Imóveis inseridos no BD cartográfico		Não orçamentária	Lista de quantitativo de imóveis por município	Detalhamento prazos
		Celebrar convênio com órgãos públicos, objetivando ampliar a base cartográfica	2013: 1 TCT (Terra legal, MPF, MPE, IBGE, IDEFLOR, FUNAI, ICMBIO, ITERPA e INCRA)	a) Identificar órgãos públicos detentores dessas informações; b) Formalizar convênio	a) Órgãos públicos identificados; b) Formalizar convênio	a) Ago/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Quilombos	Elaborar Relatório Antropológico e as demais peças do RTID	Finalizar a elaboração de Relatório Antropológico	2013: 04 relatórios (comunidade Boa Vista, Rosário, Vila Mariana e Rio de Fugido) 2014: 04 relatórios (comunidade Boa Vista do Itá-Santa Izabel do Pará)	a) Acompanhamento da elaboração do relatório; b) Avaliação do produto entregue; c) Participação em reunião com as comunidades	a) Acompanhamento da elaboração; b) Avaliação c) Reunião com a comunidade	a) jul/2013 b) ago/2013 c) data da reunião combinar com a comunidade	Reconhecimento de de Quilombos 2013: R\$ 131.335,00 2014: R\$ 157.600	Ok	Ok
		Fazer nova licitação/convênios/execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropológicos	2013: 04 relatórios (comunidade) 2014: 04 relatórios (comunidade)	a) Constituir ordem de serviço com vista elaboração do relatório antropológico b) Executar os trabalhos	a) Ordem de Serviço publicada b) entrega dos relatórios antropológicos	a) abril/2013 b) out/2013		Lista das comunidades	Prazo já expirado
		Elaborar o RTID	2013: 04 RTID 2014: 04 RTID	a) Produzir as peças previstas na IN 57 b) Encaminhar a ficha de dados para o DF	a) Peças do RTID produzidas b) Dados encaminhados			Lista das comunidades	Detalhamento de prazo
		Propor a publicação do RTID	2013: 02 RTID publicados 2014: 04 RTID publicados	a) Produzir as peças previstas na IN 57 b) Confeccionar as fichas de dados c) Publicar o RTID	a) RTID produzido b) fichas encaminhadas e analisadas c) RTID julgado pelo CDR	a) out/2013 b) nov/2103 c) nov/2013		Lista de comunidades	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Acompanhar e monitorar os RTIDS em elaboração	2013: 10 RTID 2014: 16 RTID	a) acompanhar a elaboração dos RTIDS iniciados	RTID	a) dez/2013		Lista de comunidades	Ok
	Publicar Portarias de Reconhecimento de Território Quilombola	Elaborar, analisar e publicar o conjunto de portaria de reconhecimento de território quilombola	2013: 0 comunidades 2014: 04 comunidades	-	-	-		Ok	Ok
	Inserir dados de todas as comunidades quilombola no Sistema I3geo e SIPRA	Coletar as coordenadas geográficas e qualificar as informações das comunidades quilombolas com processos abertos	2013: 13 comunidades com processos abertos 2014: 100% das comunidades que abrirão processo	a) Cruzar os dados dos processos abertos b) Sistematizar as coordenadas das comunidades cujos relatórios antropológicos estão sendo elaborados	a) Dados disponíveis sobre comunidades com coordenadas geográficas encaminhadas para a SEDE	Jun/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Cadastrar os dados das famílias quilombolas tituladas sem cadastro e aquelas que estão sendo cadastradas nos RTIDS que estão em elaboração	2014: 02 comunidades, 250 famílias	a) Encaminhar os cadastros para DFQ b) Atuar os cadastros acima, se necessário c) Cadastrar as famílias ainda não cadastradas (2014)		10/13		Lista comunidade	Meta 2014
	Propor a decretação de territórios quilombolas	Acompanhar e monitorar os processos com áreas reconhecidas passíveis de serem decretadas	2013: 100% dos territórios com área reconhecida; 2014: 100% dos territórios com área reconhecida	a) Acompanhar e monitorar as áreas reconhecidas passíveis de decretação ou titulação b) Elaborar kit decreto das áreas reconhecidas c) Encaminhar o kit decreto para Brasília	Conjunto decreto sistematizado	Jun/13		Ok	Ok
		Elaborar, analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos	2013: 1 território (Aquilob) 2014: 2 comunidades					Lista de território 2014	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Titulação de terras públicas e particulares	<p>Acompanhar e monitorar os territórios com áreas (públicas e particulares) passíveis de titulação</p> <p>Elaborar o termo de parceria com os Estados, municípios e SPU para titular terras públicas de comunidade quilombola</p> <p>Georreferenciar /demarcar/certificar/titular/registrar títulos de comunidade quilombola</p>	<p>2103: 6 comunidades tituladas</p> <p>2014: 04 comunidade titulada</p>	<p>a) Estabelecer parceria /contratação par demarcar</p> <p>b) Certificação do imóvel, se for o caso</p> <p>c) Titular e registrar no cartório</p>	<p>a) Parceria/contrat para demarcação efetuada</p> <p>b) imóvel certificado</p> <p>c) Registro no cartório</p>	<p>a) set/2013</p> <p>b) out/2013</p> <p>c) nov/2013</p>		Lista de comunidades	Ok
	Desintrusão das áreas decretadas	Fazer gestão da desintrusão dos territórios com áreas decretadas	2013: 1 território	Acompanhar e monitorar a desintrusão da área decretada	Desintrusão monitorada	Dez/2013	Indenização de quilombos R\$ 5.000,00	Lista de comunidades	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Avaliar imóvel	o 2013: 1 imóvel avaliado	Avaliar imóveis	Imóvel avaliado	Jun/2013		Qual imóvel	Ok
		Indenizar imóvel	o 2013: 3.55,83 (cacau e ovos)	Encaminhar a DFQ o conjunto avaliação	Imóvel indenizado	Jun/2013		Ok	Ok

ANEXO 3. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Obtenção de Terras - SR-01/T

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Cadastro, seleção e homologação de Beneficiário	BUSCA ATIVA- Promover o cadastramento de acampados e assentados no Cadunico	Proposição e participação nos mutirões do PNDTR/BSM	2013: 884 acampados que atendem os critérios do MDS inseridos no CADúnico e no SIPA 31.335 assentados que atendem aos critérios do MDS inseridos no CADúnico	1. Realizar o mapeamento da demanda (acampados x assentados) obtenção x	1. Mapeamento realizado 2. Apresentação de demanda D/MDA de mutirões	2013 1. 30/05/2013 2. 15/06/2013 2014 1. 30/04/2014	PO 06 – Cadastro, seleção e homologação de famílias beneficiárias 2013: R\$ 365.950,00 2014: R\$ 316.350,00	Não	Não
		Organização de forças-tarefa com prefeitura nos locais de acampamento/assentamento	2014: 589 acampados que atendem os critérios do MDS inseridos no CADúnico e no SIPRA 7.834 assentados que atendem aos critérios do MDS inseridos no CADúnico	1. Identificar as prefeituras que tenham demanda de acampados e assentados para inclusão no CADúnico 2. Encaminhar ofício às prefeituras as demandas de cadastramento de acampados e assentados 3. Realizar sensibilização das prefeituras para cadastramento					

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Mobilização de ação das prefeituras para cadastramento de acampados/assentados		<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir junto com a prefeitura cronograma de atuação dos cadastramentos 2. Efetuar as ações de cadastramento junto com as prefeituras 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cronograma elaborado 2. Realização de cadastramento 	2013: 1. 30/05/2013 2. 30/10/2013 2014: 1. 30/04/2014 2. 30/06/2014			
		Realizar o cadastramento dos beneficiários da cesta de alimentos no SIPRA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Levantar junto a OAN a relação de famílias beneficiárias de cestas de alimentos; 2. Atualizar o cadastro das famílias beneficiárias em campo; 3. Inserir as informações no SIPRA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cadastro das famílias acampadas atualizado; 2. Informações inseridas no sistema. 	1. 30/04/2013 2. 30/06/2013			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Homologação de famílias	Cadastramento das famílias no módulo beneficiário do SIPRA	2013: 2.750 famílias 2014: 2.750 famílias	1. Identificar e cadastrar as famílias 2. lançar os dados dos cadastros das famílias no SIPRA 3. Homologar as famílias	1. Famílias identificadas e cadastradas 2. Lançamento de dados no SIPRA 3. Famílias homologadas	2013: 1. 30/10/2013 2. 30/11/2013 3. 15/12/2013 2014: 1.30/10/2014 2.30/11/2014 3.15/12/2014			
Obtenção de Terras	Diagnóstico regional para identificar áreas prioritárias de atuação	Realização de estudos e levantamento de dados para elaboração do diagnóstico fundiário regional, visando estabelecer as regiões prioritárias de atuação	2013: 01 diagnóstico	1. Atualizar o diagnóstico elaborado em 2012 2. Aprovar o diagnóstico pelo CDR	1. Diagnóstico atualizado 2. Diagnóstico aprovado	1. 25/03/2013 2. 30/03/2013	Ok	Ok	Ok
			2014: 01 diagnóstico atualizado	1. Atualizar o diagnóstico elaborado em 2013 2. Aprovar o diagnóstico pelo CDR	1. Diagnóstico atualizado 2. Diagnóstico aprovado	30/01/2014			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Vistoria de imóveis rurais	Vistoria para levantamento de dados de informações e avaliação, elaboração de estudos de capacidade de geração de renda	2013: 30.000 ha 2014: 30.000 ha	1. Identificar as áreas prioritárias 2. Realizar vistoria dos imóveis 3. Elaborar relatórios e laudos	1. Áreas identificadas 2. Imóveis vistoriados 3. Laudos elaborados	2013: 1. 30/06/2013 2. 30/10/2013 3. 30/11/2013 2014: 1. 30/06/2014 2. 30/10/2014 3. 30/11/2014	PO 07-Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais 2013: R\$ 450.000,00 2014: R\$ 510.000,00	Pendente	Pendente
		Levantamento cartorial e elaboração de cadeia dominial	2013: 20 imóveis 2014: 20 imóveis	1. Emitir ordens de serviço 2. Elaborar extrato de cadeia dominial 3. Aprovação jurídica da cadeia dominial	1. Ordens de serviço publicadas 2. Relatório da cadeia dominial apresentados 3. Parecer jurídico da cadeia dominial apresentados	2013: 1. 30/08/2013 2. 30/09/2013 3. 30/10/2013 2014: 1. 30/08/2014 2. 30/09/2014 3. 30/10/2014			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Protocolo da licença ambiental	Consolidação da documentação e protocolo	2013: 2 licenças protocoladas (LP) 2014: 3 Licenças protocoladas (LP)	1. Protocolo (pagamento) do requerimento da licença 2. Publicação do requerimento da licença 3. Acompanhamento da vistoria realizada pelo Órgão Ambiental	1. Licença protocolada 2. Protocolo da licença publicado 3. Acompanhamento da vistoria realizado	1. 15/05/2013 2. 30/05/2013 30/06/2013	Ação 211 A – PO 05- Licenciamento ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária 2013: R\$ 4.004,50 2014: R\$ 6.372,30	Ok	Ok
	Resolução de processos de obtenção	Elaborar diagnóstico e finalizar os processos nas fases 7 e 11	2013: 5 processos de obtenção nas fases 7 a 11 finalizados (enquadramento no novo rito ou desistência)						

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Monitorar processos	2013: 5 processos de obtenção monitorados	1. Demandar a PFE/R para acompanhar e dar celeridade ao julgamento dos processos com óbice judicial 2. Enquadrar à Nota Técnica Conjunta DD/DT/DF/DE/DA nº 01/2013	Processos monitorados	2013: 15/12/2013	Ok	Ok	Ok
Criação/Implantação de novos projetos de Assentamento	Criação de projetos Casulo	Realizar termo de Cooperação técnica com os municípios	2013: 400,0000 ha incorporados ou adquiridos 02 PA's criados 100 famílias assentadas	1. Identificar as áreas passíveis de implantação do Projeto Casulo em conjunto com as prefeituras 2. Celebrar termo de cooperação técnica com as prefeituras 3. Criar projeto de assentamento na modalidade projeto casulo	1. áreas identificadas 2. Termo de cooperação técnica as prefeituras celebrados 3. PA's modalidade Projeto Casulo criados	2013 1. 30/06/2013 2. 30/06/2013 3. 30/10/2013 2014 1. 30/06/2014 2. 30/06/2014 3. 30/10/2014	Ok	Pendente	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Criação de projetos em áreas não onerosas	Portaria de criação ou reconhecimento de PA	2013: 80.000,0000 ha incorporados 20 PA's criados 2.200 famílias assentadas 2014: 60.000,0000 ha incorporados 15 PA's criados 2.050 famílias assentadas	1. Formalizar o processo de criação e reconhecimento de PA 2. Consultar e analisar o processo pelas Divisões D,F, PFE/R e órgãos externos (SPU, ITERPA) 3. Publicar a portaria de criação	1. Processo formalizado 2. Análise processual concluída 3. Projeto criado	2013: 1. até 30/10/2013 2. até 30/11/2103 3. até 15/12/2013 2014: 1. até 30/10/2013 2. até 30/11/2103 3. até 15/12/2013	Ok	Pendente	Ok
	Criação de PA em áreas onerosas indenizadas antes de 2011	Imissão de posse	2013: 0 ha incorporados por desapropriação e 0 PA criados	1. vistoria no ato de posse do imóvel	1. laudo de vistoria no ato da posse emitido	2014 31/12/2014	Ok	Pendente	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Enquadramento à Nota Técnica Conjunta DD/DT/DF/DE/D A nº 01/2013	0 PA incorporados por aquisição e 0 PA criados 0 famílias assentadas 2014: 2.000,000 ha incorporados por desapropriação e 01 PA criado 0 ha incorporado por aquisição e 0 PA criado	1. juntar aos autos licença prévia, cronograma de implantação do projeto de assentamento, estudo de capacidade de geração de renda e o anteprojeto de parcelamento.	Documentação juntada ao processo	2014 31/12/2014			
		Portaria de criação de PA	40 famílias assentadas	1. elaboração de documentação para publicação da portaria de criação	1. portaria de criação publicada	2014 31/12/2014			

ANEXO 4. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Desenvolvimento – SR-01/D

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Produção e comercialização	Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da reforma agrária (Terra forte)	Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional	2013: 90 PAE e 03 RESEX mobilizados (Chamada Nacional de ATER) 2014: 0	Mobilizar (priorizando PAV e Chamada Extrativista) projetos de assentamento ou prefeitura para apresentarem informações para a composição do banco de projetos. Estimular.	Reuniões nos projetos de reformar agrária e municípios para divulgar o Terra Forte e levantamento de possíveis demandas	01/12/2014	Divulgação e mobilização são viabilizadas por meio do orçamento de outras ações como: ATES, capacitação etc.	Ok	Ok
	Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da reforma agrária (Terra Sol))	Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional	2013: 0 2104: 0	Mobilizar (priorizando PAV e Chamada Extrativista) projetos de assentamento, associação ou prefeitura para apresentarem informações para a composição do banco de projetos	Reuniões nos projetos de reformar agrária e municípios para divulgar o Terra Sole e levantamento de possíveis demandas	31/12/2014	Ação 211A – PO 03- Fomento à Agroindustrialização e à comercialização -Terra Sol Créditos orçamentários centralizados na Sede	Sim	Ok

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Executar o monitoramento e controle dos projetos financiados	2013: 100% dos convênios em vigência 2014: 100% dos convênios em vigência						
	Ampliar o acesso ao PAA/CONAB	Fomentar a participação de assentados no PAA/CONAB	2013: 690 famílias acessando PAA 2014: 1.300 acessando PAA	Incluir demanda específica nos contratos de ATES para incentivar empresas	Novos contratos de ATES com cláusula de PAA	01/12//2014	Orçamento provém da ação de ATES	Ok	Ok
Habitação e Infraestrutura	Definir prioridade e consolidar o PMCMVR nos assentamentos de Reforma Agrária	Identificar os PAS e lotes que tem INFRA assegurada (estrada ou acesso, água e luz) e são prioritários para atendimento habitacional	2013: 2.300 famílias 2014: 3.297 famílias	Definir os PA's e as famílias a serem atendidos em 2013 e 2014, considerando os requisitos estabelecidos pelo PMCMVR para infraestrutura (estrada ou acesso, água e luz)	Lista de PA's que são prioridade para habitação (2013-2014) e que já tem INFRA (estrada ou acesso, água e luz), com a respectiva demanda de casas		Orçamento demandado de Supervisão para o MCMV: as atividades de mobilização deverão ser feitas com o orçamento de ATES, de Supervisão para aplicação ou concessão de crédito,	Ok	A SR não estabeleceu prazo dos marcos. Prazo para a SR estabelecer os prazos: 31/07/2013

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Identificar os PAS e lotes que necessitam de INFRA (estrada ou acesso, água e luz) e são prioritários para atendimento habitacional			Lista de PA's que são prioridade para habitação (2013-2014) e que não tem INFRA (estrada ou acesso, água e luz), com a respectiva demanda de casas				
		Selecionar os PA's e lotes que terão atendimento prioritário 2103/2014							
		Coordenar e promover a mobilização das entidades organizadoras		Fazer rodadas/reuniões com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, entidades organizadoras e associações dos PA's.	Reuniões realizadas				
				Divulgação da cartilha PMCMV	Cartilhas divulgadas nos PA's				
							de Supervisão Ocupacional, etc.		

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
				Encaminhar lista de famílias regularizadas e demais documentos necessários para a entidade organizadora	Relação de beneficiários e documentos encaminhados				
	Prover acesso, água e energia elétrica às famílias contempladas pelo PMCMVR	Diagnosticar e encaminhar para os órgãos competentes a demanda de água e luz dos PA's, especialmente para aqueles com demanda prioritária de habitação		Elaborar plano qualificando as demandas de água e luz.	Plano elaborado	31/08/2013	Ação 211A – PO 08- Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamentos 2013: capital: R\$ 9.980.000 Corrente: 291.675,00	Ok	ok
				Encaminhar demanda qualificada para as prestadoras, de acordo com os critérios estabelecidos (para quem faz água e luz)	Relação de beneficiários e documentos encaminhados	31/08/2013			

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
				Elaborar plano qualificando as demandas de água e luz	Plano elaborado	31/08/2013			
				Encaminhar demanda qualificada para as prestadoras, de acordo com os critérios estabelecidos (para quem faz água e luz)	Demanda encaminhada	30/09/2013			
				Elaborar plano qualificado das demandas de acesso aos PA's	Plano elaborado	31/07/2013			
				Apresentar demanda qualificada de INFRA para o INCRA Sede (DDI-1), qualificando por tipo de obra, extensão, custos, famílias atendidas, e outras informações, para atendimento ao PMCMVR	Formulário de demanda de INFRA preenchido e enviado para o INCRA Sede	31/07/2013			

Tema	Ação	Atividades da SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (no máximo três)	Marco	Prazo do marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
				Identificar possíveis parceiros para viabilizar a execução do plano	Parceiros identificados	31/07/2013			
				Executar plano de obras infraestrutura de forma direta ou indireta (construção/recuperação de estrada, pontes e outros)	Plano executado	2013: 31/12/2013 2014: 31/12/2014			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Educação, Cultura, Cidadania e Demais Políticas Sociais	Proporcionar capacitação técnica e formação profissional para assentados, técnicos e servidores em áreas temáticas relacionadas com o Programa de Reforma Agrária	Mobilizar a demanda de acampados e assentados para o PRONATEC CAMPO	2013: 50.000 famílias cadastradas no CADÚnico – 43.000 recebem bolsa família - META: 5% daqueles cadastrados no CADÚnico. 2014: 5%	Monitorar ocorrência das apresentações dos Institutos Federais - IF às comunidades mais demandantes, conforme acordado em reunião do Comitê Gestor	Relatório registrando ocorrências apontando ações previstas de mobilização, caso a apresentação não tenha sido feita	31/08/2013	Divulgação e mobilização são viabilizadas por meio do orçamento de outras ações como: ATES, Supervisão do Crédito, PNDTR, etc.	Ok	Ok
				Participação nas reuniões do Comitê Gestor e verificação das ações de mobilização das organizações	Memória da reunião	2013: 31/12/13 2014: 31/12/14			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Educação de Jovens e Adultos - EJA	Celebração e/ou renovação de convênios, Termos de cooperação	2013: 0 alunos capacitados	Celebração de Aditivos aos convênios e Termos de Cooperação em execução	Convênio ou TC			Ok	Sim
	Implantar em parceria com Instituições de Educação cursos profissionalizantes de nível médio e/ou superior para beneficiários da Reforma Agrária	Manter e ampliar cursos técnicos de nível médio e superior do PRONERA	2013: 130 trabalhador rural escolarizado 2014: continuação dos cursos iniciados em 2013	Encaminhar o Termo para assinatura e publicação em Brasília	Publicação do Termo de Cooperação		Ação 210T – PO 03 – Capacitação e Formação profissional de Nível Médio e Nível Superior para a Reforma Agrária 2013: R\$ 150.000	Ok	Ok
				Fiscalizar o cumprimento do Plano de Trabalho apresentado pelas Instituições parceiras	Relatórios técnicos de acompanhamento		Ação 210T – PO01- Educação de Jovens e Adultos 2103: EJA R\$-10.000		

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR	Realizar 120 mutirões do PNDTR em comemoração do dia 08 de março – ONDA DE MUTIRÕES (SR)	2013: 03 mutirões	1. convocar os parceiros institucionais para participar dos mutirões programados	Parceiros convocados	MENSAL	Destaque MDA 2013 R\$ 128.992 (3390-14) R\$ 54.252 (3390-30) R\$ 21.000 (3390-33) R\$ 41.500 (3390-36) R\$ 12.240,00 2014 R\$ 202.406,00 (3390-14) R\$ 82.836,00 (3390-30)		
		Realizar mutirões pelas Srs conforme cronograma discutido com o MDA/INCRA em todo território nacional	2013: 12 mutirões 2014: 12 milhões	2. Realizar as mobilizações com o público alvo para participar dos mutirões programados	Público alvo mobilizados	MENSAL	R\$ 28.000,00 (3390-33) R\$ 74.050,00 (3390-36) R\$ 17.520,00		

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Mobilizar os parceiros e público-alvo, por meio da reunião do comitê gestor e divulgação nos municípios		3. Articular com o Poder Judiciário e Defensoria Pública para participar dos mutirões programados, para a emissão dos registros de nascimento	Articulação efetuada	MENSAL			
				4. Realização de 03 mutirões	Reuniões realizadas	MENSAL			
	Articular as ações de arte cultura nos projetos de assentamento	Articular o Grupo de Trabalho Arte e Cultura em rodas as SR's	2103: 05 projetos atendidos com ações de Arte e Cultura 2104: 20 projetos atendidos com ações de Arte e Cultura	Resgatar e fortalecer o grupo constituído na Regional	Grupo resgatado e fortalecido	31/07/2013	2013: R\$ não aplica 2014: R4 não se aplica	Lista de projetos	Ok
				Inserção no PB da Chamada Pública de ATES	Inserir no PB da Chamada Pública de ATER	31/12/2013 31/12/2104			
				Identificar atividades de arte e cultura nos Projetos de Assentamento	Atividade de arte e cultura identificados	31/07/13			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
				Firmar parcerias para atender projetos com ações de arte e cultura	Parceria firmada	31/01/14			
Supervisão Ocupacional	Executar a Supervisão Ocupacional	Executar a Supervisão Ocupacional	2013: 1.444 lotes supervisionados 2014: 6.605 lotes supervisionados	Elaborar Plano de Ação para Supervisão Ocupacional dos assentamentos indicados MCMV, com demanda orçamentária	Plano elaborado	31/07/13	Ação 211A – PO OA-Supervisão Ocupacional de Assentamento 2013: R\$ 115.520 2014: a definir	Lista de projetos	Ok
				Executar a supervisão ocupacional, com conferência/atualização do SIPRA	SIPRA atualizado	01/12/2013			
				Encaminhar relatório para o MPF	Relatório encaminhado	01/10/2103			

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Titulação	Plano de execução de Titulação (2013/2014)	Levantar passivo das três modalidades de Títulos (TD, CCU, CCDRU) por Superintendências	2013: 330 títulos 2014: 330 títulos	Levantamento ocupacional das prioridades MCMV e MPF	Levantamento realizado	30/11/2103	Ação 211A – PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento 2013: R\$ 6.080	Sim	Ok
		Emitir os documentos em conformidade ao cronograma do Plano de Execução		Emissão de títulos	Títulos emitidos	31/12/2013 31/12/2014			
Produção e Comercialização	Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da Reforma Agrária (Terra Forte)	Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional	2013: 90 PAE'S e 03 RESEX mobilizados (chamada Pública Nacional de ATER) 2014:	Mobilizar (priorizando PAV e Chamada Extrativista) Projetos de Assentamento, Associações ou Prefeitura para apresentar informações para composição do banco de projetos. Estimular	Reuniões nos Projetos de Reforma Agrária e Municípios para divulgar o Terra Forte e levantamento de possíveis demandas	01/12/2014	Divulgação e mobilização são viabilizados por meio do orçamento de outras ações como: ATES, capacitação, etc.	Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da ação para a SR	Tarefas (R\$)	Marco	Prazo do Marco	Ação orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da Reforma Agrária (Terra Sol)	Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional	2013: 2014:	Mobilizar (priorizando PAV e Chamada Extrativista), Projetos de Assentamento, Associações ou Prefeitura para apresentar informações para composição do banco de projetos.	Reuniões nos Projetos de Reforma Agrária e Municípios para divulgar o Terra Sol e levantamento de possíveis demandas	31/12/2014	Ação 211A-PO 03-Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização-Terra Sol Créditos Orçamentários centralizados na Sede	Sim	Ok
		Executar o monitoramento e controle dos projetos financiados	2013: 100% dos convênios em vigência 2014: 100% dos convênios em vigência	Visita a campo	Relatórios de visita elaborados	31/12/2014			
				Lançamento no SICONV	SICONV regularizado	2013: 31/12/13 2014: 31/12/14			
	Ampliar o acesso ao PAA/CONAB	Fomentar a participação de assentados no PAA/CONAB	2013: 690 famílias acessando PAA 2014: 1.300 famílias acessando PAA	Incluir demanda específica nos contratos de ATES para incentivar empresas	Novos contratos de ATES com cláusula de PAA	01/12/2014	Orçamento provém da Ação ATES	Ok	Ok

ANEXO 5. Plano de Ação 2013/2014 da SR-01/PA – Diretoria de Gestão Administrativa – SR-01/D

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Gestão de Convênios	Sanar as pendências dos convênios celebrados na vigência da IN 01 e Portaria 507	Sanar as pendências dos convênios celebrados na vigência da IN 01	2013: 32 2014: 00 convênios	1. Realizar levantamento da IN 01 que tenham inconsistências e com prazo de vigência expirado 2. Sanar as pendências	1. Relatórios com diagnósticos apresentados à DAC 2. Convênio regularizado/TCE	1. 30/12/2013 2.30/12/2013	Não	Ok	Ok
		Sanar as pendências dos convênios celebrados na vigência do SICONV	2013: 19 2014: 19 convênios	1. Realizar levantamento dos convênios do SICONV que tenham inconsistências e com prazo de vigência expirado 2. Sanar as pendências	1. Relatórios com diagnósticos apresentados à DAC 2. Convênio regularizado/TCE	1. 30/12/2013 2.30/12/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Instaurar TCE	Demanda condicionada à prestação de cotas não aprovada	1. levantar os convênios que necessitam de realizar TCE 2. Instaurar TCE	1. Elaboração de diagnóstico 2. Conclusão dos Processos de Tomada de Conta Especial	2013: 31/12/13 2014: 31/12/14		Ok	Ok
Gastos Públicos	Implementar rotina de redução de custos	Executar o programa Esplanada Sustentável (PES) e o Programa de eficiência do Gasto Público (PEG)	2013: Redução de 7,1% 2014: 0,00%	Lançamento de despesas administrativas avaliar desempenho de gastos	Despesas lançadas Despesas Avaliadas	30/06/2013 31/12/2013	(Ação 2000) PO 03 – administração da Unidade 2013: R\$ 2.272.817 2014: R\$ 3.308.717	Ok	Ok
		Configurar as impressoras do INCRA para o modo impressão rascunho, frente verso (6.000 computadores configurados)	2013: Todos os computadores 2014: Todos os computadores	1. Edição de Ordem de Serviço 2. Realizar configuração das impressoras para impressão rascunho, frente e verso	1. Ordem de Serviço publicada 2. Configurações concluídas	1. 30/04/2013 2. 30/06/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Configurar computadores em modo de espera	2013: Todos os computadores 2014: Todos os computadores	1. Edição de Ordem de Serviço; 2. Realizar configuração das impressoras para impressão rascunho, frente e verso	1.Ordem de Serviço publicada 2. Configurações concluídas	1. 30/04/2013 2. 30/06/2013		Ok	Ok
		Realizar campanha para redução dos gastos e ações sustentáveis (uso de copos, energia, papel, ar condicionado, impressão colorida) (2 campanhas)	2013: 2 campanhas 2. 2 campanhas	1. Definir as campanhas a serem realizadas 2. Realizar campanhas	1. Elaboração das campanhas 2. Realização de campanhas de redução de gastos e ações sustentáveis	1. 30/04/2013 2.30/09/2013		Ok	Ok
		Implementar política de controle de fotocópia	Reduzir 15%	1. Exigir PS para execução das fotocópias	PS reconhecido	Permanente		Ok	ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
		Efetivar a política de Controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso para divisão	2013: 0,0% 2013: 6 relatórios monitoramento 2014: 6 relatórios de monitoramento	1. Elaborar Relatórios de Monitoramento; 2. solicitar manifestações; 3. Divulgação na rede	1. Relatório de monitoramento entregue ao Gabinete; 2. Solicitação efetuada; 3. Relatório divulgado	2013: 1. Bimestral 2. Bimestral 3. Bimestral 2014 Bimestral		Ok	Ok
Gestão de pessoas	Capacitar servidores	Executar ação de capacitação	2013: 75 servidores 2014: 45 servidores	1. levantar demanda 2. identificar parcerias (interna e externa) para realização de curso com vista a capacitação coletiva; 3. Realização dos cursos; 4. Avaliar o aproveitamento dos cursos para a superintendência.	1. relatório de levantamento concluído; 2. Relatório de identificação as parceiras concluído; 3. Relatório de conclusão do curso; 4. relatório de avaliação de aproveitamento dos cursos.	1. 30/04/2013 2. 01/07/2013 3. Fim do curso 4. Anual	(Ação 4572) PO 01 – capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação 2013: R\$ 154.051 2014 R\$ 91.626	Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
Controle / execução Orçamentária e Financeira	Gestão de despesas dos contratos administrativos continuados para Sede	Enviar cronograma de despesas dos contratos administrativos continuados pela Sede	2013: 1 relatório 2014: 1 relatório	1. Elaborar cronograma de pagamento de despesas administrativas de contratos continuados; 2. Enviar para Sede este cronograma	1. Cronograma de desembolso elaborado; 2. Cronograma encaminhado por e-mail	1. 30/04/2103 2. 30/04/2013	Não	Ok	Ok
Infraestrutura e Logística	Promover o desfazimento de bens móveis considerados inservíveis	Realizar o levantamento dos bens móveis passíveis de desfazimento	2013: 1 levantamento 2014: 1 levantamento	1. Constituir comissão de avaliação de bens inservíveis 2. realizar levantamento dos bens móveis passíveis de desfazimento	1. Ordem de Serviço publicada; 2. Relatório concluído	1. 30/04/2013 2. 30/07/2013	Não	Ok	Ok
		Realizar desfazimento (doação/leilão) de bens móveis considerados inservíveis	2013: 1 evento 2014: 1 evento	1. Realizar doação/leilão 2. Encaminhar relatório para a Sede para realizar a baixa patrimonial	1. Doação/leilão realizado 2. Baixa patrimonial realizada	1. 30/11/2013 2. 30/12/2013		Ok	Ok

Tema	Ação	Atividades para a SR	Meta da Ação para a SR	Tarefas	Marco	Prazo do Marco	Ação Orçamentária (R\$)	Pendências Detalhamento (Proj/ Munic/ Imóv)	Pendências no Plano (Tarefa/ Marco/ Prazo)
	Definir regras para aquisição, locação e utilização de veículos	Contratar serviços para rastreamento de veículos do patrimônio das SR.	2013: 100% da frota 2014: 100% da frota	1. Elaborar Termo de Referência 2. Realizar licitação 3. Assinar o contrato	1. Termo de Referência elaborado 2. Licitação publicada 3. Contrato assinado	1. 30/07/2013 2. 30/08/2013 3. 30/10/2013		Ok	Ok
	Construção e reforma das Sedes das Superintendências	Instalação novos servidores reforma dos prédios anexos (B, D,E e setor de transportes) UA Paragominas					Ação 2000 – Administração da Unidade PO 02 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário CAPITAL: 2013: R\$ 49.500 2014: R\$ 1.300.000	Ok	Ok

ANEXO 6 . Quadros de distribuição de metas físicas e créditos orçamentários
Quadro de Metas e orçamento da SR-01/PA
(Resolução nº 12, de 19/06/2013)

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
2000-Administração da unidade	PO 01 – Capacitação de servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Capacitar Servidores/Executar Ação capacitação	75	154.051,00	0,00	0,00	0,00	154.051,00
2000-Administração da unidade	PO 02- Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	0,00	0,00	49.500,00	0,00	0,00	49.500,00
2000-Administração da unidade	PO 03- Administração da Unidade	Implementar rotina de redução de custos – Efetivar a política de controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso para cada divisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000-Administração da unidade	PO 03- Administração da Unidade	Implementar rotina de redução de custos-Executar o Programa Esplanada Sustentável (PES) e o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG)	7,1%	2.272.817,00	0,00	0,00	0,00	2.272.817,00
2000-Administração da Unidade Soma				2.426.868,00	49.500,00	0,00	0,00	2.476.368,00

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
2105-Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural	PO 01-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural PO – Regularização Fundiária – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural – Atualizar o cadastro de imóveis rurais	90	134.045,00	0,00	0,00	0,00	134.045,00
2105-Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural	PO 01-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural PO – Regularização Fundiária – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural – capacitar servidores de Unidades Municipais de Cadastro – UMC	90	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
2105-Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural	PO 01-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural PO – Regularização Fundiária – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural- Corrigir imóveis rurais com código de nacionalidade INEXISTENTE ou INVÁLIDO no SNCR	91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2105-Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural	PO 01-Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural PO – Regularização Fundiária – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Gerenciamento do Cadastro Rural – Expandir a Rede nacional de Cadastro	45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2105-Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural				134.045,00	0,00	0,00	0,00	134.135,00

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
2105 – Assistência Técnica e Extensão para a Reforma Agrária	PO 01-Formação e capacitação de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural - INCRA	Formação e capacitação de Agentes de ATES	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2105 – Assistência Técnica e Extensão para a Reforma Agrária	PO 02-Brasil Sem Miséria – Assistência e Extensão Rural p a Reforma Agrária	Número de famílias atendidas com ATES	6.098	32.208.546,45	0,00	0,00	0,00	32.214.644,45
2105 – Assistência Técnica e Extensão para a Reforma Agrária				32.208.546,45	0	0,00	0,00	32.214.644,45

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
2107- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO	PO 01- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO	PRONERA-EJA	0	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2107- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO	PO 02- CONCESSÃO DE BOLSAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PEDAGÓGICA E SOCIAL	PRONERA- Concessão de bolsas	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO	PO 03- CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR P/ A REFORMA AGRÁRIA	PRONERA – Capacitação e Formação Prof. De NM e NS	130	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
2107- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO				160.000,00	0	0,00	0,00	160.000,00

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO 09 – Regularização Fundiária de imóveis rurais	Regularização Fundiária – monitorar os convênios em vigência de regularização fundiária /Monitorar os convênios de regularização fundiária encerrados/Regularização fundiária direta incluindo legitimação de posses até 100 há nos Estados RS, SC, PR, SP, M	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO 09 – Regularização Fundiária de imóveis rurais	Regularização Fundiária – Retomada judicial de áreas desapropriadas pelo INCRA e ocupadas irregularmente	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO AO – Regularização Fundiária – Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional	Ampliar o número de polígono georreferenciados na base cartográfica digital	200	35.437,00	0,00	0,00	0,00	35.437,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO AO – Regularização Fundiária – Georreferenciamento da malha Fundiária Nacional	Esgota o passivo processual de certificação de imóveis rurais das SR's	741	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO OB – Regularização Fundiária – Gestão de Terras Públicas	Concessão de direito real de uso ao ICMBIO/Arrecadação sumária de terras devolutas da União	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária	PO OC – Regularização Fundiária – Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U-Organização da Estrutura Fundiária				35.437,00	0	0,00	0,00	35.437,00

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT	TOTAL LOA (R\$)
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 03-Regularização Fundiária – Indenização de benfeitorias de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas Reconhecidas pelas Comunidades Tradicionais	Desintrusão de áreas decretadas	3.353	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – Elaborar o RTID	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – finalizar a elaboração do laudo antropológico	4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Elaborar relatório antropológico e demais peças do RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – Propor a publicação do RTID à sede	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Inserir dados da comunidades no IEGeo e SIPRA	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Propor a decretação de territórios quilombolas	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios	Publicar portaria de reconhecimento de território quilombola	270,3072 ha	131.335,00	0,00	0,00	0,00	131.335,00

	Quilombolas							
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola	PO 04 – Regularização Fundiária – Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão de Territórios Quilombolas	Titular terras públicas e particulares	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2107 – Reconhecimento e Indenização de Território Quilombola SOMA				131.335,00	0	0	0	131.335,00

Ação orçamentária	Plano orçamentário	Ação/atividade	Meta física	LOA corrente (R\$)	LOA investimento (R\$)	LOA JFI (R\$)	LOA EXT.	TOTAL LOA (R\$)
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 03 – FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO – TERRA SOL	Fomento à agroindustrialização e à comercialização – Terra Sol	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projeto de Assentamento	Número de documentos expedidos p/ titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais	330	6.080,00	0,00	0,00	0,00	6.080,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 06 – Cadastro, seleção e Homologação de Famílias Benf do PNRA	BUSCA ATIVA-Promover o cadastramento de Acampados no CADÚnico e no SIPRA	884	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 06 – Cadastro, seleção e Homologação de Famílias Benf do PNRA	BUSCA ATIVA-Promover o cadastramento de Assentados no CADÚnico e no SIPRA	31.335	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 06 – Cadastro, seleção e Homologação de Famílias Benf do PNRA	Homologação de Famílias	13.674	365.950,00	0,00	0,00	0,00	365.950,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 06 – Cadastro, seleção e Homologação de Famílias Benf do PNRA	Cadeia dominial	20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 07 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria de Imóveis Rurais	23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 07 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria de Imóveis Rurais	30.000	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Nº de famílias beneficiadas com implantação com implantação e recuperação de infraestrutura básica em PA's com construção de habitação	2.300	291.674,59	9.890.000,00	0,00	0,00	10.181.674,59
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO 09 – DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento (Famílias atendidas)	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	PO OA- Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Executar a Supervisão Ocupacional	1.444	115.520,00	0,00	0,00	0,00	115.520,00
211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais				1.229.224,59	9.890.000,00	0	0	11.119.224,59

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO/ATIVIDADE	META FÍSICA	LOA Corrente	LOA investimento	LOA IFI	LOA EXT.	TOTAL LOA
211B – Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	PO 01 – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	Realizar pagamento de Indenização Complementar de Imóveis Rurais	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211B – Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	PO 01 – Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	Realizar pagamento de Indenização inicial de Imóveis Rurais – Área Obtida (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211B – Desapropriação de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				36.327.456,04	9.939.500,00	0,00	0,00	46.264.956,04

ANEXO 7. Metas Intermediárias para o 3º Ciclo (1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014)

Tipo do Indicador	Indicadores	Unidade	Meta 3º Ciclo*
Finalístico	1. Número de famílias assentadas	Famílias	2.750
Finalístico	2. Número de títulos expedidos de concessão e destinação de Imóveis Rurais em projetos de assentamentos	Título expedido	313
Finalístico	3. Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	21.172
Finalístico	4. Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	4.500
Finalístico	5. Número de famílias beneficiadas com a implantação e recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento que serão atendidos com construção de habitações	Famílias	2.632
Finalístico	6. Área total de imóveis vistoriados	Hectare	30.000
Gestão	7. Número de servidores do INCRA capacitados	Servidor	45
Gestão	8. Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel	1.411
Finalístico	9. Número de lotes supervisionados	Lotes	3.164
Gestão	10. Aplicação ou recolhimentos dos recursos financeiros do crédito instalação depositados em conta	R\$	37.068.
Gestão	11. Número de polígonos georreferenciados inseridos na base de cartográfica do INCRA	Imóvel	167
Gestão	12. Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável	Percentual de redução nos custos nos itens do PES	4,80%
	13. Número de atualizações cadastrais realizadas no SIPRA	Atualizações realizadas	1.349

- * para o cálculo da meta para o 3º ciclo foi contabilizada a meta prevista para 2013 x 2/3 + a meta prevista para 2014 x 1/3.
- Tal fórmula de cálculo levou em consideração o período do ciclo que vai de 1º de maio de 2013 (8 meses deste exercício =2/3) até 30 de abril de 2014 (4 meses deste exercício = 1/3).